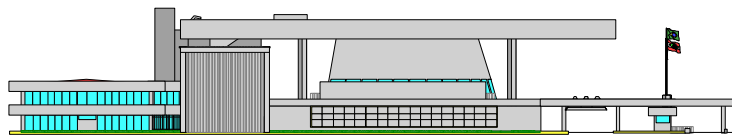


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 31 DE JANEIRO DE 2009

NÚMERO 5.988

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dado Cherem
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
Marcos Vieira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
Serafim Venzon
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Jean Kuhlmann - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Professora Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1988
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 001ª Sessão Ordinária da
1ª Convocação Extraordinária da
16ª realizada em 29/12/2008.....2
Ata da 002ª Sessão Ordinária da
1ª Convocação Extraordinária da
16ª realizada em 30/12/2008...15
Ata da 001ª Sessão
Extraordinária da 1ª Convocação
Extraordinária da 16ª realizada
em 30/12/200837
Ata da 002ª Sessão
Extraordinária da 1ª Convocação
Extraordinária da 16ª realizada
em 30/12/200837

Atos da Mesa

Atos da Mesa40

Publicações Diversas

Redação Final40

PLENÁRIO

ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Peixer - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a paralisação da Polícia Militar de Santa Catarina.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se à postura do governador em relação à paralisação da Polícia Militar.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Critica a postura do governador na paralisação da Polícia Militar.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Tece críticas ao governo pelas medidas tomadas na paralisação da Polícia Militar.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Reporta-se à audiência pública sobre as cheias em Santa Catarina; aborda a comercialização dos agrotóxicos importados proibidos no país de origem.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Refere-se ao não-pagamento da Lei n. 254.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Critica o não-pagamento da Lei n. 254.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica medidas provisórias encaminhadas pelo governo.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Aborda medida provisória que trata da renúncia fiscal.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Parabeniza a Mesa Diretora pela atuação; cumprimenta o deputado Maurício Peixer.

DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER - Manifesta sua alegria em poder contribuir com a Casa como parlamentar.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Deseja boas-vindas ao deputado Maurício Peixer.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Maurício Peixer.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Abordas as medidas provisórias enviadas pelo governo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se às MPs encaminhadas pelo governo.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Tece considerações acerca do discurso do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Reporta-se às MPs encaminhadas pelo governo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Comunica que o relator do Orçamento acatou emenda que permite ao governo criar crédito suplementar para reposição salarial.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Refere-se à MP n. 0146/2008 que altera a Lei n. 13.334, de 2005, que institui o Fundo de Desenvolvimento Social - Fundo Social.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha voto contrário à MP n. 0147/2008, que altera as Leis n.s 10.297, de 1996; 13.342, de 2005; 13.992, de 2007 e 14.264, de 2007, com exceção do art. 9º.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Manifesta-se contrário à MP n. 0147.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha voto favorável à MP n. 0148/2008, que institui o Auxílio Reação, voltado ao atendimento das unidades familiares atingidas pelos desastres ocorridos no estado de Santa Catarina a partir do dia 19 de novembro de 2008.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Manifesta-se favorável à MP n. 0148.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Posiciona-se favorável à MP n. 0148.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Refere-se à MP n. 0148.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute requerimento que pede destaque ao PL n. 0254/2008, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Refere-se ao PL n. 0254.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Aborda o PL n. 0254.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se ao PL n. 0254.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Solicita que o PL n. 0254 seja analisado no próximo ano.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Sugere que o PL n. 0254 seja apreciado no próximo ano.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Concorde que o PL n. 0254 seja apreciado no próximo ano.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Mostra-se favorável que o PL n. 0254 seja analisado no próximo ano.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Solicita que o PL n. 0254 seja sobrestado até a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Não havendo ata a ser lida, solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência, antes de adentrar no horário de Breves Comunicações, tem a alegria de saudar o deputado Maurício Peixer, que estréia na Assembléia Legislativa no dia de hoje, posto que tomou posse e prestou juramento de acordo com a Constituição e o Regimento Interno da Casa, e dessa forma está apto para exercer o seu mandato de deputado estadual.

Seja muito bem-vindo, deputado Maurício Peixer!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito que, como não poderia deixar de ser, é o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais pessoas que acompanham esta sessão, especialmente os nossos companheiros praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, as representantes do movimento das esposas e familiares de praças e os demais representantes de entidades sindicais, estudentis e populares aqui presentes.

Nós tivemos, desde o dia 22 pela manhã até o dia 27 no início da tarde, a paralisação das atividades normais da Segurança Pública, especialmente o policiamento ostensivo e o radiopatrulhamento, que são atribuições da Polícia Militar em, pelo menos, metade do território catarinense.

Em primeiro lugar, quero exaltar a força, a coragem, o espírito de unidade, a honradez e o espírito de sacrifício dos homens e das mulheres que participaram dessa mobilização, que foi uma verdadeira epopéia. Nada no mundo se compara ao respeito, à admiração e à gratidão que sinto por essa gente. Eta povo valente esse nosso! Enfrentou toda a intransigência, toda a truculência do governo do estado e estava pronto para ir ao sacrifício supremo da morte se isso fosse necessário.

Começamos o movimento na manhã do dia 22, com a intenção de mantê-lo por 24 horas, pois esperávamos que o governo mudasse a sua postura dissimulada e apresentasse uma posição mais razoável. Como isso não aconteceu, estendemos para 48 horas e o governo permaneceu inerte, mudo!

No dia 24, véspera de Natal, buscamos o diálogo com o secretário da Segurança e o comandante-geral da PM. Eles vieram, mas em seguida o governador Luiz Henrique, em pessoa, desautorizou-os a continuar o diálogo. Luiz Henrique decidiu suspender qualquer possibilidade de diálogo e isso precisa ficar claro.

Ao invés de refluir, o movimento avançou em dignidade diante da intransigência do governo. E com um Natal mais fraterno, mais sincero e de maior comunhão, a família-praça festejou com Papai Noel, com rosas para as mulheres, com pequenos brinquedos para as crianças, ali, em nosso local de trabalho, que é o quartel. Foi o melhor Natal para muitos de nós, pois as famílias estavam reunidas no quartel. Em tempos normais os praças estariam trabalhando e as esposas e filhos em casa, por isso a comunhão foi maior, porque o nosso movimento permitiu que gente de coragem passasse o Natal junto na frente do quartel.

Na noite do dia 25 para 26 de dezembro, setores do oficialato tentariam uma ação violenta contra o nosso movimento. Se a tivessem executado, ainda neste momento Santa Catarina poderia estar em guerra interna, pois é estupidez imaginar que um contingente militar se deixaria prender, humilhar e até ser agredido fisicamente. Seria o caos certamente. Os oficiais que tentaram essa estupidez são os grandes responsáveis e não merecem ser dirigentes dessa instituição que é a Polícia Militar.

Nosso movimento era pacífico e fizemos todo o esforço para mantê-lo assim. Da nossa parte, sempre foi uma ação sem arma. No entanto, três ou quatro oficiais sacaram a arma para mulheres e praças. Foi a nossa paciência e o nosso próprio espírito de sacrifício que impediram uma tragédia. Mas isso eles nunca vão reconhecer, mesmo sendo a mais pura realidade.

O governador Luiz Henrique quando se pronunciou foi para piorar a situação. Ameaçando, imaginava que nos faria correr. Errou feio mais uma vez, porque o sentimento de dignidade se aprofundou e ninguém arredaria o pé, mesmo que fosse preciso morrer.

Nas poucas vezes em que eu consegui andar nos portões dos quartéis nas madrugadas, livrando-me dos caçadores a mando do governador do estado, eu me perguntava o que aquelas pessoas estavam fazendo ali. Já não era mais pela Lei n. 254; era pela dignidade, era pela honradez, era pela vontade de dizer para a sociedade de Santa Catarina que aqui há gente valente que quer fazer valer as leis, que quer fazer com que os

compromissos assumidos sejam honrados, porque nós não somos gente de brincadeira, não somos moleques. Era isso que aquela gente queria dizer, a Lei n. 254 era só mais um detalhe. E, estúpidos, pensavam que poderiam agredir-nos brutalmente com armas. Nós estaríamos em guerra ainda em Santa Catarina por um motivo muito pequeno e muito barato para um estado que dá bilhões de isenção fiscal para grandes empresários.

As atitudes desequilibradas, sim, do governador poderiam ter causado uma tragédia nunca vista neste estado. Seu comportamento autoritário estava em dissonância com os anseios populares. Disse que havia apenas 2% de policiais paralisados, mas, incoerentemente, menos de 24 horas depois, chamou a Força Nacional de Segurança como se os seus 160 policiais fossem resolver o problema de uma única das grandes cidades catarinenses que estavam paralisadas, como Chapecó, por exemplo. Cento e sessenta policiais não dão conta de policiar sequer a cidade de Chapecó, quanto mais a outra metade do estado que estava sem segurança. Por certo, se toda a Força de Segurança Nacional viesse a Santa Catarina não daria conta de cuidar deste estado como nós cuidamos, apesar do desrespeito e do desprezo do governo com o nosso povo e com a nossa gente.

No começo da tarde do dia 27, por decisão soberana e unilateral da nossa parte, para evitar maiores sacrifícios dos servidores mobilizados, para evitar a continuidade de episódios de barbárie por toda Santa Catarina, para evitar a desagregação social e pela responsabilidade que o governador não teve, nós decidimos, de novo, fazer um esforço grande e convencer os nossos companheiros a paralisar temporariamente as atividades até que o governo se pronuncie. E que ele o faça!

Quereria dizer ainda que o governador Luiz Henrique, quando já havíamos desmobilizado e liberado as portas dos quartéis, através da sua Procuradoria-Geral, apareceu com a sentença aqui no auditório desta Assembléia Legislativa pedindo a dissolução da Associação dos Praças do Estado de Santa Catarina - Aprasc -, numa atitude ditatorial só comparável àqueles que ele diz terem sido seus algozes.

Os generais não fechavam os sindicatos. Deixavam que eles funcionassem, tutelados, é claro. Luiz Henrique quer fechar a Aprasc, uma entidade com mais de nove mil filiados, legítima, democrática e legalmente constituída, a maior entidade representativa dos servidores da Segurança Pública.

O juiz, que não conhecemos, que nunca vimos, que nunca nos pediu um voto, considerou o pedido do governo muito forte e decidiu, então, suspender o nosso site, a nossa página na internet, por três meses, um atentado também contra a liberdade de expressão num país que se diz democrático.

Essa questão, a tentativa de dissolver uma entidade legítima, jamais será esquecida. Guardaremos essa ação do governo do estado, essa sentença aqui, para o resto dos nossos dias, porque este governo não merece mais o nosso respeito.

E é preciso dizer para aqueles que pensam que vão-nos linchar, que vão-nos humilhar, que vão-nos agredir, que vão-nos desrespeitar, que nós estamos em alerta no estado inteiro. Usem os seus regulamentos arcaicos, arbitrários e até inconstitucionais, mas saibam que o primeiro de nós que for preso levará junto pelo menos três mil que farão fazer cadeia para prender três mil

servidores da Segurança Pública neste estado que não consegue fazer cadeia para prender traficantes, assassinos e estupradores! É essa a solução que se quer para essa situação, ou é preciso que o governo mude de postura?! Alguém ainda deve ter inteligência no governo do estado e eu recorro a essa inteligência.

Obrigado pela atenção e peço desculpas por não ter concedido o aparte!

(Manifestação das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSc Digital, cheguei hoje pela manhã nesta Casa e quero cumprimentar todos os trabalhadores da Segurança Pública que estão aqui. Como presidente da comissão de Segurança Pública eu me inscrevi rapidamente, também, para poder, hoje, externar um pouco da minha preocupação, da minha angústia, mas também uma certa revolta.

Agora vamos falar não como presidente da comissão de Segurança Pública, mas como dirigente sindical, como parlamentar, como deputado estadual nesta Casa hoje à tarde. Queremos dizer a todos os catarinenses que vemos com grande preocupação o tratamento dado pelo estado ao funcionalismo público estadual. Eu não quero falar só sobre a segurança - e tenho acompanhado de perto toda a luta da Lei n. 254 -, pois tenho acompanhado também a luta dos professores nesta Casa, a da área da Saúde, da terceirização, da privatização do nosso Cepon, do Hemosc e de tantos outros setores.

Agora, o que mais me preocupa nisso, deputado Sargento Amauri Soares, é a criminalização do movimento social em Santa Catarina. Essa tentativa de intervenção que houve na Aprasc já vem ocorrendo em outros setores e em outros movimentos sociais no estado, e isso não pode ocorrer em momentos de liberdade e da democracia. Com relação a isso, tem que haver um grito em conjunto da sociedade catarinense, e principalmente quero dialogar com todos os sindicalistas porque eu também o sou, e com muito orgulho por muitos anos estive à frente da luta da nossa agricultura familiar, muitas vezes nesta Casa mobilizada também. Como sindicalista, vejo isso com preocupação e sou totalmente contra a ameaça de intervenção na Aprasc. Não é possível esse tipo de coisa ainda acontecer em Santa Catarina, um estado que tem um povo trabalhador e do qual o estado precisa se orgulhar.

Quando o governador intervém e não reconhece a Aprasc, quero dizer a todos os colegas e companheiros o seguinte: o próprio Luiz Henrique legalizou a Aprasc quando ele, pela Lei n. 254, sentou e negociou. Inclusive fala-se aqui que foi usado isso eleitoralmente em todo estado, e os catarinenses sabem disso, que enrolou e abusou da perspectiva dos nossos policiais, dos nossos militares, assinou uma lei e hoje não a está cumprindo.

Quero dizer o seguinte: se o governador negociou, reconheceu e sentou junto para fazer a discussão da Lei n. 254, e se fez uma festa no estado na assinatura dessa lei... E agora não está reconhecendo uma entidade porque ela está lutando por um direito que já tinha sido conquistado. E o próprio governador reconheceu.

Então, deputado Joares Ponticelli, é nesta perspectiva que estou trabalhando: de que se houve um reconhecimento lá atrás, se foi acordado com a Aprasc a Lei n. 254 e se houve o reconhecimento desses trabalhadores da Segurança Pública, ele precisaria reconhecer agora e não fazer o que está ameaçando fazer.

Portanto, se serviu para negociar, serve também para mobilizar os trabalhadores num momento em que não estão sendo cumpridos os seus direitos.

Nesse sentido, quero dizer que o nosso Parlamento e este deputado continuam com o grande compromisso de que os trabalhadores catarinenses e os trabalhadores da Segurança Pública precisam ser reconhecidos. Não pode haver intervenção de jeito nenhum! Os trabalhadores têm que ter autonomia e liberdade para se organizar, e inclusive liberdade de expressão - e houve inclusive a intervenção no site da entidade.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Dirceu Dresch, quero apenas manifestar três pensamentos nossos. O primeiro é de solidariedade à Aprasc, à Segurança Pública de Santa Catarina, ao deputado Sargento Amauri Soares, pela sua incansável luta neste Parlamento.

O segundo é para dizer que eu acho que o problema da lei é a data em que ela foi sancionada: 15 de dezembro de 2003. O problema deve ser o 15 que virou 171 no caso da Lei n. 254, infelizmente!

(Manifestações das galerias)

E na época nós alertamos. Eu me recordei muito bem que no dia em que o atual líder da bancada do governador fazia uma das suas grandes demagogias neste Parlamento, eu avisei, e a bancada também: esse aumento é virtual, esse cheque é sem fundos. Quando vocês forem descontar, não vai ter fundos. E foi isso que aconteceu. E lembrando ainda, deputado Dirceu Dresch, que naquela época a arrecadação do estado era de R\$ 300 milhões por mês em média. Hoje é R\$ 1 bilhão. Estava condicionado ao aumento, triplicou e não pagaram.

Terceira palavra: somente quem serviu ao Dops, como o ex-escrivão de polícia elogiado de 58 a 66, agente da Dops, Luiz Henrique da Silveira - e está aqui a ficha dele completa no Dops para quem quiser cópia -, pode utilizar-se de métodos como esse da ditadura de tirar o site da Aprasc do ar e, pior, tentar a extinção de uma associação legítima. Somente um ex-agente do Dops poderia fazer isso!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentar o deputado Dirceu Dresch. Penso que é importante o seu pronunciamento, primeiro pela solidariedade da nossa bancada a todos os servidores da Segurança Pública; em segundo lugar, da justiça e da legitimidade da organização do instrumento de luta, que é a Aprasc, e da luta que fez essa mobilização acontecer nos últimos dias.

Em terceiro lugar, deputado Dirceu Dresch - e é o que nos motiva -, não só é justa e legítima a luta da Segurança Pública para ter melhores condições de vida e de trabalho dos servidores, mas, mais do que isso, diferente de outros servidores que só lutam por legitimidade, é legal, está na lei, e só o governo que não a cumpre!

Portanto é justa, legítima, legal e, portanto, não pode se utilizar de outros instrumentos de truculência da ditadura, de perseguir policial, de perseguir o movimento, de perseguir o instrumento. Estamos na democracia e o governador e o seu partido discutiram muito a redemocratização do país. E agora ele não pode fazer o que está fazendo com os policiais civis. A insegurança aumenta porque este governo é irresponsável. E hoje estamos reunidos aqui para dar mais incentivo fiscal a alguns setores e deixar os servidores públicos sem aumento salarial.

Parabéns pelo seu pronunciamento! A nossa bancada irá ser solidária a essa luta dos servidores da Segurança Pública junto com o deputado Sargento Amauri Soares e com as demais bancadas, porque ela é justa, legítima e legal!

(Manifestação das galerias)

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Eu quero finalizar a minha fala neste Parlamento hoje à tarde com muita preocupação sobre o que vai acontecer nos próximos dias. E aí queremos chamar a atenção para a responsabilidade do nosso governo do estado.

Gostaria de me solidarizar aqui com o deputado Sargento Amauri Soares e com toda a equipe da Aprasc. Essa associação deu uma demonstração de recuo nesse momento importante, agora com uma expectativa de que o processo de negociação volte, porque sem ele com certeza não haverá acordo. E, sem acordo, os catarinenses, os trabalhadores da Segurança Pública e também o próprio governo irão sofrer um grande desgaste, e nós vamos ter, com certeza, grandes problemas pela frente para resolver.

Então, temos aqui essa grande responsabilidade, e também estaremos reunindo, às 18h, a comissão da Segurança Pública para discutir e encaminhar os temas relacionados a esse impasse colocado aqui no estado.

No mais, quero dizer que há uma grande preocupação também da nossa bancada sobre as medidas provisórias que estão vindo. São mais isenções, mais renúncias fiscais, e isso com certeza deixa o nosso estado numa perspectiva concreta de alegar que não há recursos porque está isentando os grandes grupos econômicos, e os trabalhadores ficam sem salários e sem melhores condições de vida.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A próxima oradora inscrita é a brilhante deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedo a palavra pelo espaço de tempo de até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado dr. Antônio Aguiar, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisada, que bom que o nosso estado de Santa Catarina, através deste Poder Legislativo, conta com pessoas solidárias que têm dentro de si amor ao próximo e o respeito por aqueles que perderam a sua história.

Refiro-me aos últimos acontecimentos pelos quais o estado de Santa Catarina passou, as lágrimas, o luto, as tristezas e os flagelos, mas nós, os 40 parlamentares, estamos aqui presentes, unidos. Participamos de uma audiência pública no dia 23, pela manhã, onde pudemos ouvir vários representantes das entidades, e as pessoas que estão nos abrigos puderam falar, colocar para fora todos os seus sentimentos.

Não pude ficar até o final daquela audiência pública, onde a mesa era altamente eclética e todos iriam se manifestar, porque tinha também outro compromisso e tive que me ausentar. Mas não pude concordar, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que presidiu muito bem aquela audiência pública, quando uma pessoa falou que a casa era muito pequena, só com dois quartos, e aí outra pessoa falou: "Graças a Deus vamos ter uma casa, não importa o tamanho".

Quero deixar bem claro a v.exas. que na minha infância eu era a sétima filha, minha mãe deu à luz a sete filhos. Vivi numa casa pequena com dois quartos e vivi uma infância feliz. Quero dizer que o estado de Santa Catarina passa por momentos muito tristes, vários municípios foram atingidos e aqueles que podem estão contribuindo, estão ajudando.

Então, quero dizer que agora o estado passa por um momento de muita reflexão, de solidariedade e também de compreensão àquelas famílias que estão recebendo sua casa, e inclusive eu citei que o Instituto Ressoar e a Rede Record de TV estão unidos também dando a sua contribuição! A princípio a casa é pequena, mas é o que pode ser oferecido no momento. E quero parabenizar todas as bancadas que estão integradas nesse fórum permanente presidido pela deputada Ana Paula Lima, bem como os vários srs. deputados que participaram. Eu também, como republicana, quis dar a minha contribuição.

Quero dizer que hoje estamos aqui atentos para deliberar as três medidas provisórias do governo do estado. Claro que vamos discutir. Hoje elas foram aprovadas na comissão de Constituição e Justiça, provavelmente daqui a pouco seremos convocados para participar da reunião da comissão de Finanças e Tributação, da qual sou integrante. Mas queria deixar registrado esse meu posicionamento.

Tenho outro assunto que quero abordar. Retirei dados do site do Ministério Público que me deixaram muito feliz. No seu relatório, o Ministério Público propõe que os agrotóxicos importados proibidos no país de origem não sejam utilizados em Santa Catarina.

E nós, os deputados integrantes da comissão de Saúde; o deputado Genésio Goulart, magnífico presidente desta comissão, e esta deputada que lhes fala, promovemos uma audiência pública sobre os agrotóxicos. E aqui estão os frutos para serem colhidos.

O Ministério Público, na pessoa do dr. Álvaro Pereira de Oliveira Mello, intimou-nos a participar de uma parceria com o Poder Legislativo, para darmos sugestões para a elaboração de uma cartilha.

Então, v.exas., se olharem o relatório do Ministério Público no site, verão que está inserido o nome desta deputada, dizendo que o Ministério Público de Santa Catarina encaminhou a esta deputada, através do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, uma proposta sugerindo a alteração da legislação estadual para proibir que sejam importados, comercializados e utilizados em Santa Catarina os agrotóxicos que sejam proibidos no país de origem.

Então, quero dizer a v.exas. que este Poder Legislativo, através da nossa comissão de Saúde, cujo presidente é o brilhante deputado Genésio Goulart, está colhendo os frutos do seu trabalho. Falam que os deputados não fazem nada, dizem que os deputados estão aqui apenas esquentando o banco. Não é verdade! Aqui existe um trabalho consolidado, consistente, reconhecido.

Se não houvesse trabalho, o Ministério Público não nos convidaria, deputado Manoel Mota, para fazermos uma parceria e darmos sugestão para a elaboração de uma cartilha para os adolescentes, para os jovens.

E quero dizer mais. Recebi, também, um CD. Em outra oportunidade vou falar sobre o conteúdo desse CD do Ministério Público, que é uma excelente ferramenta para os nossos jovens, porque a juventude precisa tomar conhecimento e saber o que pode e o que não pode. Isso aqui também é importante para que os jovens sejam mais solidários, enfim, a criança e o adolescente.

Nós, que temos experiência, precisamos incentivar a nossa juventude a absorver aquilo que é benéfico, aquilo que constrói. O que é bom, nós temos que divulgar, e o que não beneficia, nós temos que expurgar, deixar de lado.

Então, daqui a pouquinho, nós vamos voltar a discutir as medidas provisórias do governo do estado que vêm para beneficiar a população catarinense, caso contrário nós não estaríamos aqui. Nós estamos aqui em prol daquelas pessoas que perderam tudo, que perderam a sua história, que perderam seus entes queridos e que precisam deste Parlamento. Por isso estamos aqui!

Sr. presidente, muito obrigada pela oportunidade e que Deus abençoe a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, não poderia, como líder da bancada progressista, deixar de manifestar-me, em primeiro lugar, sobre o que está acontecendo no estado de Santa Catarina por conta de uma lei que foi encaminhada a esta Casa pelo próprio governador, a Lei n. 254, que autorizava e que autorizou o próprio governo a conceder a reposição e o reajuste aos servidores públicos, em especial à Polícia Militar e aos Bombeiros Militares.

Eu não entendo por que o Executivo, que tem a responsabilidade de administrar Santa Catarina que é um estado exemplar em todos os sentidos não só para o Brasil, mas para o exterior, encaminhou o projeto de lei relativo a essa lei para a Assembléia Legislativa. Evidentemente eu não estava aqui, era prefeito em São Bento do Sul, mas como prefeitos, deputados Pedro Baldissera, Pedro Uczai e Jandir Bellini, v.exas. que foram prefeitos, todos nós certamente encaminhamos projetos em que era possível pagar aquilo que se colocava na lei. Nenhum de nós e, tenho certeza, os outros ex-prefeitos aqui não deixaram de cumprir o que propuseram aos seus colaboradores, ou seja, dar um reajuste ou uma reposição, porque à medida que se faz uma lei se cumpre.

O que eu não entendo é como o Executivo, como o governo do estado encaminha um projeto de lei à Assembléia Legislativa e depois de cinco anos diz que não tem dinheiro para pagar. Ora, é muito fácil, deputado Joares Ponticelli, dizer à população catarinense, no momento difícil que passam alguns municípios, que a culpa é da Segurança, da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares.

Nós não podemos aceitar isso e precisamos esclarecer à população catarinense que quem encaminhou esse projeto de lei foi o próprio governador. Ele não pagou, não honrou o seu compromisso. No entanto, ir à imprensa dizer que não pode pagar e que a Polícia não tem um ato reivindicatório, mas sim guerrilheiro, nós não podemos aceitar. Não vamos aceitar isso porque a receita do estado - e aqui já se pronunciou o deputado Joares Ponticelli - passou de aproximadamente R\$ 350 milhões ao mês para quase R\$ 1 bilhão. E agora, neste momento, dizer à população catarinense que não podem pagar porque o estado de Santa Catarina foi afetado pelas enchentes!

Se em cinco anos não foi possível pagar é porque não houve vontade política de cumprir a lei que o próprio governo encaminhou a esta Casa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Silvio Dreveck, eu quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento.

V.Exa. quando aqui chegou tratou logo de se interar junto à bancada de qual tinha sido o nosso posicionamento naquela ocasião, e de lá para cá tem sido um defensor das ações capitaneadas pelo deputado Sargento Amauri Soares, por esse lado todo apoiado, que é a pequena Oposição desta Casa, no sentido de buscar do governo uma solução, não é nem o cumprimento da palavra, porque palavra o atual governo já provou que não tem.

O governador, se tivesse palavra, teria pagado os nossos colegas da Educação, pois na primeira campanha ele prometeu ao professor do estado um salário equivalente ao do professor de Joinville, e diferentemente está pagando o professor com abonos, que é uma política que escraviza como já falamos aqui em várias oportunidades.

Então palavra ele não tem, já comprovou isso.

Agora, além de não cumprir a palavra, ele não cumpre a lei. Portanto, o governador Luiz Henrique é um fora da lei, porque quem não cumpre a lei, é um fora da lei.

(Manifestações das galerias)

E o que é pior: um fora da lei que em tempos idos serviu à Dops. E eu vou detalhar a ficha depois para mostrar quantas vezes ele foi condecorado como funcionário exemplar da Dops. Sabem por que ele era condecorado como um funcionário exemplar? Porque ele era escalado para toda comissão de sindicância para ferrar os colegas.

Então, essa prática dele não é de agora, não. É do tempo em que ele servia à Dops. Só que ele enganou, infelizmente, a Polícia; enganou a sociedade catarinense da primeira vez, na primeira eleição, em 2002, porque a segunda eleição foi fraudada. O Tribunal Superior Eleitoral está dizendo isso. A segunda eleição foi roubada. Já tem três votos dizendo que foi uma eleição corrupta. Vai ser cassado na retomada do julgamento como foi o governador da Paraíba. Ele está na lista da degola. A Veja desta semana traz uma matéria muito interessante.

Então, da segunda eleição não falo, porque essa não tem legitimidade perante a lei. Foi uma eleição fraudulenta, roubada, por isso eu nem vou falar do segundo mandato. Enganou no primeiro, no segundo fraudou, corrompeu. Por isso se reelegueu.

Agora, além de ser um fora da lei, porque não cumpre a lei que ele mandou para esta Casa... Alguns dos seus e o seu líder da bancada aqui, que fez um grande discurso e agora está calado, que não lembra de cobrar, lembram o que ele alegava na lei? Quando a receita aumentou, vou pagar. A receita triplicou e não pagou.

E agora, deputado Silvío Dreveck e catarinenses da Segurança pública, o que está em uma das medidas provisórias que vamos votar, vamos ser obrigados a votar aqui, hoje e amanhã, convalida, por exemplo, deputado Antônio Aguiar, o art. 148, "a", do Regimento Interno do ICMS, baixado em outubro do ano passado, que é a maior farra de benefícios fiscais já concedidos na história deste estado. E não é coisa séria, deputado Silvío Dreveck. Vou citar um exemplo. Uma empresa que até outubro do ano passado, pelo regime aprovado por esta Casa, tinha que recolher R\$ 7 milhões e 95 mil por ano aos cofres do estado, com esse benefício ilegal, imoral, vai passar a recolher R\$ 1 milhão e 165 mil, ou seja, pouco mais de 10%. Outro exemplo: uma empresa de importação, uma empresa que deveria recolher R\$ 8,87 milhões no regime anterior, com o benefício vai recolher R\$ 920 mil.

Assim, é uma redução de mais de 90% do imposto devido, e por isso não dá para pagar. Isso nós vamos sentir aqui nesta Casa também, bem como no Tribunal de Justiça, no Tribunal de Contas, na Udesc, todos os que dependem do repasse do duodécimo vão sentir.

E para que deputado Silvío Dreveck? Com que objetivo? Ai é que está: os comentários são os piores possíveis! Até de um escritório de advogados de São Paulo que intermediava esse negócio cujo acerto era em dólares, não era nem em moeda brasileira.

Eu vou começar a esmiuçar isto hoje! E nós vamos ao Judiciário, porque esse artigo é ilegal, imoral, deputado Jean Kuhlmann, e está-se querendo convalidar agora na medida provisória, deputado Moacir Sopelsa, o que é inconstitucional. Uma medida provisória não pode produzir efeitos retroativos e querem que isso aconteça para convalidar a sacanagem de um governo fora da lei e que está mostrando a sua face corrupta.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Certamente que as medidas provisórias a que v.exa. se referiu, vamos debatê-las hoje e amanhã.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, para continuar o raciocínio, em primeiro lugar quero questionar a forma como o governo remeteu a esta Casa todas as questões, numa edição de medidas provisórias, no dia em que a Assembléia entrava em recesso, como a Medida Provisória n. 0147 que vai alterar mais de dez leis estaduais e nós, parlamentares, tendo não mais que o período compreendido entre o Natal e o Ano-Novo para deliberar, num momento em que além de v.exas. que estão aqui e de mais alguns que nos assistem através da TVAL ou que nos ouvem através da Rádio Digital Aleesc, poucos estão interessados no que o Parlamento está discutindo.

Srs. deputados, convenhamos, a data para quem quer fazer sacanagem é a mais propícia do mundo! E esse é o objetivo do governo! O grande pano de fundo é esse, ou seja, convocar nessa época, no atropelo, no afogadilho, sem tempo para discutir, porque o povo não está interessado no que se discute aqui agora pelo momento, quer dizer, no período entre Natal e o Ano-Novo está todo mundo se organizando para o Réveillon, e as famílias viajando de férias. O povo não está interessado no que está acontecendo no mundo político agora.

Esse mesmo povo, assim como nós, só vai sentir os efeitos dessa sacanagem toda depois do Carnaval, quando a vida voltar ao normal, porque é assim que funciona. E v.exas., neste ínterim, estão aqui pressionados e acuados pelo governo. Mas, do alto da dignidade de cada um, das famílias, lutando pelos seus interesses. E na verdade não sabemos nem por onde começar, tamanho é o conjunto de sacanagem que está permeando esse processo todo aqui.

As três medidas provisórias, uma com urgência e relevância justificável, que é para atender os flagelados, mas as outras duas só têm o pano da dor dos nossos irmãos do vale, pois por baixo desse pano da dor, deputado Pedro Uczai, está a face de um governo que só pensa em benefício próprio, eleitoreiro e outros, que nós vamos começar a questionar com muito rigor daqui para frente, deputado Kennedy Nunes, porque não dá mais para fazer de conta que não está acontecendo nada!

A negociata está correndo solta à custa do não-pagamento da Lei n. 254. Ou v.exas. acham que esse trem da alegria, que essa farra que está sendo feita com o art. 148, "a" do Regimento Interno do ICMS, para convalidar agora na medida provisória, numa renúncia fiscal sem precedentes, deputado Sargento Amauri Soares, é para ajudar o povo, o catarinense? Não, mas certamente estarão beneficiando alguns.

Eu sei que há, deputado Moacir Sopelsa, gente da Fazenda ou detentor de cargo até poucos dias, como diz o ditado na minha terra, que já picou a mula. Há pessoas que já picaram a mula porque estão assustadas com as consequências!

Agora, convenhamos, deputado Kennedy Nunes, está começando a faltar massa cinzenta para esse governo, porque depois da bandalheira que patrocinaram, colocar numa medida provisória um artigo para convalidar essa sacanagem, aí é passar o recibo, deputado Jean Kuhlmann. O atestado e o recibo vieram juntos. Pena que estamos entre o Natal e o Ano-Novo; pena que o período não chame a atenção da sociedade, deputado Pedro Baldissera; pena que o governo esteja sendo maléfico e pecador porque deveria, se

cristão fosse, respeitar pelos menos o período de Natal e Ano-Novo para não pecar tanto. Mas, deputado Pedro Baldissera, nem no período de Natal os pecados desse governo cessam e nem neste período ele deixa de fazer mal para a sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Nobre deputado, estou aqui tentando entender uma coisa: quando o governo, pelos números que encaminha a esta Casa, mostra que a receita triplicou desde a Lei n. 254 para cá; pela posição do novo secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, que diz que vamos ter um ano muito difícil na arrecadação de 2009 por conta da tragédia que acaba não só assolando as famílias, mas todo processo industrial, o governo vem trazer aqui renúncia fiscal?! Vejam a incoerência que existe! No mesmo instante em que o secretário da Fazenda diz que vamos ter um ano difícil - e eu concordo -, ele manda para cá uma farra de renúncia fiscal!

Estava aqui ouvindo atentamente o pronunciamento de v.exa. e observei algumas asas de cupim que estão caindo no plenário. Torço para que esses cupins que estão soltando essas asas não estejam entrando ali naquele que fica nos vigiando, mas me lembrei que um governo cara-de-pau como é esse, só pode estar sendo comido pelo cupim. E tomara que o cupim coma para que ele tenha vergonha na cara e cumpra aquilo que ele mesmo encaminhou para esta Casa aprovar, que é a Lei n. 254 e que tenha, no mínimo, coerência, pois se vamos ter um ano difícil, que não renuncie receita, pelo menos isso.

Agora, se vai renunciar receita, se está aumentando a base da arrecadação do Fundo Social é porque tem alguma coisa escondida. E nós, sentinelas, vamos estar muito bem porque esses cupins não estão pegando na nossa cara. Esse é o cupim da cara-de-pau desse governo mentiroso, que falta com a verdade que precisa ser esclarecida à sociedade catarinense.

(Palmas nas galerias)

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - E veja v.exa., deputado Kennedy Nunes, que as coisas se interligam, ou seja, todas as matérias são correlatas. Vocês estão aqui e aparentemente podem perguntar o que tenho a ver com essas medidas provisórias que aqui estão. Tenho tudo a ver! O que é a Medida Provisória n. 0146? Ela amplia a base de arrecadação do Fundo Social, que é aquele dinheiro que é uma espécie de DRU, com o qual o governo não tem nenhum compromisso com vocês e nem com qualquer outro setor, porque pode destiná-lo a seu bel-prazer.

V.Exas. sabem para onde ele está mandando esse? Para o Joinville Mundo Pop mandou R\$ 1,5 milhão; para o Desafio das Estrelas, aqui em Florianópolis, R\$ 2 milhões; para o Natal da Havan, que não tem nada a ver com objetivo social, R\$ 1 milhão e tanto; para o Natal de Florianópolis, mais R\$ 1 milhão; para a tal Eco Power, R\$ 2 milhões.

Então, ele quer, na Medida Provisória n. 0146, ampliar a base de arrecadação tirando do Orçamento do estado para fazer média com essa gente. A MP n. 0147 promove renúncia fiscal, portanto, tira daquilo que poderia ser o cumprimento da lei e da palavra com a Segurança Pública de Santa Catarina.

Mas nós vamos continuar aqui! E contem com a nossa solidariedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o eminente deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, quero fazer uma saudação muito especial ao presidente e à Mesa Diretora desta Casa, cuja importância é expressa pelo grande líder de todos nós, o deputado Julio Garcia, que durante dois mandatos conduziu tão bem os trabalhos, dando destaque a todos os parlamentares, de tal forma que hoje a Assembléia Legislativa e os seus membros têm, perante a sociedade catarinense, senão a imagem que queremos, mas uma imagem bem próxima da real, ou seja, de 40 deputadas e deputados dedicados, preocupados com o bem-estar da sociedade, com a governabilidade e com o desenvolvimento do estado por inteiro. E essa unidade de forças, apesar de estarmos em partidos diversos, foi conseguida graças ao trabalho, ao empenho da Mesa Diretora, comandada pelo presidente, deputado Julio Garcia.

Srs. deputados, quero cumprimentar também o mais novo membro do PSDB nesta Casa, deputado Maurício Peixer, que no dia 22 de dezembro, logo após o ato de renúncia do deputado Clésio Salvaro diante do presidente desta Casa, pois no dia 1º de janeiro assumirá o comando de uma das maiores prefeituras de Santa Catarina, a de Criciúma, assumiu uma cadeira neste Parlamento, em virtude da nossa titularidade.

Seja bem-vindo, deputado Maurício Peixer, v.exa. que é vereador já de quatro mandatos da maior cidade de Santa Catarina. E tenho certeza de que graças ao trabalho que tem feito lá, v.exa. ficará aqui o tempo que quiser. Sei que a cadeira de vereador de Joinville é quase tão cobiçada quanto uma aqui na Assembléia Legislativa, mas v.exa. tem o abraço e o carinho de todos os deputados, não só da bancada do PSDB, mas de todas as bancadas, para que cumpra um bom mandato. Eu tenho certeza de que o fará como o fez em Joinville.

O PSDB, na eleição passada, fez 500 mil votos. Esses 500 mil votos divididos pela legenda partidária, pelo coeficiente eleitoral, deram seis vagas. Então, essa vaga, deputado Maurício Peixer, não é de ninguém, ela é sua, é aquela que o senhor obteve na eleição de outubro de 2006. V.Exa. veio ocupar o espaço que é exatamente o seu.

Dessa forma, eu lhe pergunto: v.exa. gostaria de ocupar a tribuna?

(O deputado aquiesce.)

Então, eu concedo o restante do tempo a v.exa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pelo restante do tempo, o deputado Maurício Peixer.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER - Quero saudar o presidente, saudar os nobres deputados, saudar o público presente e também a imprensa.

Em rápidas palavras, quero agradecer ao meu partido, o PSDB, por esta oportunidade que me está dando, mesmo que seja por um curto período. É um privilégio, nesse primeiro momento, poder participar dessa convocação tão importante para Santa Catarina.

Eu represento a região norte de Santa Catarina, a nossa querida cidade de Joinville, onde sou vereador terminando o terceiro mandato e tendo, graças a Deus, sido reeleito para o quarto mandato com 5.368 votos.

Fiz questão de participar dessas duas sessões por dois motivos. O primeiro é porque esta convocação extraordinária não é remunerada, caso contrário, ficaria numa situação até difícil; o segundo é para poder tomar conhecimento dos trabalhos e ajudar Santa Catarina neste momento, pois em função dos problemas que sofreu, da tragédia que se abateu, precisa ser reconstruída. E esta Casa, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, tem um papel fundamental nesses trabalhos todos que estão acontecendo.

Quero expressar minha admiração pelo trabalho que os deputados de Santa Catarina têm feito em favor da nossa população, do nosso povo.

Quero saudar também o deputado Serafim Venzon, que se efetivou agora como deputado e que vem desempenhando um brilhante papel na política catarinense, como também o nosso deputado Clésio Salvaro, que se elegeu prefeito da nossa querida cidade de Criciúma.

Então, fico feliz de estar aqui, muito mesmo, representando todo o povo de Santa Catarina, especialmente o de Joinville e da minha querida Guaramirim, cidade onde nasci e na qual tenho a grata satisfação de ter um irmão prefeito, que já está terminando o seu segundo mandato.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER - Quero dizer ainda que tenho aqui muitos amigos deputados, por isso eu quero conceder um aparte ao deputado Darci de Matos, meu amigo e conterrâneo de Joinville.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Maurício Peixer.

Quero, em nome do nosso partido, da comissão e do nosso líder, fazer uma saudação a v.exa. por esses dias em que assume uma cadeira na Assembléia Legislativa pelo PSDB. Espero, deputado Maurício Peixer, que v.exa. goste desta Casa e que volte no ano que vem, pois tem condição legal de assumir uma cadeira por um ano e três meses para o bem de Santa Catarina e, sobretudo, para o bem da cidade de Joinville.

O deputado Maurício Peixer é um deputado religioso, carismático, cristão, trabalhador e que vai para o quarto mandato de vereador, o que honra a nossa cidade e honra Santa Catarina.

Seja bem-vindo e um grande abraço!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER - Obrigado, deputado Darci de Matos!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER - Concedo também um aparte ao deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Vereador Maurício Peixer, a bancada do PMDB orgulha-se e sente-se honrada de tê-lo neste Parlamento. Com certeza, com o seu aprendizado lá em Joinville, tem muito a contribuir e ajudar.

Quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo em nome da bancada do PMDB. Seja bem-vindo e sinta-se à vontade nesta Casa. E retorne para cá, com tranquilidade, na próxima sessão legislativa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER - Obrigado! Eu me sinto à vontade porque tenho três companheiros da cidade de Joinville e já tive a oportunidade de conviver com eles na Câmara Municipal.

Trata-se do deputado Darci de Matos, que foi presidente da Câmara de Vereadores de Joinville; do deputado Nilson Gonçalves, da bancada do PSDB, que já foi vereador comigo no meu primeiro mandato; e do deputado Kennedy Nunes, que também foi vereador comigo em Joinville.

Então, sinto-me bem aqui. Se Deus quiser, vamos rezar e colocar nas mãos Dele, no ano que vem estaremos aqui. Ou não. Se estivermos em Joinville, com certeza estaremos fazendo o nosso papel; se estivermos aqui, da mesma forma.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ocupo o horário do Partido dos Trabalhadores para manifestar a posição da nossa bancada a respeito das medidas provisórias encaminhadas pelo governo do estado, que ensejaram a convocação extraordinária da Assembléia Legislativa neste momento, neste período do ano.

Com relação às medidas provisórias, a de n. 0147, que altera várias leis, pelo menos três leis, deputado José Natal, não exige urgência nem emergência para ser votada, com exceção do art. 9º. Por isso, a nossa bancada tem encaminhamento a respeito dessa MP que está sendo apresentada agora em forma de substitutivo global, que se destina a atender, até fevereiro, os atingidos pelas enchentes. Os demais não há razão. Por quê? Porque a Medida Provisória n. 0147 discute guerra fiscal.

Os governadores não querem fazer a reforma tributária no país porque continuam aprofundando, incrementando a guerra fiscal entre os estados e no interior dos estados, na relação com as empresas beneficiadas, em detrimento das não beneficiadas.

Sendo assim, manifestamos-nos contra essa medida provisória, com exceção do art. 9º, porque aprofunda a guerra fiscal. Ao invés dos governadores estarem discutindo o fim da guerra fiscal, através da reforma tributária, no Congresso Nacional, eles a incrementam. Os governadores resistem à reforma porque sem ela criam-se relações de clientelismo, de apadrinhamento com alguns setores da sociedade econômica do estado.

Somos contra a MP porque ela altera os critérios de concessão dos incentivos fiscais e abandona os municípios que têm baixo índice de desenvolvimento humano. Além disso, somos contra porque desrespeita a Constituição, desrespeita a Lei de Responsabilidade Fiscal quando não faz compensação. Vários colegas neste Parlamento foram prefeitos e sabem que toda vez que é concedido um incentivo fiscal é preciso responder como vai ser compensado. Mas não há compensação nenhuma! Não compensa, descumpe a Lei de Responsabilidade Fiscal e por isto, por não compensar, faltarão recursos para os preceitos constitucionais como saúde, educação e segurança pública.

Se aprovarmos a Medida Provisória n. 0147 como está, vai faltar dinheiro para o aumento salarial dos professores, dos policiais, dos médicos, dos enfermeiros e dos demais servidores públicos, porque haverá incentivo fiscal de um lado e não haverá compensação de outro.

Por que o PT vai votar contra? Porque a MP também desrespeita os 293 municípios do estado. Os deputados Edson Dias (Piriquito), Jandir Bellini e Clésio Salvaro irão assumir prefeituras. Se v.e.x.a., deputado Edson Dias (Piriquito), aprovar a Medida Provisória n. 0147, o município de Balneário Camboriú terá menos dinheiro repassado, porque os 25% do ICMS não estão contemplados na medida provisória. Ou seja, o governo dá incentivo fiscal com o chapéu alheio, com recurso público dos municípios e a Fecam, a Federação Catarinense dos Municípios, a qual já teve o privilégio de presidir, já está movendo uma ação, um mandado de segurança contra essa forma de incentivo fiscal, porque dará incentivos a alguns grupos empresariais em detrimento do repasse do ICMS para os nossos municípios.

Nós vamos votar contra, porque uma MP neste momento, no final do ano, quer convalidar incentivo fiscal anterior à própria lei; portanto, é ilegal, além de ser imoral. Não é possível, nós, parlamentares da Oposição, e muito menos a base do governo, aprovamos uma medida provisória dessa natureza. Não há emergência, não há urgência, com exceção do art. 9º. Se os deputados querem justificar essa convocação extraordinária e as medidas provisórias, vamos votar o art. 9º. Nossa bancada é a favor, porque atende as pessoas que sofreram com a enchente no médio vale do Itajaí.

A Medida Provisória n. 0146, juntamente com a n. 0147, do Fundo Social, diz que há urgência e emergência. A nossa bancada propõe que parte do Fundo Social vá para os atingidos, até porque a MP n. 0148 se refere apenas aos recursos da solidariedade do povo brasileiro, já que não há nenhum centavo do governo do estado para os atingidos. Enquanto isso, o ministério da Integração Nacional mandou R\$ 40 milhões para Santa Catarina, para a Defesa Civil, milhões para a área da saúde, milhões para a área de infra-estrutura; o ministério das Cidades enviou milhões para a reconstrução das casas.

O governo do estado, porém, com o chapéu alheio, quer fazer política com a arrecadação proveniente da solidariedade do povo brasileiro e catarinense. Mas qual é a contribuição do estado? Por que não utiliza parte do Fundo Social? Afinal de contas, o Fundo Social não é para a questão social? Que o governo tire do clientelismo, do apadrinhamento, do assistencialismo e envie para os atingidos.

Mas, deputado Sargento Amauri Soares, é mais grave a Medida Provisória n. 0146 porque aumenta os incentivos, aumenta o Refis. Conseqüentemente, tira da parte constitucional e coloca no Fundo Social. Mas se o Fundo Social não sobra para a Segurança Pública, não sobra para a Saúde, não sobra para a Educação, eles estão fazendo o quê? Mais desvinculação de receita para o Fundo Social, para clientelismo, para apadrinhamento, para assistencialismo; alguns dizem, para corrupção eleitoral, outros dizem, para estelionato eleitoral, outros dizem, para compra de voto, de forma subjetiva e indireta porque encaminha dinheiro para entidade aqui e para entidade acolá.

Servem para isso essas medidas provisórias, é para isso que nos convocaram. Estão-nos trazendo aqui, estamos reunidos aqui para dar mais incentivo fiscal, para tirar mais dinheiro da Saúde, da Educação e da Segurança Pública. E aí não há dinheiro - R\$ 950,00 - para o piso salarial dos professores. Entram com ação direta de inconstitucionalidade para não pagar o piso salarial nacional e dizem que a Educação e a Segurança Pública são prioridades.

Por isso, a nossa bancada, em relação à Medida Provisória n. 0148, é favorável a várias emendas, inclusive com relação ao Fundo Social e a outros aspectos.

Assim, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero dizer, em primeiro lugar, que a nossa posição é de indignação ética por estarmos votando medidas provisórias que não têm emergência, nem urgência. Em segundo lugar, somos contra porque ela aumenta os recursos destinados ao clientelismo, ao apadrinhamento e diminui os recursos para a política pública, para a política universal.

É por isso que a Aprasc está aqui, que as entidades da Segurança Pública estão aqui. Se esta Casa aprovar essas medidas provisórias teremos menos esperança de ser vitoriosos, teremos menos esperança de que será séria a política pública, de que a lei será cumprida. Eles não vão cumprir a lei e quando eles antecipam incentivo fiscal para alguns setores bem definidos, para empresa definida, para local definido, é porque há coisa por trás disso. Para aprovar incentivo fiscal nos dias 29 e 30 de dezembro é preciso ter cuidado!

Muito obrigado!
(Palmas das galerias)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham nesta sessão, quero registrar que se há efetivamente a intenção do governo do estado de punir os policiais, os bombeiros e as esposas que se manifestaram, é preciso que ele dê uma olhada no art. 105, § 2º, da Constituição de Santa Catarina, que diz que a cada cinco anos o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar tem que ser revisto. E a última revisão do RDPM foi feita em 2001. Portanto, o RDPM não tem validade legal há pelo menos dois anos. Todas as punições desse tempo são ilegais. E nesse mesmo tempo o governador Luiz Henrique da Silveira está cometendo crime de responsabilidade por não ter cumprido o § 2º do art. 105 da Constituição catarinense, que diz que o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar será revisto periodicamente, com o intervalo máximo de cinco anos, visando ao seu aprimoramento e à sua atualização.

Portanto, podem jogar o RPDM fora para construir outro porque o que estão usando não vale. E o art. 5º da Constituição Federal, no seu inciso XVIII, diz que a associação é livre para todos os brasileiros e que o estado não tem o poder de intervir.

Sendo assim, srs. parlamentares, a ação do governador, através do procurador-geral, também é um atentado à Constituição Federal. Eles, que estão falando tanto em punir, em usar a lei, que comecem usando a lei primeiramente pelo governador, depois pela sua turma, pelos seus assessores, depois pelos comandantes, aí, então, poderemos discutir as outras leis.

Como deputado, tive que avaliar as três medidas provisórias nesta Casa e quero falar um pouco sobre elas assim como outros deputados já o fizeram.

A MP n. 0146 coloca mais dinheiro sob o arbítrio da caneta do governador Luiz Henrique da Silveira, dinheiro esse que deveria ir para a conta única e ser distribuído, conforme a legislação, para a Educação, para a Saúde e até 49% para os municípios. Portanto, tira dinheiro que deveria ser usado, inclusive, para pagar a Lei n. 254 para o governador fazer as concessões que quiser, para a entidade que ele quiser, para a prefeitura que ele quiser, da forma que ele quiser e no momento em que ele quiser.

Portanto, tudo o que foi dito aqui é verdade com relação a essa medida provisória e o nosso voto será contra. A Medida Provisória n. 0147 amplia o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec. Até aqui era permitido 75% de perdão do ICMS, mas agora passa para 90%. Para quê? Para garantir que os poderosos ganhem mais à custa do trabalho do povo catarinense.

É um absurdo isto: todo esse esforço para tentar fazer com que a General Motors, uma multinacional que está falindo nos Estados Unidos, ganhe dinheiro em nosso estado, na cidade de Joinville.

A única do bem é a MP n. 0148, que distribui o dinheiro que o povo doou para os atingidos pelas cheias e que está depositado naquelas cinco contas da Defesa Civil. Portanto, não há nenhum centavo do governo do estado, mas a contribuição do povo catarinense e brasileiro para os atingidos e está sendo distribuído dessa forma. A essa, sim, à MP n. 0148 votamos favorável.

Queremos registrar que a nossa posição com relação à questão salarial da Segurança Pública sempre foi pelo diálogo e continua sendo pelo diálogo. Há três anos, mesmo sem nenhum centavo a mais na folha de pagamento da Segurança, vimos tentando, de todas as formas, conseguir um diálogo com o governo do estado, que se tem mostrado enrolador, postergador, intransigente e que despreza os anseios, os sentimentos da nossa gente, da gente que faz a segurança pública no estado de Santa Catarina.

Portanto, continuamos à disposição para negociar com o governo desde que ele saia dessa postura de ditador Luiz XV, o ditador que está querendo, inclusive, suprimir a Constituição Federal e a Constituição do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado! A luta continua como sempre!

(Palmas das galerias)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão da honra de prestigiar o Parlamento catarinense, fazendo seus pleitos e reivindicações, eu gostaria de, rapidamente, fazer algumas considerações em relação ao discurso do eminente deputado Joares Ponticelli.

Foram quatro anos de críticas. Já no governo de Paulo Afonso não havia outro discurso a não ser os discursos críticos. Inscreviam-se no horário dos Partidos Políticos para criticar; no horário de Breves Comunicações para criticar; não havia outra coisa, eram só críticas, críticas e críticas.

Derrubaram o governador na época, ganharam o governo e em vez de começar a administrar, o governo do eminente deputado Joares Ponticelli não trabalhou, continuou a fazer críticas, como se criticar fosse administrar. O que é a crítica? É ação? É realização? Não! E o que aconteceu? Foram para outro embate e perderam a eleição, porque só com críticas e sem diálogo não se constrói.

Eu até não crítico o eminente líder da bancada do PT, deputado Pedro Uczai, porque ele nunca foi governo, foi só Oposição aqui na Casa; mas ele foi governo em Chapecó e parece que não deu bem certo lá. Então, não dá para fazer só críticas, tem que construir, pois só com críticas não se constrói nada, absolutamente nada.

O candidato do partido do deputado Joares Ponticelli foi para o segundo embate, e o que aconteceu? Foi derrotado de novo nas urnas. Por quê? Porque não fizeram nada, eles tiveram a oportunidade de fazer não só para as Polícias Civil e Militar, mas para toda a sociedade. Os da Oposição de hoje, que antes eram governo, recebiam moedas na cabeça porque não faziam nada por Santa Catarina! Então, a vida pública é construída com trabalho, com ação, com criatividade, com diálogo, senão não se chega a lugar nenhum.

Mas, como estava dizendo, derrotado de novo para governador, veio concorrer à prefeitura de Florianópolis. E o que houve? Moeda Verde era só o que falava; eram só críticas e mais críticas. Aí o povo cansou e ele levou um banho de Dário Berger. O homem que foi governador por duas vezes, que foi prefeito por dois mandatos levou um banho de Dário Berger na sua terra.

Então, isso é para mostrar que esse discurso do eminente deputado Joares Ponticelli está fora de moda, ele precisa de mais criatividade, mais competência, precisa buscar o diálogo. Precisa? Precisa, sim, pois sem diálogo não se constrói absolutamente nada.

Eu tenho 26 anos de vida pública, vim do interior, tenho a honra de dizer que já fui agricultor, tenho a honra de dizer que já fui caminhoneiro, mas sempre prezei o trabalho, a seriedade, o diálogo, a luta constante em defesa de todos os segmentos sociais. Então é preciso pensar um pouquinho que é necessário dialogar.

Foi aprovada nesta Casa uma lei, é verdade, e o governo tem feito o que pode, tem feito o possível e o impossível para cumpri-la, mas não tem conseguido.

(Manifestação das galerias)

Então o que acontece?

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A palavra está garantida ao deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sempre fui favorável, não sou contra os policiais que aqui estão. Eu admito fazer esse tipo de... Não estou fazendo nenhuma acusação. Por que fazer isso? Não me tenham como adversário, porque não sou, nunca fui e nunca serei. Eu sei o trabalho relevante que presta a polícia de nosso estado, seja ela Civil ou Militar. É um trabalho relevante e que tem que ser reconhecido.

Agora, é preciso haver uma forma de reconhecer e de checar os dados para cumprir essa missão que esta Casa determinou.

Sabemos perfeitamente que o governo passado contratou pouco ou quase nada de policiais. Muito pouco ou quase nada. Foram admitidos 2.945 policiais no mandato do Luiz Henrique, contra 584 do outro mandato. Então, é preciso saber que hoje a despesa com a folha de pagamento dobrou. Por que ela dobrou? Porque houve o aumento do número, e com razão, de reconhecimento, de promoções. Nunca houve tantas promoções na Polícia de Santa Catarina como agora, no governo Luiz Henrique. Nunca houve tantas promoções, e isso eleva também a folha de pagamento.

Tenham certeza de que quero ajudar a construir, porque só a Oposição aqui não vai conseguir. Eu não vou virar as costas, podem ter certeza. Sr. presidente, eu quero ajudar a construir, dia 7 de janeiro já temos um encontro marcado e eu quero ajudar. Não vou virar as costas, porque não sou mal-educado, nunca fui e não irei virar as costas. Eu quero ajudar a construir um estado de qualidade, e um estado de qualidade passa por segurança de qualidade.

Mas não é com radicalismo, não é dessa forma que iremos buscar aquilo que nos interessa, não é assim. Estou aqui pedindo, em nome do governo, um diálogo, um entendimento para fazermos uma montagem e poder cumprir a lei. Agora, não é com a faca no peito, não é virando as costas que terão parceiros para cumprir.

Não há problema nenhum, eu tenho 26 anos de vida pública norteada no trabalho com responsabilidade e lealdade, sr. presidente, ao povo, a minha região e ao sul. Sou muito amigo, e sou mesmo, de coração, da Polícia da minha região, porque eu os respeito, luto por eles, e irei continuar lutando.

Lamento que durante o meu pronunciamento as pessoas viressem as costas para fazer de conta que não estão ouvindo. Eu não vou continuar assim. Quero ficar, deputado Elizeu Mattos, de frente para ajudar a construir uma saída digna para a Polícia, mas também para o governo do estado. Por isso quero deixar a palavra com v.exa., mas na certeza de que nunca falhei com a minha palavra e nunca irei falhar.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o eminente deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não usaria da palavra neste momento, só mais tarde. Mas estava acompanhando a fala do meu nobre líder do PMDB e sou testemunha do esforço do deputado Manoel Mota na questão da Polícia Militar também.

Sr. presidente, aprendi uma coisa lá em casa: quem precisa de apoio também precisa dar respeito. É preciso respeitar um líder que se tem esforçado e que hoje, inclusive, conversou com o governador Luiz Henrique da Silveira sobre essa questão pessoalmente.

Mostrar educação não é virar as costas para o líder, é encarar de frente e talvez nem sempre ouvir aquilo que se quer. Nem sempre ouvir aquilo que se quer! Essa não é uma amostra, conheço os nossos policiais. Tenho vários amigos policiais, inclusive um cabo que é vizinho de porta da minha casa, e que esteve domingo, no dia de Natal à noite, na minha casa discutindo comigo a questão da Polícia, e lá ele foi muito bem recebido, deputado Sargento Amauri Soares. Foi muito bem recebido porque foi até lá com educação e não com discurso fácil e aplauso oportunista. Foi lá discutir cara a cara e pedir o meu apoio.

E aqui ninguém é contra ninguém! Queremos ajudar o professor, o policial, e a nossa Santa Catarina. Ninguém aqui é contra aumentar os salários, mas não podemos aqui mentir! Se a lei não foi cumprida agora não podemos mentir dizendo que vamos pagar. E quando chegar março, se não houver arrecadação, as pessoas quanto irão receber?

Temos que ter responsabilidade, dar cada passo do tamanho do compasso. Não podemos querer dar um passo maior que as pernas. Temos que conversar, e o melhor meio para a conversa que aprendi não é confronto, é o diálogo. Tem que ser aberto o diálogo, sim, mas não com confronto, com a educação.

Defendo os policiais! Defendo, e tenho vários amigos policiais, e o deputado Sargento Amauri Soares sabe disso, e sempre defendi a negociação, não o confronto, ainda mais da nossa Polícia, que não veio para confrontar "a" ou "b", ela veio, sim, reprimir a bandagem e não confrontar a política ou a discussão da melhoria da qualidade de vida. Sou parceiro como v.exa., deputado Sargento Amauri Soares, assim como os deputados Dirceu Dresch, Pedro Baldissera, José Natal, Piriquito, Edison Andriano e Professor Grando, do diálogo e da conversa, porque a democracia se constrói não com o confronto, e sim com o diálogo.

Por isso é que estamos aqui. Estamos aqui doando a vocês o maior respeito, mas também queremos respeito aos nossos líderes que assomam esta tribuna que é do povo, e nós queremos respeito.

Eu poderia aqui falar outras coisas, faltar com respeito, mas aprendi lá no interior de Anita Garibaldi que se todas as vezes o meu pai me enfrentasse quando era pequeno, deputado Serafim Venzon, se todas as vezes que o meu pai falasse e eu não quisesse escutar eu virasse as costas, como seria a minha educação? Qual seria o meu caminho de vida? E não é isso que quero para Santa Catarina nem para os policiais e para os nossos deputados.

Agora vamos parar com o discurso oportunista e com o aplauso falso.

(Manifestação das galerias)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente!

Queria aproveitar aqui, na presença de vários companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, de várias esposas do movimento das mulheres, esposas e familiares, para registrar neste microfone de aparte, neste plenário, que o deputado Renato Hinnig, que é do PMDB, na condição do relator do Orçamento do próximo ano, acatou a nossa emenda que permite ao governo do estado criar crédito suplementar para a reposição salarial de todos os servidores públicos e, de forma específica, para o cumprimento da parte que falta pagar da Lei n. 254.

Gostaria, então, de fazer esta homenagem ao deputado Renato Hinnig, que é do PMDB, do partido do governador, por esta atitude de acatar a nossa emenda.

Muito obrigado, deputado Renato Hinnig, pela sua disposição.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A presidência agradece a participação dos membros da Aprasc, e inicia a Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0146/2008, de procedência governamental, que altera a Lei n. 13.334, de 2005, que institui o Fundo de Desenvolvimento Social - Fundo Social, e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, Sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai, líder do PT.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sobre essa medida provisória, com relação ao mérito, nós temos críticas ao Fundo Social como um instrumento de clientelismo, de apadrinhamento, de assistencialismo e a não-universalização de política pública. E é nessa direção que nós temos feito a crítica, mas dentro desta perspectiva da legalidade ou não, nós vamos permitir que a medida provisória tramite na Casa, e nós vamos nos posicionar, em relação ao mérito, nas comissões, e posteriormente aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação a admissibilidade da Medida Provisória n. 0146.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade da matéria com a abstenção do deputado Pedro Uczai e do deputado Sargento Amauri Soares.

Está aprovada a admissibilidade da emenda.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0147/2008, de origem governamental, que altera as Leis n.s 10.297, de 1996; 13.342, de 2005; 13.992, de 2007 e 14.264, de 2007, e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o líder do PT, deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A nossa bancada se manifesta contra esta medida provisória, porque ela não tem urgência e emergência, com exceção do art. 9º. A bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou um substitutivo global a esta medida provisória contemplando o art. 9º, que diz respeito à concessão e isenção de taxas aos atingidos pelas enchentes no médio vale do Itajaí.

Isso é emergente e urgente, e é com isso que a bancada é solidária, com o povo atingido pelas enchentes. No restante, que é a parte que altera várias leis, inclusive a área de incentivos fiscais, porque mantém inconstitucionalidade e ilegalidade, nós não podemos admiti-la. Não pelo mérito, mas pelos próprios vícios de inconstitucionalidade e de ilegalidade, nos manifestamos.

Além do mérito, também somos críticos e contrários e nos manifestamos neste momento contra.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para encaminhamento de votação, com a palavra o deputado Silvio Dreveck, líder do PP.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Na mesma direção, entendemos que esta medida provisória poderia ser encaminhada a esta Casa como projeto de lei. Evidentemente que no que tange aos flagelados das enchentes, entendemos que tem nesse artigo o seu fundamento, no entanto nós estamos alterando o pró-emprego, o Prodec e várias leis em uma medida provisória que não tivemos tempo suficiente para analisar e para discutir com a sociedade.

Portanto, sr. presidente, nós nos manifestamos contrário a admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feitos os encaminhamentos, vamos à votação propriamente dita.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam a admissibilidade da MP n. 0147 permaneçam como se encontram.

Aprovada com os votos contrários do deputado Sargento Amauri Soares, da deputada Ana Paula Lima, deputados Pedro Uczai, Silvio Dreveck, Dirceu Dresch, Pedro Baldissera e Kennedy Nunes.

Aprovada a matéria por maioria, está admitida a medida provisória.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0148/2008 de origem governamental, que institui o Auxílio Reação, voltado ao atendimento das unidades familiares atingidas pelos desastres ocorridos no estado de Santa Catarina a partir do dia 19 de novembro de 2008 e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o líder do PT, deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Esta medida provisória é a única que motiva estarmos aqui hoje, é a única razão e por isso a bancada votará favorável à admissibilidade, reservando às comissões e às áreas de mérito apresentar várias emendas que contemplem os habitantes, os moradores, as famílias que estão em abrigos, os agricultores e também o Fundo Social, além do recurso que é da solidariedade do povo catarinense e povo brasileiro, porque senão não há muita razão de estarmos aqui nesta tarde votando.

Vamos votar favoravelmente à admissibilidade, apresentando várias emendas para aperfeiçoar e melhorar esta medida provisória.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o líder do PP, deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputadas, somos pela admissibilidade da Medida Provisória n. 0148. No entanto, lamentamos que o governo do estado não tenha utilizado recursos do Fundo Social ou recursos próprios, apenas utilizando as doações da população catarinense e de todo o Brasil para destinar esses recursos aos flagelados.

Entendemos que o governo do estado deveria utilizar recursos do governo, do próprio caixa, para demonstrar a solidariedade com o povo catarinense.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, apenas para registrar também que essa medida provisória é aquela que temos chamado de medida provisória "do bem" e que está no meio de outras duas com outros adjetivos. Nós concordamos com as emendas que estão sendo propostas aqui no plenário de se estender esse benefício para as famílias que recebem até cinco salários mínimos, e não três. Também estaríamos de acordo com uma emenda, veremos se é possível construir ainda, que garanta a concessão do benefício para as pessoas que perderam a sua casa e estão morando nos abrigos, porque senão isso vai fazer com que as pessoas saiam dos abrigos e morarem embaixo da ponte para depois terem direito. Essa é uma situação que consideramos absurda, as pessoas que perderam as suas casas, mesmo que estejam morando em abrigos, também devem e precisam fazer jus a esse direito.

Essa é a nossa manifestação e esperamos conseguir construir isso na tarde de hoje aqui no plenário.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também somos favoráveis à admissibilidade, mas no mérito pretendemos alterar alguns dispositivos, e um deles, além dos que já foram apontados, é que nós queremos também ver recursos do estado aportados nesse fundo, porque até aqui o que estamos vendo é o governo fazer cortesia com o chapéu alheio, uma vez que pretende, com a medida provisória da forma que está, distribuir apenas - eram R\$ 24 milhões, mas deve estar em R\$ 28 milhões pelo que vi hoje - o que o povo doou, as contribuições da população.

Nós queremos que no mínimo haja uma paridade para que a cada R\$ 1,00 doado pelo povo haja, por parte do governo do estado, um aporte de recursos do Fundo Social. Para isso a Medida Provisória n. 0146 irá ampliar a base arrecadatória do Fundo Social e é preciso que haja essa amarra e esse compromisso do governo de também alocar recursos e não ficar apenas fazendo cortesia com o chapéu alheio na desgraça de tantos catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação a admissibilidade da Medida Provisória n. 0148/2008.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade da matéria.

Continuação da votação em turno único do Projeto de Lei n. 0254/2008, de origem governamental, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas.

Um destaque já votado e o outro continua em discussão.

Em discussão o requerimento de destaque assinado por toda a bancada do PT.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra para discutir o requerimento de destaque assinado por toda a bancada do PT o sr. deputado Pedro Uczai.

Estamos discutindo o requerimento de destaque. Há a Emenda n. 0002 ao PL n. 0245/2008.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, estou subindo a esta tribuna para novamente sensibilizar os nobres pares da importância de votar o projeto das PCHs, de apoiar produção de energia limpa, de apoiar a produção de energia elétrica a partir de pequenos e médios empreendimentos.

Há 20 anos eu defendo essa tese e, inclusive, ela foi fruto de um dos capítulos da minha dissertação de mestrado, quando defendia que não precisava grandes projetos, mas pequenos e médios projetos as dezenas e aos milhares neste país.

Mas sempre defendi também uma tese de que dá para casar energia limpa e defesa das questões sociais de quem é atingido pelas barragens, que é aquele morador que residu lá 30, 40, 50 anos. E nós queremos aperfeiçoar esse marco regulatório, permitindo, inclusive, que os proprietários das terras possam ser também sócios das PCHs ou possam arrendar e não só ser desapropriados. Mas esse é outro debate.

O que estamos debatendo aqui, e querendo a sensibilidade dos deputados, é em relação ao estudo ou não da bacia hidrográfica. E o projeto original prevê que não precisa mais de nenhum estudo de bacia hidrográfica, quando um projeto alagar até 300 hectares de terra ou atingir até 150 hectares de floresta nativa, antiga. O que isso significa? Se não houver mais estudo em cada hidroelétrica que vai atingir isso, qualquer hidroelétrica que vai ser feita aqui em Santa Catarina não vai precisar mais de estudo da bacia hidrográfica.

Mas, deputado José Natal, quando se faz uma PCH de 15 megawatts, mais a frente, com a mesma água, faz-se mais uma de 15, mais outra de 12, mais outra de 17, mais outra de 15, ou mais outra de 13, numa mesma bacia hidrográfica, e nenhuma delas irá precisar de estudo nenhum! E qual é o impacto social e ambiental, principalmente, daquela bacia? Se destruir-se a mata ciliar, se destruir-se, alargar e não houver nenhuma lei compensatória, não vai haver nenhuma perspectiva de estudo das consequências desse empreendimento e a água não vai ser só privatizada; a água vai ser diminuída ao longo de uma, duas décadas, com o assoreamento do próprio rio.

Então, os que defendem, hoje, vão ser vítimas amanhã. Quando um empresário de Xanxerê dizia-me: "Deputado Pedro, v.exas. têm que criar um fundo. Nós pagamos o nosso faturamento para o governo do estado ter um fundo para atingir e cuidar de todas as bacias hidrográficas, porque não adianta eu cuidar só dos 30 metros. Tem que cuidar da bacia"! E aí nós votamos uma emenda. O nobre deputado Herneus de Nadal - e quero fazer esse registro de justiça - acolheu uma emenda nossa que cria um *royalty* de 1%. Mas, ao mesmo tempo, isentou do estudo ambiental?! Para que *royalty*? Para que fundo? Para fazer o quê? Se não precisa do estudo? E 300 hectares...

O que é o conceito de uma PCH. O conceito de PCH é um megawatt a 30 megawatts, 3km² e não alagamento superior a 300 hectares. Esse é o conceito de PCH. Passou de 300 hectares, já é hidroelétrica. Esse é um conceito de PCH, mas não é o que se prevê no estudo da bacia hidrográfica. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

Portanto, quando determinados consultores estiveram aqui nesta Casa, deputado Reno Caramori, dizendo que a bancada de v.exas. precisa colocar até 20 hectares, nós propusemos 30 hectares. O deputado Professor Grandó se manifestou na oportunidade na nossa comissão, dizendo que não tinha que por 30 hectares, o próprio PCH tinha que ter estudo e não custa quase nada.

Alguém argumenta que vai empatar sobre o custo da obra. É mentira! É falsidade dizer que vai dar grande impacto sobre a obra! Para produzir um megawatt custa R\$ 4,5 milhões ou R\$ 5 milhões; você gasta para fazer R\$ 2 mil, R\$ 3 mil ou R\$ 5 mil.

Recebi agora, de um professor de Geociências da UFSC, um estudo. Os professores das universidades de Santa Catarina, da Univalde, por exemplo, mostram que eles já têm estudo do rio Itajaí no acesso ao porto. Por que se faz rapidamente a intervenção do governo federal no porto? Porque já existe estudo! Quanto custou? Façam uma parceria entre as universidades. A Universidade Federal de Santa Catarina tem estudo! As outras universidades regionais têm estudo; a Unoesc tem estudo e pode ampliar os estudos até para provocar essa parceria e essa relação.

Então, há estudo da bacia hidrográfica, mas o governo está desresponsabilizando-se de exigir um estudo da bacia para qualquer hidrelétrica de Santa Catarina. Mais nenhuma, deputado Edison Andrino, precisará de estudo da bacia hidrográfica. Há mais de 200 processos de PCHs tramitando para conseguir licença. É para escancarar as licenças? Mas não vai haver estudo de impacto ambiental e social?

Eu já manifestei aqui que eu sou um defensor convicto das PCHs. Estou incentivando e começando a trazer tecnologia alemã premiada na Europa para Santa Catarina. Defendo a produção de energia limpa, a produção de alimentos, a produção de peixes, respeitando a vazão e o movimento das águas. Estou indo novamente, em fevereiro, à Alemanha com um empresário aqui do médio vale para buscar tecnologia.

Então, não estou aqui fazendo demagogia, não estou fazendo críticas a um projeto do governo porque sou da Oposição. Nós queremos é aperfeiçoar este projeto e dar condições futuras de este estado virar modelo não de destruição, mas modelo de produção de energia limpa, preservando a bacia hidrográfica, preservando o meio ambiente.

Deputado Nilson Gonçalves, a água é pública, a água não pode ser apenas de um empreendedor e dane-se o resto da região. Como a questão do banhado, deputado Reno Caramori, sobre a qual v.exa. tem comentado: às vezes, elimina-se um manancial aqui e prejudica-se uma comunidade inteira.

Então, em nome do quê? Em nome do quê? Como os próprios empreendedores, aqueles que são sérios, que querem produzir energia com responsabilidade, dizem, tem que haver um estudo, tem que haver um fundo, caso contrário, daqui a 20 anos não teremos mais PCHs porque, como todos sabem, a regularidade da água deixada, deputado Moacir Sompela, é uma já que é um grande lago. Assim, mesmo com seca, diminui apenas um percentual de energia. Já numa PCH, se a água diminui muito, a turbina pára; por isso é que estão colocando uma turbina, duas turbinas, três turbinas. Mas diminuindo a água - e quantidade de água é muito irregular - e se não fizermos um estudo da bacia hidrográfica, estaremos comprometendo o futuro de Santa Catarina. Em nome do quê? Em nome do retorno rápido? Mas o retorno será rápido igualmente: de cinco a sete anos, com estudo da bacia hidrográfica, há retorno!

Deputado Darci de Matos, uma PCH - e falo de cadeira, falo com convicção -, de cinco a sete anos consegue-se amortizar o investimento. E a concessão é para 30 anos! Se você cuidar da bacia hidrográfica, terá mais 30 anos de geração de energia, ou seja, mais de 20 anos de lucratividade, de rentabilidade.

Portanto, ninguém aqui quer comprometer empreendimento nenhum, mas a água é pública e tem que estar dentro do desenvolvimento de uma região.

Eu lamento, eu lamento. Quero aqui terminar o meu discurso dizendo que eu lamento que o governo não tenha a sensibilidade de acolher o nosso destaque que fixa os 30 hectares. Até 30 hectares estaria liberado, deputado Silvio Dreveck. E todos os projetos que estão em tramitação, pela informação que veio da secretaria de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, não atingem 30 hectares.

Agora, empreendimentos maiores precisam de estudo. Pelo amor de Deus! Vamos pensar o estado para toda população de Santa Catarina! Vamos pensar a energia limpa com meio ambiente, com a questão social para pensar o conjunto desse projeto de desenvolvimento.

Quero fazer mais um apelo às bases do governo que têm voto para que possamos buscar o entendimento com relação a esse destaque.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito para discutir é o deputado Edison Andrino, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, acho que a maioria dos deputados da Casa não conhece o conteúdo desta matéria. Ela é complexa e de difícil entendimento.

Na última votação, quando foi pedida a suspensão da votação para que a matéria voltasse agora na convocação, procurei, através de assessoria técnica, fazer um estudo aprofundado desta matéria.

Acho que a Casa tem que ter um pouco de cuidado com o que vota, para não acontecer aqui o que ocorre, às vezes, no Congresso Nacional: vota-se as leis e depois não se consegue cumprir aquilo que foi votado. Estamos cheios de exemplos aí.

Passarei a ler, agora, algumas considerações que foram feitas técnica e juridicamente:

(Passa a ler.)

"Não existe atualmente na legislação essa obrigação. Existe apenas a obrigação de fazer estudo de impacto ambiental (art. 225, § 1º, inciso IV da Constituição Federal), o que é diferente dessa matéria.

O estudo de impacto ambiental é realizado por projeto, ou seja, cada usina faz um estudo dos seus impactos. A avaliação ambiental integrada é de toda a bacia hidrográfica.

Portanto, como regra geral, o PL proíbe a implantação de novas usinas hidroelétricas em bacias hidrográficas onde não tenha sido feita a avaliação ambiental integrada de toda a bacia hidrográfica, até que essa seja realizada.

A legislação federal cria a obrigação de fazer o estudo, mas também traz uma regra de transição que determina que, enquanto os estudos não forem realizados, os projetos serão implantados de acordo com a legislação específica do setor elétrico (art. 52 da Lei n. 9.433/97).

Até o momento, creio que em todo o Brasil somente o rio Uruguai tem uma avaliação ambiental integrada concluída, feita pelo ministério do Meio Ambiente. Essa avaliação ambiental integrada do rio Uruguai foi feita pela empresa de pesquisa energética vinculada ao ministério de Minas e Energia, ou seja, pela União. Trata-se, portanto, de um estudo novo e complexo, feito poucas vezes e sobre o qual não se tem muita definição ainda. Estão aprendendo na medida em que estão fazendo.

Creio que Santa Catarina será o primeiro estado a criar essa obrigação.

O ministério público federal tem tentado impor a obrigação de realizar essa avaliação ambiental integrada aos empreendedores de usinas hidroelétricas, mas não temos notícia de ações com resultados positivos. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça de Brasília permitiu que uma usina continuasse sem esse estudo."

Segue abaixo a decisão do Supremo que eu não vou ler aqui porque é muito grande.

(Continua lendo.)

"Problemas desta lei, deputado Herneus de Nadal:

Provável inconstitucionalidade. O art. 22, inciso IV, da Constituição Federal estabelece que é competência privativa da União legislar sobre águas e energia elétrica. O PL n. 254 trata justamente desses temas. Embora o estado tenha competência para legislar sobre meio ambiente (que também é o caso em questão), estabelecer a obrigação de

estudar bacia hidrográfica parece ser primordialmente direito de águas e condicionar a implantação de usinas a esse estudo parecer ser direito de energia elétrica. Nesse caso creio que prevalece a competência privativa da União. Até porque há bacias hidrográficas que ultrapassam os limites do estado de Santa Catarina, e o estado não teria competência para legislar sobre bacias que cortam outros estados da federação, como o caso da bacia do rio Uruguai.

Diz o art. 22 da Constituição:

'Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

[...]

IV - Águas, energia, informática, telecomunicações e radiofusão'. [sic]

Possível interferência com bacias hidrográficas de outros estados. O PL prevê que a avaliação será apreciada pela Fatma, sr. presidente. Como a Fatma vai apreciar a questão da bacia do rio Uruguai, se entra no estado do Rio Grande do Sul?

Conflito com a legislação federal. A Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, institui a política nacional dos recursos hídricos. Esta lei estabelece a obrigatoriedade de planos de bacias hidrográficas, que devem incluir uma análise do potencial das bacias hidrográficas e estabelecer prioridades para outorgas de direitos de uso (arts. 7º e 37).

Esses estudos de bacias, por serem mais abrangentes, incluem o conteúdo da avaliação ambiental integrada, pois deve permitir saber o potencial não só para instalar as usinas hidroelétricas, mas todos os outros usos.

O art. 52 da Lei n. 9.433 estabelece que enquanto esses estudos não forem realizados as usinas continuam sendo implantadas no regime anterior. Ou seja, evitam a paralisação sabendo que os estudos são complexos e demorados.

O PL, este que estamos votando, cria um estudo diferenciado somente para Santa Catarina e não cria essa regra de transição paralisando a implantação de empreendimentos.

O PL suspenderá a implantação de usinas hidroelétricas no estado enquanto as avaliações não forem realizadas. Isso poderá demorar muito, pois não há previsão de realização.

Falta uma norma de transição definindo o que ocorrerá com as usinas já licenciadas ou já autorizadas pela Aneel. Ficarão paradas também essas usinas?

Não há uma definição precisa de como se deve fazer a avaliação ambiental integrada. O PL não dá nenhuma diretriz e não esclarece como o estudo deverá ser feito. Apenas cria a obrigação. Deveria ao menos dizer que o órgão ambiental ou o comitê de bacia hidrográfica definirá como será feito por meio de termo de referência.

Quando serão realizadas as avaliações? Quem fará as avaliações? O PL não define isso.

Questão da ressalva das Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs):

O art. 2º ressalva as Pequenas Centrais Hidroelétricas.

O objetivo da avaliação é verificar a capacidade do rio de suportar determinado número de usinas.

Por isso não há sentido, em princípio, em excluir nenhuma, pois as pequenas também afetam o regime natural do rio.

Por outro lado, a ressalva faz sentido em termos práticos, quando considerado que a proibição é muito pesada e paralisa todos os empreendimentos.

Na prática, sr. presidente, o PL dispensa da avaliação todas as PCHs, de acordo com a definição trazida pela resolução da Aneel n. 394, de 4/12/1998. O art. 2º da resolução define que são PCH todos os empreendimentos com potência superior a 1.000 *quillowatts* e igual ou inferior a 30.000 *quillowatts*, com área total do reservatório igual ou inferior a 3km²."

Também aqui, sr. presidente, os estudos técnicos e jurídicos feitos por especialistas trazem a questão, analisam as emendas feitas pelos deputados, principalmente o deputado Pedro Uczai, do PT.

Não me resta mais tempo, mas eu pediria a esta Casa, sr. presidente, que, quem sabe, numa consulta ao governo, pudesse deixar isso para depois da convocação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, primeiro quero elogiar o deputado Edison Andrino pelo belo estudo realizado sobre esse assunto das PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas, que muito contribuem para que possamos, mais de uma vez, ser pioneiros neste país. Ele abordou muito bem a Lei 9.433, de 1997, que fala da política nacional de recursos hídricos e que completou 10 anos em 2007. O Brasil terminou em 2007 o seu Plano Nacional de Recursos Hídricos através da Agência Nacional de Águas.

Esse plano existe nas bacias, nas megabacias no Brasil, mas o mais importante é que quem legisla sobre energia, águas e informática e tantos outros assuntos é o governo federal, e nós estamos fazendo uma lei em que nos estamos dando um direito superior ao do governo federal.

Mas esse não é o assunto. Eu quero chamar a atenção de algo fantástico que Santa Catarina tem. Temos que planejar o nosso estado olhando-o de cima para baixo. Como disse o deputado Edison Andrino, nós temos a serra do Mar e a serra Geral que atravessam toda Santa Catarina e onde estão as nascentes dos grandes rios que vão para o oeste e dos grandes rios que vêm para o leste. É o famoso divisor de águas. Outros estados do Brasil não têm! O Rio Grande do Sul tem a campanha aberta. Nos estados do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro e outros é diferente e nós temos que aproveitar!

Essa é a verdadeira razão do nosso pronunciamento. Santa Catarina tem que aproveitar essa riqueza que está ali, que a natureza nos deu e que atravessa todo o estado. Os grandes rios, os 12 rios que correm para oeste, formando a bacia do rio Uruguai e do rio Iguazu e todos os outros rios que correm para o leste chama-se a cumeieira das serras Geral e do Mar. Essa riqueza nós temos que aproveitar como potencial.

E aqui quero dar uma notícia: Santa Catarina pode ser auto-sustentável com energia limpa em PCH. Quantas PCHs nós podemos fazer? Cento e oitenta, como há pedidos na Celesc? Podemos fazer 200, 300 ou apenas 100, 140?

Para isso, para essa potencialidade ser bem aproveitada é preciso fazer um estudo! Hoje com a ciência, com a tecnologia que tem, Santa Catarina pode ser auto-sustentável só com a energia limpa conseguida através de PCHs. Não falo da biomassa, que é o caso de Lages, onde vemos que os restos de madeira que são queimados geram energia suficiente para manter a cidade. Não falamos aqui da energia eólica, dos ventos, falamos só das PCHs. Então, se houvesse um estudo dessas bacias, dessas nascentes que formam as grandes bacias, nós poderíamos ter o número das PCHs que poderíamos licenciar.

E esse estudo é tão fácil, deputado Moacir Sopelsa. Eu não sei por que é que as pessoas gastam mais energia e mais recursos públicos. Parece até aquele ditado: Para que facilitar, se podemos complicar? Quer dizer, torna-se bem mais fácil.

O deputado Moacir Sopelsa lembra aquele problema da suinocultura, quando surgiram empréstimos em bancos para criar os suínos em Santa Catarina e era preciso ter licenciamento. O pessoal da Fatma perguntava: "Como licenciar criação de porco?" Ai foram vendo as regras, foram ordenando-se e fizemos um ajuste de conduta. Resolveu o problema da suinocultura, exportando.

Os agricultores, as empresas estão sendo enquadradas, porque não se multa mais o agricultor, nós fizemos isso, multa-se as empresas. Houve o problema do arroz, começamos a resolver; houve o problema da maçã, resolvemos; tudo com ajuste de conduta. Os problemas do carvão, da cerâmica vermelha também foram resolvidos com ajuste de conduta.

Aqui está um exemplo de que podemos resolver isso sim, e esse é o papel do Ministério Público, que está exigindo esse estudo. Mas isso pode ser feito através do ajuste de conduta para esclarecer as dúvidas aqui levantadas. As usinas que estão em andamento vão parar ou não? Pela Aneel não, porque está na definição desde 1993. E aquelas que têm que ser licenciadas? Meus amigos, nós estamos vivendo um momento de crise mundial, nós temos aí bilhões de reais que poderão ser investidos em Santa Catarina em energia, que tanto precisamos; em obras, que trarão riquezas para aquelas regiões, que pagarão impostos para os municípios que irão ter essas usinas. Qual é o município que não quer?

Vamos ver em Campos Novos, que tem a Enercan; vamos ver como construíram Itá; vamos ver como fizeram em Concórdia, deputado Moacir Sopelsa, onde estão construindo uma no rio Chapecó e tantas outras. Então, os recursos públicos passam pelos municípios, onde tanto precisamos deles.

Nesse sentido, eu entendo que nós podemos aqui propor uma suspensão desse projeto para o início do próximo ano, e até lá virá algo que é importante para Santa Catarina. Por que Santa Catarina é o que é? Porque em cada lugar há uma universidade, nós temos 220 mil universitários. Quantas fundações nós temos? Não estou nem falando das universidades privadas, das comunitárias, mas das públicas. Essas universidades farão o estudo da vazão em cada região determinada, que é um estudo simples da questão ambiental, da área de proteção. Por quê? Porque a água não é só para produzir energia, nós precisamos da água para a sedentação humana, essa é a prioridade número um, em que vamos ter problemas se não soubermos fazer direito, depois vem a sedentação de animais.

Então, o que temos que fazer? Aproveitar a água para o saneamento. Ai vamos fazer as barragens e depois não temos água para beber, nem para a higiene, a saúde que tanto precisamos, o saneamento e outros investimentos.

Aí vem uma coisa bonita, um não contraria o outro, pode ser feito em conjunto, aproveitando essa potencialidade que eu tanto falo que só Santa Catarina tem, pela sua característica geográfica. Para a grande preservação do meio ambiente no nosso estado é preciso ter-se essa visão. Olhem o mapa de Santa Catarina. Olhem esse mapa! Nenhum outro estado tem isso.

Portanto, nós estaremos dando exemplo como o primeiro estado do Brasil a ter um estudo da bacia hidrográfica, porque nenhum outro estado tem. É verdade, não têm! Nós poderemos ser o primeiro, e é simples. Usando as universidades, em três meses, esse capital que se quer investir em PCH poderá vir para o estado de forma coerente e correta, usando as universidades para fazer o estudo das bacias hidrográficas ou de empresas ambientais, enfim, de quem já tem tanta experiência.

Eu só quero dizer que, na prática, o estudo da bacia do rio Uruguai está sendo feito pelo Ibama, porque é um rio de divisa, e neste caso o órgão nacional é que faz. Mas são tantos os dados e as coletas que não vai ser conclusivo, mas pode ser estimado. Geralmente, vejamos bem, o que podemos ter? Não é um diagnóstico, mas é um parecer que vai ser complementado - e nunca vai ser perfeito esse estudo - somente com o tempo! Mas nós temos que um dia começar, e não querer provocar isso através de uma lei para que aprovada possa liberar as PCHs que aí estão.

Olha! Eu diria ao governo que em três meses dá para resolver isso através de ajuste de conduta, e através dos órgãos, das empresas interessadas em aproveitar essa potencialidade, e investir, ao invés de fazermos algo que pode ser questionado juridicamente, e aí vai atrasando cada vez mais.

Então, vamos fazer correto, porque estaremos dando exemplo para o país, e Santa Catarina mais uma vez será pioneira em energia limpa e será auto-suficiente, que é o mais importante, em tudo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, vou fazer minha manifestação do microfone de aparte.

Primeiramente, sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero dizer que realizar as PCHs agora é um motivo de interesse particular e financeiro. Acho que é um dos investimentos que tem mais rentabilidade no momento. E aí fica minha pergunta: Por que o governo quer aprovar tão rapidamente, esse projeto? Acho que há interesse por trás desse projeto. Interesses particulares. Quero também lembrar e aqui concordar com a manifestação do deputado Pedro Uczai, do deputado Edison Andrino, do deputado Professor Grando, que nós temos uma responsabilidade muito grande enquanto parlamentares aqui representando o povo de Santa Catarina.

Esta matéria é complexa, esta matéria merece um estudo melhor tanto de nós, parlamentares, quanto das nossas assessorias para que possamos votar um projeto, sim, que não vá lesar o estado de Santa Catarina, que possa ser colocado em prática, a exemplo, como bem frisou o deputado Edison Andrino, da Lei n. 254, que nós votamos nesta Casa e que o governo não conseguiu cumprir. Por isso que os policiais estão em greve.

Também não quero colocar as minhas digitais num projeto desta natureza e que porventura, sr. presidente, eu possa me arrependar futuramente.

Quero lembrar os srs. deputados e as sras. deputadas que o comitê da bacia do rio Itajaí encaminhou para todos os parlamentares que têm assento nesta Casa uma manifestação contrária a esse projeto. E a Assembléia Legislativa tem uma cadeira nesse comitê.

Por isso a minha manifestação, sra. deputada Professora Odete de Jesus e srs. deputados, é no sentido de que possamos estudar mais esse projeto e votarmos no ano que vem, porque tenho certeza de que precisamos mudar algumas coisas que necessitam ser mudadas e com mais tranqüilidade. Se esperamos até agora, podemos esperar um pouco mais.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Professor Grando - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O Sr. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, ocorre hoje, por exemplo, que para expedir a outorga tem que ter estudo de bacia hidrográfica. E já foi dada a outorga. Então, já faz parte da outorga da utilização da água o estudo da bacia hidrográfica. É nesse sentido que temos que analisar os outros itens, pois esqueci de mencionar no meu pronunciamento a importância da outorga no estudo da bacia hidrográfica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Décio Góes por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, na mesma linha, quero endossar as palavras e referendar o pedido do deputado Edison Andrino, do deputado Professor Grando no sentido de que os srs. líderes e o líder do governo possam deixar esse projeto para ser analisado no próximo ano.

Penso que um projeto dessa envergadura não ter passado pela comissão de Meio Ambiente não fica bem nem para esta Casa, nem para o governo, porque é de uma responsabilidade muito grande. Como foi relatado aqui, esse projeto não passar na comissão do Meio Ambiente é uma temeridade, e nós não podemos compactuar com essa temeridade.

Então, faço um apelo para que o projeto seja analisado no ano que vem, que passe pela análise da comissão de Meio Ambiente.

Também é importante que nós coloquemos o carro na frente dos bois, porque não podemos liberar as PCHs sem antes termos um plano estadual de recursos hídricos, sem ter os comitês de bacias instalados funcionando, sem os estudos adequados. Não é interessante podermos liberar as PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas - antes de ter esses estudos de todas as consequências para a bacia, de todas as potencialidades de uso, de todas as necessidades daquela bacia.

Então, é importante que tenhamos os planos estaduais de recursos hídricos implantados. Como disse o deputado Professor Grandó, com o potencial das universidades que temos em Santa Catarina, com os recursos destinados às pesquisas que temos no estado, tanto do art. 171 como da Fampesc, que poderão ser carreados para esses estudos, rapidamente nós teremos esses estudos realizados para poder promover esses investimentos de forma segura.

Eu não entendo por que o estado está demorando tanto para elaborar o Plano Estadual de Recursos Hídricos, se com ele nós podemos institucionalizar os comitês de bacias, promover as outorgas, cobrar o uso das águas. E com isso teremos recursos para fazer, inclusive, o desenvolvimento dessas bacias, para gerar negócios e o equilíbrio ambiental, para ter recursos e pagar os serviços ambientais prestados pelos pequenos agricultores que preservam as matas ciliares, que preservam as reservas legais. Enfim a instalação do Plano Estadual de Recursos Hídricos cria uma enorme perspectiva de negócios e de desenvolvimento para o estado e permitiria também a instalação de pequenas centrais hidroelétricas de modo seguro e tranquilo sem comprometer o meio ambiente de Santa Catarina.

Então, reforço o meu apelo aos líderes e ao líder do governo no sentido de deixar esse projeto para o ano que vem e passar pela análise da comissão de Meio Ambiente.

O Sr. Deputado José Natal - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Décio Góes, até o dia 22 de outubro, enquanto estive nesta Casa, eu era membro da comissão de Meio Ambiente juntamente com v.exa. Retornei agora, na semana que passou, e desconheço totalmente a medida provisória de que trata o caso. Mas quero somar-me ao pronunciamento do deputado Edison Andrino, do deputado Professor Grandó, do deputado Pedro Uczai e de v.exa. no sentido de que nós devemos realmente deixar essa matéria para analisar no ano que vem, tendo em vista que é uma matéria de complexidade enorme.

Com certeza absoluta, se votarmos essa matéria no decorrer de hoje ou de amanhã, estaremos dando oportunidade para alguns ricos ficarem bilionários. Por quê? Eles vão comprar as pequenas áreas produtivas pelo estado de Santa Catarina afora e vão inundar o que a lei permite, até 300 hectares. E acredito que o estado vai realmente ter de prejuízo, ao invés de ser beneficiado, na questão da geração de energia é muito grande. E nós devemos realmente discutir - como a sociedade e o mundo - a questão ambiental neste país todos os dias.

Entendo que essa lei, do jeito que se encontra, está transgredindo todas as questões ambientais pertinentes à sociedade de Santa Catarina, do país e do mundo. Por isso, não concordo. Sou da base governista, mas quero colocar que essa medida deve ficar para o ano que vem, para termos juízo e fazermos uma coisa que vai beneficiar o estado na geração de energia, mas não irá degradar o meio ambiente, porque do jeito que está, até prova em contrário, realmente prejudica em vez de ajudar.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Prestei bastante atenção no que v.exa. acabou de falar e prestei bastante atenção no que os deputados Professor Grandó e Edison Andrino falaram.

O, Eu, como leigo que sou no assunto, só tenho a dizer a v.exa. e aos demais que neste momento o ideal para todos nós, por uma questão de bom senso e responsabilidade, é adiar isso para o ano que vem e, quando entrarmos então no processo normal de trabalho, poderemos fazer uma análise mais profunda, com mais tranquilidade, sem atropelos. Este é o meu entendimento. Só não concordo com a deputada Ana Paula Lima que já foi para o campo pessoal dizendo que tem coisa por trás disso e tudo mais, fazendo algumas insinuações com as quais não concordo.

O que eu quero dizer e deixar bem claro é que este assunto é muito sério e tem que ser tratado com a seriedade que requer. Portanto, penso ser de bom senso que possamos votar essas matérias no tempo normal, fazendo as análises normais e sem atropelo. E concordo em prosa e verso com o que v.exa. acaba de falar.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Para encerrar quero reforçar o pedido para que fique para o ano que vem, sr. presidente, a análise desse projeto, e que passe também pela comissão de Turismo e Meio Ambiente. Inclusive, há algumas inconstitucionalidades que precisam ser sanadas para que esta Casa não aprove uma lei que depois vá acabar no Tribunal de Justiça, e não cumpra os efeitos propostos.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, com relação ao Projeto de Lei n. 0254, aqueles que me antecederam deram de fato uma verdadeira aula.

Sr. presidente, se votarmos favoravelmente esse projeto com seu texto original, deputado Reno Caramori, na minha opinião, estaremos permitindo que Santa Catarina nunca mais tenha necessidade de fazer um estudo das bacias hidrográficas, seja do rio Uruguai, do rio Negro, do rio Itajaí ou do rio Itapocu. Por quê? Em primeiro lugar, 150 hectares são 1.500.000m², onde poderão ser implantadas as PCHs sem um estudo da bacia hidrográfica.

Srs. deputados e sras. deputadas, 300 hectares para executar uma PCH sem o estudo da bacia hidrográfica, serão 300 hectares para alagamento. Isso quer dizer que serão 3.000.000m² permitidos sem o estudo da bacia. E, repito: nunca mais Santa Catarina precisará fazer estudos de bacias hidrográficas!

Sr. deputado Reno Caramori, nós somos os maiores incentivadores de PCHs, porque entendemos uma energia limpa com um custo menor, deputado José Natal, e Santa Catarina deve, sim, incentivar as PCHs. Primeiro, porque não há custo para o governo, pois é a iniciativa privada que está fazendo, obviamente objetivando lucro, mas isso é natural no processo e é assim que um empreendedor faz. No entanto, devemos lembrar que Santa Catarina adquire o maior percentual de energia que consome, porque produz pouco, compra a maioria e distribui. Então, é importante, mais uma vez, e necessário que Santa Catarina execute suas PCHs.

Agora, nós temos que ter a responsabilidade de votar consciente e com conhecimento para não comprometer as nossas bacias hidrográficas, até porque as futuras gerações irão depender das decisões que nós tomarmos aqui nesta Casa.

Sr. presidente, para ser bastante breve, a minha sugestão e a da nossa bancada é que esse projeto de lei seja retirado de pauta e seja colocado no ano que vem. Senão, lamentavelmente, com sentimento, teremos que nos posicionar contrários a essa matéria por conta dessas duas permissões: o excesso dos 150 hectares sem estudo hidrográfico das bacias para o desmatamento, e 300 hectares sem estudo das bacias hidrográficas para fazer as PCHs, ou seja, permitindo o alagamento.

É isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

O Sr. deputado Herneus de Nadal - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o líder do governo deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, conversando com vários srs. deputados e líderes, entendemos - e se houver a aquiescência de v.exa. - que esse projeto deva ser sobrestado até amanhã para que possamos manter um contato com o Poder Executivo para ver o encaminhamento definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência só pode retirar de pauta se houver entendimento entre todos os srs. líderes.

Consulto os srs. líderes se há o consentimento para darmos por encerrada a discussão, e o projeto entraria na Ordem do Dia de amanhã, salvo com a providência governamental, conforme explicitado pelo deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo a concordância de todos os srs. líderes, antes, porém, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Todos sabemos da dificuldade que teremos para de hoje até amanhã analisar as medidas provisórias e, novamente, continuar discutindo e negociando esse projeto. Acho que o espírito de toda essa discussão aqui, tanto dos deputados da base do governo, quanto dos deputados da Oposição é que esse projeto fique para fevereiro.

Então, atendemos esse encaminhamento do líder do governo deixando a matéria para a Ordem do Dia de amanhã, mas com o entendimento de buscar a transferência para o próximo ano, pois, assim, dará tempo para discutir, dialogar e deliberar. Então, não sei como se faria isso regimentalmente, ou seja, deixar para o próximo ano, pois certamente o projeto sofrerá alterações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência compreende que a matéria está na pauta para a Ordem do Dia de amanhã. Se houver novamente entendimento dos srs. líderes, uma providência governamental altera essa decisão, fruto de acordo de líderes.

Então, assim procederemos: a matéria ficará para a Ordem do Dia de amanhã.

Consulto os srs. líderes se já temos definido o roteiro dos trabalhos de amanhã.

(Pausa)

A proposta que a Presidência tem sobre a mesa e que pode ser alterada pelo colégio de líderes, é a seguinte:

Reunião da CCJ, às 9h; reunião da comissão de Finanças e Tributação às 11h e Plenário, às 14h.

A proposta alternativa seria a seguinte: abriremos a sessão às 9h, tão logo concluídos os trabalhos das comissões e poderemos iniciar a sessão direto com a Ordem do Dia.

Assim procederemos ao entendimento da segunda opção? Recapitulando: às 9h abrimos a sessão e a suspendemos. Reúne-se a CCJ para a deliberação das medidas provisórias; às 11h reúne-se a comissão de Finanças e Tributação e tão logo concluídas as votações na CCJ e na comissão de Finanças e Tributação o Plenário estará pronto para iniciar os trabalhos direto na Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Por que as duas comissões não podem se reunir conjuntamente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se os presidentes das comissões se entenderem, a Presidência não coloca nenhum óbice.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Herneus de Nadal, a CCJ e a comissão de Finanças e Tributação poderão se reunir de forma conjunta, já que estaremos todos aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Há necessidade de consultar o deputado Romildo Titon.

Deputado Jorginho Mello, a reunião pode ser realizada em conjunto às 9h?

(O Sr. Deputado Jorginho Mello aquiesce.)

Falta apenas a decisão do presidente da CCJ, deputado Romildo Titon. (Pausa)

Em havendo a concordância do deputado Romildo Titon, a reunião será às 9h e depois no plenário para deliberar tão logo concluído o trabalho das comissões.

Com a aquiescência de todos os líderes, assim procederemos.

Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, regimentalmente, não sei se será possível este encaminhamento. Então, gostaria de consultar v.exa.

Abriendo a sessão às 9h, grande parte dos deputados que estarão na Casa não participarão da reunião das comissões. Consulto v.exa. se paralelamente ao processo de discussão e votação nas duas comissões, podemos dar andamento aqui ao horário de Breves Comunicações para que os deputados possam fazer uso deste horário dando dinamicidade à própria Casa.

Então, gostaria de saber se é regimentalmente possível assim procederemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se houver entendimento das lideranças neste sentido, assim procederemos, ou seja, abriremos a sessão plenária às 9h, e as comissões se reúnem. Concluído o trabalho das comissões, entramos direto na Ordem do Dia e enquanto aguardamos os trabalhos das comissões, seguimos o Regimento, entrando no horário das Breves Comunicações e, se houver tempo, ainda no horário dos Partidos Políticos.

Tão logo concluído o trabalho das comissões, interrompe-se e inicia-se a Ordem do Dia.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h, na autoconvocação, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Peixer - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta-se sobre as medidas provisórias em tramitação.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se aos conflitos internos nas instituições militares, especialmente na Polícia Militar.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Coloca sua posição e seu encaminhamento sobre a questão do movimento dos praças da Segurança Pública.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Pergunta se a posição do deputado Dirceu Dresch é pessoal ou da comissão de Segurança Pública.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Repudia as ações do governador quanto ao movimento dos policiais e bombeiros militares; critica a demora e a não-utilização de recursos do estado no atendimento às vítimas das enchentes.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Agradece a solidariedade expressa pela deputada Ana Paula Lima ao movimento dos praças e bombeiros militares.

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER - Coloca a experiência de Joinville na ajuda aos flagelados das enchentes; defende as medidas provisórias encaminhadas pelo governador.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Maurício Peixer e defende as MPs enviadas à Assembléia Legislativa.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Defende a edição da MP relativa à renúncia fiscal.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Critica a deputada Ana Paula Lima, que fez acusações contra o governo do estado.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Defende o governo e o governador Luiz Henrique.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Responde às críticas e analisa as medidas provisórias em análise.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Afirma que o estado precisa copiar o modelo de desenvolvimento do governo federal.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Discorre sobre as conquistas do carvão catarinense em 2008 e suas perspectivas para 2009.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao movimento dos militares; critica a MP que estabelece renúncia fiscal e o modelo de desenvolvimento capitalista.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Indica o deputado Décio Góes para encaminhar a votação do projeto de conversão em lei da MP 0146/2008, que altera o Fundo Social.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha a votação de emenda ao projeto de conversão em lei da MP 0146/2008, que altera o Fundo Social.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha a votação de emenda ao projeto de conversão em lei da MP 0146/2008, que altera o Fundo Social.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a votação de emenda ao projeto de conversão em lei da MP 0146/2008, que altera o Fundo Social.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação de emenda ao projeto de conversão em lei da MP 0146/2008, que altera o Fundo Social.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da PMP 0146/2008.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da PMP 0146/2008.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Sugere deixar o PL 0254/2008 para o final da Ordem do Dia.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Não concorda com a proposta do deputado Pedro Uczai.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação da Emenda n. 0002, ao PL 0254/2008, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Faz declaração de voto com relação ao PL 0254/2008, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Faz declaração de voto em relação à Emenda n. 0002, ao PL 0254/2008, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Encaminha a votação da Emenda n. 0002, ao PL 0254/2008, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Faz declaração de voto em relação à Emenda n. 0002, ao PL 0254/2008, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Faz declaração de voto com relação ao PL 0254/2008, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Faz declaração de voto com relação ao PL 0254/2008, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da Emenda n. 0002, ao PL 0254/2008, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Apela pelo adiamento da votação do PL 0254/2008.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Pede o adiamento da votação do PL 0254/2008.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Encaminha pela postergação da votação do PL 0254/2008.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Pede o adiamento da votação do PL 0254/2008.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0254/2008.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0254/2008.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0254/2008.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Declara o voto referente ao PL 0254/2008.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o projeto de conversão em lei da MP 0147/2008.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute o projeto de conversão em lei da MP 0147/2008.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute o projeto de conversão em lei da MP 0147/2008.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença de Ângelo Schulka, de Canoinhas.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discute o projeto de conversão em lei da MP 0147/2008.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Encaminha a votação da emenda substitutiva global à MP 0147/2008.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha a votação da emenda substitutiva global à MP 0147/2008.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação da MP 0147/2008 com a emenda aditiva de fls. 19, emendas aditivas de fls. 25 e emenda supressiva de fls. 25.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute o projeto de conversão em lei da MP 0148/2008, que institui o Auxílio Reação.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute o projeto de conversão em lei da MP 0148/2008, que institui o Auxílio Reação.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Concorda com a inclusão dos flagelados que estão em abrigos no Auxílio Reação.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha a votação de emenda aditiva à MP 0148/2008, que institui o Auxílio Reação.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha a votação de emenda aditiva à MP 0148/2008, que institui o Auxílio Reação.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a votação de emenda modificativa à MP 0148/2008, que institui o Auxílio Reação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Encaminha a votação de emenda modificativa à MP 0148/2008, que institui o Auxílio Reação.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Faz declaração de voto referente à emenda modificativa à MP 0148/2008, que institui o Auxílio Reação.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha a votação de emenda modificativa à MP 0148/2008, que institui o Auxílio Reação.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MP 0148/2008, que institui o Auxílio Reação.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MP 0148/2008, que institui o Auxílio Reação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Proceda à declaração de voto em relação ao projeto de conversão em lei da MP 0148/2008, que institui o Auxílio Reação.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Convida os deputados a visitar os abrigos das cidades atingidas pelas cheias.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC 0046/2008, que altera dispositivos da LC 204/2001, que cria o Fundo Estadual de Sanidade Animal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Silvio Dreveck, líder do PP na Casa, por até dez minutos.

Esta Presidência informa que as comissões já estão reunidas e tão logo haja deliberação adentraremos à Ordem do Dia para deliberar em plenário.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, temos em pauta três medidas provisórias que serão analisadas no decorrer do dia de hoje.

A Medida Provisória n. 0146, que trata da alteração do Fundo Social, criado pela Lei n. 13.334/2005, chama a nossa atenção, em primeiro lugar, srs. deputados, porque essa mudança obviamente poderia ser feita através de projeto de lei e não por medida provisória, até porque não tem nada a ver com a situação caótica em que se encontram os municípios atingidos pela enchente em Santa Catarina.

Trata-se de uma medida provisória que na verdade incentiva o mau contribuinte. A grande maioria dos contribuintes catarinenses paga as suas contas em dia e essa alteração, através de medida provisória, mais uma vez incentiva a não pagar os seus débitos. Por que nós vamos pagar em dia uma conta que devemos ao governo se com o passar do tempo, deputado Kennedy Nunes, nós poderemos ter um desconto de 50%? Isso é injusto com o contribuinte catarinense que paga em dia os seus impostos.

A prorrogação de prazos é uma alternativa viável, desde que se mantenham a correção monetária e os juros, até para fazer jus àquele contribuinte que paga em dia. Agora, conceder 50% de desconto para aquele que não paga em dia, em nome do Fundo Social, do qual não temos conhecimento para onde destina o dinheiro porque, como não faz parte do Orçamento, não passa por esta Casa, por este Parlamento, é abrir mão de receitas, mais uma vez.

Ora, o próprio governo diz que a receita está caindo por conta da crise econômica internacional, por conta da crise nos municípios atingidos pelas enchentes, e manda uma medida provisória para esta Casa, no apagar das luzes, para fazer uma alteração no Fundo Social e conceder esse benefício àqueles que não pagam em dia?! É incoerência.

A Medida Provisória n. 0147/2008, que altera a legislação do ICMS, do Prô-Emprego e do Prodec, é uma situação que também poderia e deveria ser tratada por lei ordinária. Essa alteração, srs. deputados, traz prejuízos evidentes a Santa Catarina e, mais que isso, ela é claramente inconstitucional, é ilegal.

E queremos citar algumas observações referentes a essa medida provisória decorrentes de um estudo bastante breve que nós fizemos.

(Passa a ler.)

"[...]"

4. A Lei n. 14.264/2007, que é a norma alteradora de outras normas de caráter financeiro e tributário.

A Lei n. 10.297/1996 é alterada no seguinte:

O § 2º, do art. 31, aumenta o rol de empresas exportadoras que podem acumular e transferir créditos de ICMS a outros estabelecimentos da mesma empresa, se houver, ou outras empresas estabelecidas em Santa Catarina.

Pela regra atual, no § 2º, uma empresa exportadora que deseja transferir estes créditos poderá acumulá-los, ainda que decorram de operações isentas ou não tributadas, desde que a manutenção destes créditos seja autorizada pelo fisco estadual.

A alteração de saldo de créditos de ICMS para fins de transferência ainda que decorrente de operações diferidas.

O § 9º, do art. 37 é adicionado com dois incisos, sendo que o primeiro permite o fisco dizer, sem lei, sobre quem recai a obrigação de pagar tributo por substituição, e o segundo institui um tipo de substituição tributária por acordo com o contribuinte.

A Lei Complementar n. 87/96, que é a lei nacional do ICMS, permite, no art. 6º, que a lei estadual defina o substituto tributário e não o regulamento do Poder Executivo:

'Art. 6º da lei estadual poderá atribuir ao contribuinte do imposto ou ao depositário a qualquer título a responsabilidade pelo seu pagamento, hipótese em que assumirá a condição de substituto tributário.'

Portanto, ambos os incisos do § 9º são inconstitucionais, já que ferem o princípio da reserva legal, uma vez que somente a lei poderá instituir a substituição tributária, até porque somente a lei pode definir o sujeito passivo da obrigação do tributo."[sic]

Já existe uma decisão do Superior Tribunal de Justiça com relação a esse tipo de substituição; é um dispositivo parecido instituído em terras capixabas, que já foi indeferido.

Srs. deputados, quanto ao parágrafo único do art. 69 - A, importa dizer que o *caput* do artigo pune a emissão de documento fiscal em decorrência de uma situação, ou seja, de uma simulação de fato gerador, porque o fato gerador a rigor não aconteceu, apenas foi simulado. Se o fato gerador não ocorreu, não poderá ser exigido o imposto como previsto na redação do parágrafo único.

(Continua lendo.)

"O art. 3º da MP altera a Lei n. 13.342/05, ampliando ainda mais os benefícios concedidos com base na referida lei, estendendo o alvo do fomento não apenas a empreendimentos que se estabeleçam em municípios com IDH baixo, mas a empreendimentos agroindustriais cujo arranjo produtivo envolva os demais municípios com IDH baixo."[sic]

Isso quer dizer mais uma vez, srs. deputados, que o modelo da descentralização não é o que nós queremos, porque não incentiva municípios com IDH baixo. Portanto, qualquer município poderá ter o benefício, não estimulando o desenvolvimento de municípios que necessitam mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que nos acompanham nesta sessão, companheiros policiais militares aqui presentes.

Queria, antes de qualquer coisa, desejar rápida recuperação ao secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, esperando que muito rapidamente ele possa estar de novo na ativa para desempenhar suas funções naquela pasta.

Desejamos retomar o tema sobre o qual temos falado e que tem feito parte da atenção também da mídia nos últimos dias, que são os conflitos internos nas instituições militares, especialmente na Polícia Militar.

A pacificação da PM passa por uma reflexão profunda de todos os envolvidos. Há muita gente querendo vingança, e não só creio como tenho certeza de que estão errando o foco. Essa gente que quer vingança não conhece a alma da gente que comanda, aliás, não comanda. Na semana passada não conseguiram comandar e ter a fidelidade nem de 10% de todo o efetivo. Se a maioria não se engajou nas mobilizações, mais de 90% estava colaborando ou participando efetivamente do nosso movimento. Tanto é verdade que sabíamos todos os passos de todas as unidades, sabíamos tudo o que acontecia em cada unidade, o que os oficiais diziam e, inclusive, quem entrava e quem saía dos palácios.

De forma que mais de 90% dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros se não estavam engajados na mobilização, eram simpatizantes e colaboradores. Não participaram mais efetivamente com medo da opressão e da coerção depois de 174 anos de *modus operandi* não muito humanitário dentro da caserna.

Sr. presidente, eles não conhecem a alma da gente que deveriam comandar, porque não se interessam por ela. Imaginavam até que poderiam mandar um batalhão de operações especiais surrar os manifestantes e avaliavam que os manifestantes, como militares formados e bem formados - os melhores servidores de Segurança Pública estavam no movimento -, iriam baixar a cabeça, seriam surrados, humilhados e colocados num camburão.

É evidente que isso não aconteceria! Eles não conhecem a alma da gente que deveriam comandar, porque não se interessam por essa gente e continuam querendo vingança, sangue, suicídios, desespero, como fizeram ao longo dos 174 anos, querendo pânico! Continuam querendo matar a alma da gente que eles deveriam conhecer para poder comandar. Não conhecem porque não se interessam por nós.

Evidentemente não estou falando de todos, estou falando de alguns. Estou falando justamente desses que querem vingança porque pensam que somos os soldados da guerra do Paraguai. Mas nós não somos. A maioria dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, hoje, é formada por gente muito instruída, capaz, competente, digna e é preciso continuar elevando essa capacidade e essa dignidade.

Mas apareceu a luz que faltava nesse processo e está na coluna do Moacir Pereira, do *Diário Catarinense* de hoje. A luz que faltava na cabeça da nossa cúpula chama-se João Lázaro de Braga Filho, que foi comandante 20 anos atrás, no tempo em que Pedro Ivo era governador. E o coronel Braga, tido como oficial firme, justo, correto, avalia que se houver punições ou muitas punições vai desagregar a instituição Polícia Militar. E ele avalia correto, porque aquilo que me disseram do coronel Braga - a quem não conheci direito, fui comandado por ele na época, cabo que era do atual Bope, então Companhia de Choque, da qual fiz parte em 1988 e em 1989 -, eu achava que era um pouco de fantasia. Entretanto, é impressionante a lucidez de um coronel que está há 20 anos na reserva, mas entende essa situação melhor do que muitos dos que estão aí pensando que comandam. Por que ele entende? Porque ele conhece a alma da nossa gente. Ele comandou de fato a Polícia Militar e foi no tempo em que tivemos mais conquistas. Ele tem razão quando diz também que foram os oficiais que começaram esse processo em 2000, quando criaram a Acors - Associação de Oficiais Militares de Santa Catarina - e mobilizaram todo o efetivo. Fizeram a assembleia chamando-nos a todos. Foi decretada a paralisação, e o então o comandante-geral, coronel Walmor Backes, fez a Exposição de Motivos n. 171 - pasmem, 171 - e o governador de então, Esperidião Amin, deu um "de acordo" e passou a valer como lei.

O que dizia a exposição de motivos? Que os policiais estavam ganhando mal e deu um aumento diferenciado para os oficiais, dois soldos e meio, que ia de R\$ 1.200 a R\$ 1.700. O que aconteceu? Os oficiais que dirigiram o movimento e que excitaram o efetivo a participar do processo de mobilização, refluíram e puniram severamente os praças que continuaram no movimento. Eles ficaram com o dinheiro e nós com a cadeia. O coronel Braga enxergou isso também!

As expressões e as atitudes da época não foram menos traumáticas para a instituição militar do que as da semana passada. Mas muitos avaliam somente aqueles aspectos que lhes interessam. Se quiserem comandar essa instituição, o coronel Braga, há 20 anos na reserva, diz: "Olha, se houver muita punição vai desagregar". Ele está entendendo a alma, ele conhece o efetivo. Ele sabe que quem estava mobilizado, 90%, quer dignidade e justiça; um comando que, efetivamente, faça impor a vontade da instituição e não os desejos de meia dúzia de cargos comissionados que colocam a cada seis, a cada dois meses para mandar na gente.

O coronel Braga entendeu a alma da nossa gente, já o coronel Marlon quer vingança. Em nome de filosofias vãs e de regulamentos, inclusive, em muitos aspectos, inconstitucionais, que instituição querem erigir, que instituição querem fazer existir a custa do chicote, a custa da opressão?! E, o que é mais grave, coronel Braga, se o senhor estiver ouvindo-me, muitos deles não têm moral para nos mandar; estão pregando moral de cueca porque há superior hierárquico que recebe hora extra sem realizar. E vejamos como há: o superior hierárquico que sai aqui de Florianópolis para fazer ronda na praia de Balneário Camboriú, e o outro que sai de lá para vir fazer ronda aqui nas praias de Florianópolis, para que os dois ganhem diárias, não têm moral para nos dizer o que fazer. Ou pensam que os praças, neste ano de 2008, século XXI, boa parte com nível superior e a maioria estudando na universidade, vão deixar isso continuar acontecendo calados, sendo subjugados por uma cúpula que, em grande parte (há exceções grandes, honrosas e boas exceções), não tem moral sequer para nos colocar em forma, não tem moral sequer para hastear a bandeira nacional e estadual todos os dias.

Nós queremos a pacificação, mas essa pacificação é pelo diálogo. A hierarquia e a disciplina têm que ser conscientes, têm que partir de pressupostos filosóficos claros, e tem que existir autoridades que efetivamente façam jus a ser respeitadas.

Parabéns, coronel Braga! Volte para a ativa que nós seguiremos o senhor!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada Ana Paula Lima, eu ocupo esta tribuna, no dia de hoje, para esclarecer, e também a nossa comissão de Segurança Pública reunida ontem, que tomamos alguns encaminhamentos. Estamos preparando um documento, como presidente, a ser enviado ao presidente, deputado Julio Garcia, para que esta Casa crie um grupo de trabalho, uma comissão para acompanhar de perto todo o desenrolar do movimento da Segurança Pública que vem ocorrendo no estado.

O deputado Sargento Amauri Soares, que é vice-presidente da nossa comissão, já comentou aqui que queremos que esta Casa, de fato, envolva-se e ajude a resolver esse impasse. Estamos preocupados com o que possa acontecer nos próximos dias, já que o movimento colocou a promessa de que, se não houver negociação, voltará à mobilização.

Nessa perspectiva, esta Casa tem um grande compromisso, um grande papel de acompanhar o desenrolar das negociações. Então, foi proposta a criação de um grupo de trabalho para acompanhar, e foi, inclusive, indicado o deputado Kennedy Nunes para acompanhar, pela comissão, as negociações.

Também ficou encaminhado para conversarmos com a presidente da comissão de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais para podermos construir juntos esse encaminhamento.

A outra questão é que sejam solicitados à assessoria jurídica desta Casa estudos de atualização e legislação pertinente ao caso, em especial o regulamento disciplinar dos militares estaduais de Santa Catarina, já que temos aqui uma informação de que Santa Catarina é um dos sete estados da nação brasileira que ainda não refizeram, após a ditadura militar, os seus regulamentos disciplinares militares.

Eu, como presidente da comissão, estou encaminhando esse documento. Não é uma decisão da comissão, mas é uma decisão minha, como presidente, encaminhar esse documento ao presidente da Casa para podermos tomar as providências necessárias para acompanhar, o mais perto possível, a questão da polêmica instalada no estado. Estamos preocupados com a repercussão desses fatos, com o movimento e, principalmente, com a decisão que o estado tomou de intervenção, inclusive, na Aprasc, de tirar o site da entidade do ar, via Justiça. Isso me preocupa bastante como parlamentar, como dirigente e líder sindical de muitos anos.

Há outra questão que queremos dialogar aqui. Estamos preocupados com a segurança da população catarinense. Não será só o pessoal da segurança e o próprio governo que vão perder, mas será a população catarinense, deputado Reno Caramori, se não se resolver esse impasse. E só se resolverá com diálogo.

Eu concordo, deputado Elizeu Mattos, com a sua fala ontem, aqui na tribuna, quando disse que só se resolve o problema dialogando. Então, é importante que continue essa expectativa de diálogo com o governo, que o governador volte a sentar e a dialogar com os trabalhadores. Não há outro jeito. Caso contrário, vamos criar uma rivalidade entre os dois lados e isso não será bom para a sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Dirceu Dresch, só quero registrar que acompanhei o seu pronunciamento quando v.exa. explicou como foi o encaminhamento da comissão. Na verdade, até para o presidente da Casa saber, esse encaminhamento que está sendo dado por v.exa., deputado Dirceu Dresch, é em nome do deputado pela presidência da comissão, e não é o encaminhamento da comissão. Parece-me que ontem não houve quórum para acontecer a reunião da comissão. Houve, então, um encaminhamento pessoal e não de decisão e votação dentro da comissão de Segurança Pública.

Eu só queria esclarecer se é mais ou menos este o caminho, se é esta a sua explanação neste momento: que não é da comissão e sim pessoal, do presidente da comissão de Segurança Pública.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado Elizeu Mattos. É justamente isso que eu estava encaminhando. Nós tivemos uma conversa entre os deputados presentes e não tomamos nenhuma decisão política da comissão. E por isso que estou encaminhando esse documento pela presidência da comissão.

Há outra questão que queremos tratar hoje: voltamos à questão das regiões atingidas pelas cheias no estado. Estamos ainda dialogando, por incrível que pareça, sobre a questão das chuvas no vale do Itajaí e no litoral e estamos com 22 municípios em estado de emergência no oeste catarinense.

Então, de fato a natureza, como diz o ditado, não perdoa, e não temos o que fazer. Precisamos construir políticas permanentes e preventivas, como diz o povo do nordeste. Precisamos construir política de convivência com a seca, com as estiagens e com as enchentes.

Assim, justifica-se a nossa preocupação de construir políticas preventivas para saber como podemos avançar no futuro. Tanto é que estamos agora já com problema na área do Proagro, pois já há muitos agricultores que estão indo para o terceiro ano de acesso, e a lei diz que depois de três anos de um produto perdido, o agricultor não pode mais ter acesso e tem que mudar a cultura. Se ele plantou por três anos o milho e durante três anos a estiagem destruiu a sua lavoura, ele tem problema. Precisamos, portanto, rediscutir a questão do Proagro.

Inclusive, queremos alertar que na Regional de Maravilha a Epagri lançou uma nota dizendo que não vai fazer os laudos das perdas deste ano. Então, nós queremos rediscutir isso com o governo do estado e com a Epagri, para que ela possa voltar a fazer os laudos para os nossos agricultores, porque é sempre mais seguro uma empresa pública fazer esse levantamento do que empresas particulares. É mais seguro para o governo para o estado e para o agricultor.

Então, essa é uma preocupação que nós temos, ou seja, que o Banco do Brasil possa garantir que todos os agricultores atingidos tenham o laudo técnico para poder encaminhar da forma mais justa possível os seus laudos.

E vem aí toda uma preocupação novamente com a estiagem, com a produção da safra dos agricultores, mas também com a questão da água para o abastecimento dos municípios, como é o caso de São Miguel d'Oeste, de Seara e de outras cidades que já estão com problemas de abastecimento d'água. Então, mais do que nunca se coloca a importância de discutirmos a questão da política pública de preservação ambiental em nosso estado. Não há condições mínimas, e o que sempre levantamos aqui é que o agricultor não terá condições de produzir e a sociedade não terá condições de viver, se não houver água.

Para finalizar, falando da questão das enchentes, queremos aqui discutir a indenização do gado, dos animais dos agricultores, deputada Ana Paula Lima. É importantíssima a inclusão desses agricultores no fundo estadual, a fim de que possam receber o pagamento daquilo que perderam nas enchentes.

Outra questão é o pagamento da bolsa para os agricultores. Estamos fazendo uma emenda à Medida Provisória n. 0148 para que os agricultores também recebam o benefício de R\$ 415,00: os que perderam mais de 70% da sua produção ou que perderam a sua casa, porque a medida provisória não deixa claro se os agricultores estão ou não incluídos nessa perspectiva de receber o seu recurso.

Por fim, há a questão do seguro para os agricultores atingidos pelas enchentes aqui no litoral, pois eles precisam ter acesso ao seguro do seu financiamento, a fim de que recebam de fato a indenização.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela nossa TVAL, ouvintes da Rádio Aleisc Digital, público que também nos dá a honra de permanecer nas galerias desta Casa Legislativa, desta Casa do Povo, onde temos a missão de defender o melhor para o estado de Santa Catarina.

Mas, sr. presidente, quero aqui - e eu me sinto, inclusive, angustiada - repudiar algumas ações do governador Luiz Henrique da Silveira. Repudiar porque acredito até ser, deputado Dirceu Dresch, uma ironia do destino. Tantas vezes foi deputado estadual, deputado federal, ministro, prefeito da cidade de Joinville, governador por dois mandatos, sempre lutando, e também o seu partido, o MDB, pelas liberdades democráticas. E hoje, deputado Antônio Aguiar, ele tem a minha repulsa. Estou repudiando as ações do governo do estado quanto ao movimento dos policiais militares e bombeiros do estado de Santa Catarina.

Tomei o exemplo bem claro do que aconteceu na nossa cidade de Blumenau, quando houve a greve das mulheres da indústria têxtil, em que o governador colocou a sua mão e mandou alinhar policiais à frente das empresas para as mulheres não entrarem. Isto foi uma conquista que os trabalhadores garantiram na Constituição: a liberdade e o direito à greve. E inibir as pessoas de fazerem esse tipo de manifestação é lamentável. Ele, o governador, que vem do movimento das liberdades democráticas, está fazendo esse tipo de coisa.

Dissolver a Aprasc? O que é isso, minha gente?! Que governador é esse?! Dissolver uma associação constituída pela categoria?! Multa para os policiais? Multa deveria ser dada para o governador. Há três anos os policiais e bombeiros militares, bombeiros estão esperando a ação do governo do estado! Pacificamente, durante três anos, esperando! Agora, multar por dia de paralisação? Não! Isto se chama, deputado Antônio Aguiar, criminalização dos movimentos sociais, querer que as pessoas não se manifestem.

Mas quando foi para sair deste plenário da Assembleia Legislativa no dia da posse do governador, juntamente com o Sargento Amauri Soares, eles foram para a praça aqui na frente e o governador garantiu, deu a sua palavra que iria pagar na íntegra a Lei n. 254.

Por isso, deputado Sargento Amauri Soares, a minha manifestação é de repúdio às ações do governo do estado quanto aos policiais militares e bombeiros de Santa Catarina. Eles têm que continuar a luta, sim, têm que levar as mulheres, sim, porque ficaram três anos esperando essa ação do governo e até agora não foi feito nada.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputada Ana Paula Lima, parabéns pelo seu pronunciamento e obrigado pela solidariedade.

De fato, no dia 1º de fevereiro do ano passado, aqui na frente desta Assembléia Legislativa, o governador se comprometeu em, no máximo 15 dias, fazer uma reunião para discutir o assunto. Contudo, até hoje essa reunião efetivamente não aconteceu.

De forma que não foi por falta de reivindicarmos por todos os outros meios - por ofício, tomar cafezinho, tentar voltar ao assunto - que não deu. Chegou-se a essa situação porque a categoria não suportou mais.

Muito obrigado por sua manifestação. V.Exa. está completamente correta!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Esse é o descaso do governador do estado.

Srs. parlamentares, estamos hoje aqui para votar três medidas provisórias, mas, infelizmente, só uma delas é necessária, e veio tarde! Veio tarde porque faz 40 dias que o povo está esperando! Diferentemente do governo federal que fez as suas liberações de imediato, o governo do estado só agora se movimenta nesse sentido.

Hoje é a última sessão deste ano e quero deixar claro o meu posicionamento quanto à autoconvocação do Parlamento catarinense, que somente é justificável para tratarmos da Medida Provisória n. 0148. Essa medida diz respeito aos atingidos pelas chuvas, pelos deslizamentos que aconteceram em nosso estado no mês de novembro, trazendo perdas e sofrimento para centenas de famílias do vale do Itajaí. As outras matérias, srs. deputados, que estão na pauta, como a Medida Provisória n. 0147, causam-nos realmente muito espanto e estranheza por serem tratadas neste exato momento. Poderíamos discuti-las no ano que vem.

A MP n. 0147 é uma grande renúncia fiscal! Sras. deputadas e srs. deputados, parece-nos no mínimo contraditório o governo do estado enviá-la neste momento. Vejam bem: como é que o governo afirma aos policiais militares e aos bombeiros do nosso estado que está sendo afetado pela crise estadual, que não tem dinheiro em caixa, que não pode pagar a Lei n. 254 que eles estão há três anos esperando; como é que o governo do estado, que afirma estar sendo afetado pela crise mundial com a queda da receita, encaminha para esta Casa uma MP através da qual abre mão de arrecadação?! Estamos numa crise mundial, caiu a receita do estado de Santa Catarina e o governo quer abrir mão da arrecadação. Que interesse, pergunto, deputado Dirceu Dresch, há por trás dessas medidas? Por que o favorecimento de alguns empresários? Os micro e pequenos empresários, por exemplo, vão ser lesados daqui para frente. Certamente essa medida não é motivada pelo interesse social. Se fosse, esse dinheiro iria para o Fundo Social para ser destinado às pessoas que foram atingidas pelas enchentes e não para fazer outro tipo de coisa.

E aqui fica o meu ponto de interrogação, que quero compartilhar com todos aqui: como é que uma empresa que paga neste ano, ao estado, cerca de R\$ 8 milhões, no ano que vem, deputado Dirceu Dresch, vai pagar R\$ 900 mil? Como é que o governo vai deixar de arrecadar R\$ 8 milhões para arrecadar R\$ 900 mil? Vocês podem explicar-me isso? Que interesse tem nisso o governo? Só se tiver um caixa dois, porque negar a arrecadação para o estado de Santa Catarina é lamentável, principalmente na crise em que estamos.

É importante também falar, sr. presidente, que nós temos claro que essa renúncia fiscal patrocinada pelo governador do estado e dirigida a alguns setores econômicos significa menos dinheiro para investimento nos setores que estão carentes de recursos, como a Educação e a Saúde, e para a presença do estado na vida dos catarinenses.

Também nos causa muita estranheza a notícia de que o governo de Santa Catarina começa a pagar o Auxílio Reação, que nós vamos votar hoje, nesta Casa, através da Medida Provisória n. 0148, na ordem de R\$ 415,00, com os recursos das doações do povo brasileiro, aquele dinheiro, por exemplo, que eu depusitei no fundo, que, tenho certeza, os srs. deputados também depositaram, que milhares de catarinenses depositaram, que milhares de brasileiros depositaram e que hoje representa um montante da ordem de R\$ 28 milhões. Não se trata de nenhum dinheiro do governo do estado, deputado Elizeu Mattos, nada do governo do estado, nenhum centavo, mas dinheiro da sociedade brasileira!

Enquanto isso, o governo beneficia os empresários catarinenses através de renúncia fiscal. Aquele povo lá de Blumenau, Itajaí, Ilhota, Gaspar vai ganhar apenas R\$ 415,00, mas há empresário que vai deixar de pagar para o governo do estado R\$ 7 milhões no ano que vem. É muito dinheiro! Esse dinheiro deveria, sim, ser colocado para beneficiar aquela gente sofrida, aqueles catarinenses que serviram de propaganda para o governador se manifestar em diversos canais de televisão, que serviram para o governador pedir dinheiro para o povo brasileiro.

Então, que o governo do estado coloque esse dinheiro para ajudar aquela gente sofrida que ainda, srs. deputados, está em abrigos, que ainda está esperando a sua casa de volta, que ainda está esperando os seus pertences, porque perdeu tudo.

Dessa forma, srs. deputados, eu não posso ficar quieta diante de tanto descaso do governo do estado diante da situação de emergência, pois já faz 40 dias e só estamos votando hoje, com mais dois penduricalhos, uma medida provisória para agraciar os empresários catarinenses.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Peixer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero saudar também todos os funcionários desta Casa e dizer da alegria de poder estar aqui, nesta convocação extraordinária sem remuneração - temos que deixar bem claro -, para debater e conhecer um pouco dos meios da Assembléia Legislativa.

No último pleito obtive 22.403 votos, ficando na terceira suplência do PSDB. Com a eleição do deputado Clésio Salvaro para a prefeitura de Criciúma, tive a oportunidade, com a sua renúncia um pouco mais cedo, de vir a esta Casa atendendo a convocação. Não sei ainda se vou retornar no próximo ano, vou ter que decidir isso, porque fui eleito vereador em Joinville com 5.368 votos e vou assumir o meu posto no dia 1º de janeiro. Então, teremos que tomar uma decisão importante na vida com relação a virmos para esta Casa ou permanecermos como vereador em Joinville, na nossa grande cidade, a maior cidade de Santa Catarina. Mas, de qualquer forma, valeu a experiência.

Sr. presidente, não poderia sair daqui sem falar do nosso trabalho, principalmente quando vi que esta convocação extraordinária analisaria matéria referente à liberação de recursos para as famílias que sofreram com a tragédia das enchentes de Santa Catarina.

Quando aqui cheguei, vi a grande discussão acerca da questão da Polícia Militar, dos salários. Nós estamos atentos a isso, assim como todos os cidadãos catarinenses estão acompanhando o desenrolar do assunto. Deputado Sargento Amauri Soares, acompanhamos toda a discussão e o povo está acompanhando: ele sabe tudo o que se passa nesta Casa, o que está sendo debatido.

Acho que toda luta é importante, toda luta tem que representar crescimento, desde que haja organização e seriedade de trabalho. Então, com tudo isso nós crescemos e tenho certeza de que, quando terminar essa fase, essa etapa, todos nós vamos ganhar. E ganha a população porque ela clama por mais segurança, clama pelo controle da criminalidade, pois a todo o momento estamos sujeitos a ter nossa vida ceifada.

Parabéns pela sua luta, deputado!

Também não poderia deixar de falar da medida provisória que destina recursos, sim, para aquelas pessoas que estão sofrendo em virtude das enchentes. E eu gostaria de contar a experiência de Joinville, onde fui um dos representantes da Câmara de Vereadores na Central Solidária que instalamos junto com a Associação Joinvilense de Obras Sociais, com várias ONGs, com o empresariado. Toda a coordenação foi feita pelo jovem Adriano, diretor do Laboratório Catarinense.

Srs. deputados, a Central Solidária, em dez dias de trabalho, presidente, arrecadou 600 toneladas de alimentos, que foram armazenadas no Centroventos, cedido pelo prefeito Marco Tebaldi! Em dez dias, o povo de Joinville doou 600 toneladas de alimentos, 400 toneladas de roupas, um sem-número de utensílios domésticos e também 18 mil litros de leite!

Dessa forma, Joinville mostrou que é uma cidade solidária. Todos os que foram afetados pela enchente receberam donativos em casa. Estava, inclusive, aqui acompanhando o sr. Cláudio Aragão, que é gerente da secretaria de Assistência Social, da qual eu fui o titular durante a gestão do prefeito Marco Tebaldi. Foi feito um cadastro de todas as famílias e o que foi arrecadado foi destinado para cada família atingida. Aqueles que não foram atendidos naquele momento, foram-no agora, nos últimos dias.

É bom ressaltar que do que foi arrecadado, muita coisa foi destinada a outros municípios atingidos. Levamos mantimentos e roupas para Itajaí, para Blumenau, para Itapoá, um balneário que foi muito atingido. Enfim, foi um trabalho maravilhoso!

Recentemente, aprovamos na Câmara de Vereadores um projeto que concede às famílias que ainda estão desabrigadas o pagamento do aluguel. Não vão ser dados recursos, mas vai ser pago o aluguel para cada família que ainda está em abrigo ou que teve a casa destruída ou interditada pela Defesa Civil. Por um período de seis meses, as famílias vão dispor de um imóvel alugado. Além disso, a secretaria de Assistência Social vai disponibilizar os mantimentos necessários.

Esse, sim, é um trabalho bem feito, bem organizado e por isso Joinville está de parabéns!

Gostaria, presidente, de agradecer toda a atenção que recebi. Parabéns aos funcionários desta Casa pelo atendimento que dão aos deputados estreates.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Maurício Peixer, obrigado pelo aparte.

Eu quero dizer que é uma satisfação ter um amigo nesta Casa. O PSDB, com certeza, está mais fortalecido, pois a sua experiência como legislador na Câmara Municipal de Joinville irá contribuir aqui no Legislativo de Santa Catarina nas ações que devemos implementar na manhã e tarde de hoje. Porque as matérias que serão votadas aqui são, sim, de interesse da sociedade de Santa Catarina, são de interesse do governo do estado de Santa Catarina.

Quero dizer que ele está cumprindo a sua função em favor das pessoas, porque o governador não faz para ele, não faz para um grupo, como tentou passar a deputada Ana Paula Lima ao se pronunciar da tribuna. Isso não é verdade. Temos que ter transparência. Ouvi algumas asneiras, no meu entendimento, por parte da deputada Ana Paula Lima.

Levando para o lado político, sim, qual é a forma melhor do governo colocar a questão? É através de uma medida provisória neste momento. Ele poderia estar gastando esses investimentos através da Defesa Civil, que é o órgão oficial que recebeu da sociedade os donativos, mas o governador mandou uma medida provisória para que a sociedade e os parlamentares saibam o destino desse dinheiro, e a Oposição não quer aceitar. Se não tivesse feito dessa forma para dar mais transparência, também estariam reclamando.

E há tantas outras coisas a colocar, mas complementarei, se o deputado Elizeu Mattos depois conceder-me um aparte.

Mas fico feliz por ter o amigo aqui nesta Casa e, com certeza, Joinville está bem representada.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER - Só para complementar, gostaria de dizer que fico feliz porque fui secretário quando Luiz Henrique da Silveira foi prefeito de Joinville e conheço muito bem as suas ações, como age, como faz. Ele é um empreendedor e realmente está fazendo, porque a população agora está precisando.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o eminente deputado Elizeu Mattos, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, antes de iniciar a minha fala no horário destinado ao PMDB, queria aqui cumprimentar o deputado Maurício Peixer, a quem não conhecia. Acabei conhecendo nestes dias em que s.exa. assumiu a Casa. Já somos quase amigos pela convivência e chamou-me bastante a atenção, sr. deputado, o preparo de v.exa. quando assume esta tribuna. V.Exa. fala com conhecimento e não sem conhecimento. Não faz o discurso do oportunismo ou do aplauso fácil, mas faz com consciência. Isso é preparo!

Foi uma grata satisfação conhecer v.exa., principalmente pelo seu preparo, por saber o que fala quando assume esta tribuna, porque ao assomarmos à tribuna muitas pessoas nos acompanham em casa, mesmo que elas não estejam aqui nas galerias, não estejam neste plenário, mas temos uma televisão que leva nossa fala, nossa opinião para todos os cantos de Santa Catarina, e as pessoas nos acompanham.

Por isso, quando assomamos a esta tribuna temos que ter pelo menos um pouco de conhecimento do que vamos falar para, daqui a pouco, não cairmos no ridículo e aí fazermos uma verdadeira confusão na cabeça das pessoas. Então, temos que ter responsabilidade quando assomamos a esta tribuna.

Eu tenho acompanhado, desta tribuna - acho que vou morrer e não vou ver tudo -, alguns pronunciamentos e noto que se está misturando um monte de coisas, fazendo-se uma verdadeira confusão que não estou entendendo! Um exemplo: se o governo resolve criar imposto é criticado, dizem que só quer arrecadar, que está matando o empresário, que vai gerar desemprego, mas quando o governo faz renúncia fiscal para manter o emprego, para a empresa ficar viva, para o trabalhador ter o seu salário digno com serviço, daí o governo também na presta. Não entendo! Não estou entendendo! O melhor seria que as empresas fechassem, que ninguém tivesse mais emprego e vivesse com o auxílio do Bolsa Família? Na verdade todo mundo teria Bolsa Família, o pessoal receberia sua bolsa em casa, seu rancho em casa e não precisaria trabalhar.

Pelo que sei e conheço da nossa gente catarinense, principalmente a gente da serra, o que o pessoal mais quer é ter o seu posto de trabalho, ganhar o seu salário com dignidade, comprar sua comida. Isso não quer dizer que não seja digno ter Bolsa Família, mas ter o seu salário e poder dizer ao seu filho, lá na sua casa: "Olha, esta comida veio do meu suor. Esse arroz, esse feijão foi conseguido com o suor do pai, que trabalhou."

Quando se abre mão de receita, não se pode ser criticado! Acho que há receita demais, há muito imposto, o que quase engessa o setor produtivo. Eu não tenho empresa nenhuma. Eu tenho um reflorestamento pequeno lá no interior de Anita Garibaldi. Mas no setor produtivo, deputado José Natal, se pegarmos um produto e analisarmos seu preço, descobriremos que há produto em que 40%, 50% do preço é imposto.

Quando se faz uma renúncia fiscal é para dar emprego, é para manter o empresário vivo. E nós estamos acompanhando, deputada Ana Paula Lima, nos últimos dias, empresários fazendo acordo com seus funcionários de diminuição da carga horária e redução até de salário, neste momento de crise, para não demitir.

Mas vai haver crise? Eu já ouvi gente falando aqui que não vai haver crise, que não existe crise! Mas, gente, em que mundo nós estamos vivendo?!

Eu vou contar, deputados José Natal e Genésio Goulart, uma história. Nós estamos com uma empresa multinacional para se instalar em Lages, na região da serra catarinense, que seria a nossa redenção, a ZF. A ZF é a maior empresa fabricante de caixa de transmissão no mundo. Emprega mundialmente, hoje, 59 mil pessoas. Iam transferir de Sorocaba uma parte para uma nova unidade industrial em Lages, um valor em torno de R\$ 700 milhões. Tudo encaminhado, o terreno locado, tudo acertado. Na localidade de Índios, que o deputado Professor Grandó conhece muito bem, iria ser instalada a ZF. Não havia crise, mas a ZF, enquanto não souber o dia de amanhã, suspendeu todo e qualquer investimento na nossa região, investimento esse que seria a nossa redenção.

Mas nós temos outras empresas lá, deputado Antônio Aguiar, que preside neste momento a nossa sessão, como a Klabin, que faria um investimento de mais de R\$ 500 milhões nas unidades fabris de Otacilio Costa, Correia Pinto e Lages. Todo mundo acompanhou, dias atrás, quando a Klabin suspendeu os R\$ 500 milhões de investimento até saber no que vai dar essa crise.

Agora vamos falar como economista, como alguém que lê um pouco, que pesquisa, que aprendeu um pouquinho (não sei se aprendi): todo mundo sabe que, não é amanhã, nem no dia seguinte, nós vamos ter a crise; nós vamos ver o reflexo de qualquer crise que possa acontecer lá em março, deputado José Natal, porque isso é a longo prazo. Nós vamos ter o reflexo lá na frente. Seria irresponsabilidade, neste momento, uma decisão de qualquer pessoa ou de um governante no sentido de aumentar despesa, pois amanhã poderemos contar a grande mentira, porque amanhã poderá não haver o recurso para essa despesa que estaríamos aumentando hoje.

Entretanto, pelo que se fala aqui, deputado José Natal e deputado Professor Grandó, parece que o governador Luiz Henrique da Silveira é contra o estado de Santa Catarina em tudo o que faz! Se manda uma medida provisória para distribuir o recurso - e por lei tem que haver uma medida provisória - é ruim. Se não manda é ruim! Se aumenta imposto é ruim! Se tira, diminui imposto é ruim! Eu não sei, parece que o governador não é bom para Santa Catarina. Parece que o governador é bom para o Paraná, para São Paulo. Eu não estou entendendo, pois as ações do governador são para ajudar Santa Catarina.

Eu sei que há a questão - e eu vou voltar a falar - da Polícia Militar. Está aqui a Aprasc, e vou falar o que eu penso, pois se eu não falar o que eu penso, devo ir embora. Vou embora, não preciso estar aqui. Eu venho aqui e falo o que eu penso! Não preciso do aplauso. Se as pessoas entenderem é bom, mas eu vou falar o que eu penso, o que eu estudo e, com responsabilidade, o que eu vejo.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Elizeu, gostaria de parabenizar v.exa. pela lucidez do seu pronunciamento.

Queria dar continuidade àquilo que coloquei quando estava nessa tribuna o nosso deputado e amigo Maurício Peixer. As ações implementadas, neste momento, pelo governo de Santa Catarina, todas elas, são em decorrência da catástrofe que sofreu este estado e, sim, da condição financeira mundial. Como somos um estado realmente diferenciado dos demais estados da federação, as ações político-administrativas do governo de Santa Catarina, todas elas, são bem pensadas antes de ser colocadas em prática.

A deputada Ana Paula Lima assoma à tribuna querendo colocar aqui que uma empresa será beneficiada com o Refis e não sei quantos milhões. Disse a deputada Ana Paula Lima, dessa tribuna, que as pessoas e médias empresas não terão benefício nenhum com o Refis. Isso não é verdade. Isso é jogar palavras ao vento.

O governo de Santa Catarina tem essa preocupação, assim como os demais governos, até em nível mundial, porque todos os governos do mundo estão distribuindo dinheiro para segurar a crise mundial, para segurar o que v.ex.a. está colocando aí, para segurar o emprego, as empresas, para que elas continuem sobrevivendo, para que o caos mundial não fique pior do que está. E nós, em Santa Catarina, como parlamentares, estamos aqui analisando medidas provisórias, o que é estritamente legal. Agora, o que não dá realmente para entender é o que aconteceu na última terça-feira, nesta Casa, hoje faz uma semana, quando participei da formação de uma frente parlamentar para o acompanhamento dos recursos doados para as enchentes. Inclusive, participaram, na manhã da terça-feira passada, única e exclusivamente entidades sindicais, querendo sacrificar o governo, comandadas pela deputada Ana Paula Lima. E a maioria delas dizia que o governador Luiz Henrique da Silveira não esteve em Itajaí, não esteve em Joinville, que a Defesa Civil não esteve ainda onde estão algumas pessoas, no caso, supostamente, que foram amparadas. Mas isso não é verdade.

É lógico que o governador não tinha condições de ir a todos os lugares onde estavam as pessoas; é lógico que o comandante da Defesa Civil não tinha condições de ir a todos os lugares naquele momento, mas todas as ações de governo estavam sendo tomadas por governantes e por aqueles que colocaram realmente o seu tempo à disposição. Mas tudo isso está sendo contestado pela Oposição. Até parece que o governo Lula, que a deputada Ana Paula Lima representa, é um governo perfeito. Na verdade, ele tem mostrado para os brasileiros que ele é um fanfarrão quanto à questão da crise mundial, porque ele vai à imprensa, quase que diariamente, dizer que aqui não há crise. Gostaria de ter a felicidade e a sorte que isso acontecesse, que ele estivesse falando a verdade - eu e todos os brasileiros. Mas não é verdade.

Na minha visão, deputado Elizeu Mattos, daqui a uns seis meses, neste país, as financiadoras não terão depósito para guardar todos os carros que tomarão de volta, por falta de pagamento, em virtude da crise mundial, do desemprego e de tantas outras situações, como essa taxa de juros exorbitante que o país pratica e que os estados são obrigados a praticar também.

Comungo com tudo aquilo que v.ex.a. colocou. Quanto à Aprasc, durante o meu tempo, irei pronunciar-me a respeito, porque também tenho o meu pensamento com relação às condições como tudo aconteceu em Santa Catarina. Penso que houve um exagero por parte de quem comanda essa entidade. Mas, repito, se o governo não tivesse encaminhado uma medida provisória, estaríamos aqui esperando, como se diz na linguagem popular. Mas como o governo mandou uma medida provisória para ser mais transparente ainda, também estão esperando, porque não é isso que eles queriam para sair criticando o governo Luiz Henrique da Silveira.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Logo concederei um aparte ao deputado Professor Grandó, mas antes quero aqui frisar e aplaudir o presidente Lula sobre algo que aconteceu dias atrás. Ele abriu mão de receita. Quando ele mudou a tabela do Imposto de Renda, ele abriu mão de receita. É um ato de coragem de um governante abrir mão de receita para o trabalhador ter mais dinheiro no bolso, poder gastar e aquecer a economia.

Então, poderíamos, ao assomar esta tribuna, começar a criticar o presidente Lula. Mas, bem pelo contrário, quero cumprimentar o governo Lula por ter aberto mão de receita para deixar mais dinheiro no bolso do trabalhador.

O Sr. Deputado Professor Grandó - A história nos ensina; a história é a força motriz do povo. Na antiga Roma, o Senado romano sempre, nos seus pronunciamentos, encerrava dizendo "*Delenda Carthago*", até que em Cartago não restou pedra sobre pedra. E é assim que a Oposição se comporta. Em tudo que é feito nesta Casa fulanizam criticando o governador Luiz Henrique. Repito, fulanizam.

Pergunto a v.ex.as.: por acaso o governo federal aprovou a reforma econômica? Não. Esquecemos a reforma econômica. Onde ela está? E temos que saber que neste país está instalada a maior guerra fiscal entre os estados; há unidades da federação em que há renúncias fiscais muito maiores do que no estado de Santa Catarina. E eu cito um exemplo: a renúncia fiscal do governo federal, que é 30 vezes superior à do estado de Santa Catarina.

Então, essa é uma prática que vem do governo federal, pois realmente se instalou uma guerra fiscal e cada estado está utilizando, para enfrentar essa crise econômica mundial, a melhor maneira possível para manter os empregos. E isso está sendo feito de forma aberta e transparente pelo nosso governo.

Srs. deputados, não contentes em fulanizar e criticar o governador Luiz Henrique, combatendo a renúncia como forma de ajudar e de criar empregos, ainda querem que gaste o Fundo Social, que não se utilize recursos solidários, os recursos que vieram do povo para ir para o próprio povo. Mas isso está sendo feito de forma controlada. E essa é a função da medida provisória.

Querem que o governo gaste as reservas, os recursos que o estado tem, para que entre em crise, não pague a folha em dia; para dificultar que mais obras sejam feitas para conter as cheias; para atender a população de Santa Catarina, querem que o governo gaste o Fundo Social e não utilize o recurso solidário. Mas temos que utilizar primeiro o recurso solidário. Mais do que isso ainda, não satisfeitos com essa questão, acham que essas medidas provisórias devem ser aperfeiçoadas. Realmente, se fazem emendas é para procurar criar condições de melhor atender o povo catarinense, o que implica em mais despesas, mas acho correto. Esse é o papel, porque aqui não é cartório, onde simplesmente se carimba; aqui se propõem emendas, faz-se emendas. E a nossa maneira de fazer política é no sentido de contribuir.

Entendo grave o governo do estado ter 15% da sua receita reduzida. Nenhum estado no Brasil, diante da crise econômica mundial, devido à catástrofe, teve a sua receita reduzida como o nosso estado está tendo neste momento. E sabemos que janeiro e fevereiro são meses de arrecadação mais baixa; temos que apostar no turismo, no tempo bom para manter esses empregos.

Então, o governador está agindo com lógica, com sensibilidade, com preocupação com o futuro. E é assim que se governa para o futuro. Portanto, parabeno o governador. Realmente, as medidas provisórias vêm ao encontro da necessidade do estado em apresentar soluções àqueles que mais sofreram. E temos que ter realmente a visão de um todo, de toda a sociedade civil que governamos, não somente de uma categoria, de um setor dessa sociedade. Por isso, temos um governo democrático, transparente adotando essas medidas.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o seu aparte, nobre deputado Professor Grandó. Gostei muito dos apartes, pois engrandeceram o meu pronunciamento. Recebi apartes bem colocados tanto do deputado José Natal como do deputado Professor Grandó.

Deputado Sargento Amauri Soares, quanto à questão da Polícia, voltarei à tribuna, pois estou inscrito, para debater. Com as galerias cheias ou vazias voltarei ao assunto, falando o que penso, o que sinto, o que tenho estudado, sr. presidente.

Quero aqui, antes de encerrar a minha fala, dizer para aquele que está em casa nos assistindo que, quem viu o pronunciamento há pouco, parece que o governador, quando aconteceu a catástrofe em Santa Catarina, viajou para fora do Brasil, que nem em Santa Catarina estava. Mas foi o contrário; o governador parou todas as suas atividades para atender essa catástrofe pessoalmente. Inclusive, no programa de televisão, e não vou citar o programa de televisão ou a TV, o governador chegou a chorar pelos catarinenses, porque gosta de Santa Catarina.

Deputada Ana Paula Lima, conheço muitos catarinenses que gostam de Santa Catarina, muitos mesmo - inclusive, o deputado Maurício Peixer foi secretário de Luiz Henrique da Silveira; conheço muitos catarinenses que gostam de Santa Catarina, mas eu não conheço nenhum catarinense que goste mais de Santa Catarina do que o governador Luiz Henrique da Silveira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, temos que rir devido a alguns pronunciamentos. Santa Catarina realmente é um estado do qual não só os catarinenses gostam; acho que todos os brasileiros gostam de Santa Catarina. E isso podemos mencionar, sr. presidente e srs. deputados, pelo grande número de depósitos que os brasileiros fizeram na conta da Defesa Civil. Eles adoram o estado de Santa Catarina, adoram o povo catarinense. Por isso, deputado Elizeu Mattos, depositaram nessa conta milhões, porque gostam do nosso estado e da nossa gente. Todo mundo gosta de Santa Catarina.

Srs. parlamentares, quero aqui dar parabéns também ao deputado Maurício Peixer, do município de Joinville. Que s.ex.a. seja bem-vindo ao Parlamento catarinense. Tenho certeza de que as suas ações aqui irão ao encontro da melhoria de qualidade de vida da nossa gente. Também parabeno o município de Joinville, que está fazendo a sua parte, dando R\$ 415,00, se não me engano, para cada família atingida, para alugar uma nova residência ou como ajuda de custo. Assim também fizeram o município de Blumenau, o município de Balneário Camboriú e outros municípios catarinenses.

Srs. parlamentares, até nem quero comentar o baixo calão das palavras pronunciadas por alguns parlamentares que me antecederam, mas quero dizer que quem não tem conhecimento são alguns parlamentares, sim, os quais vêm aqui fazer a defesa do governador. S.Exas. não vêm fazer a defesa ou a crítica dos projetos que entram nesta Casa. Parece que quem está em jogo é o governador e não as ações do governo. E s.exas. vêm aqui defender o sr. Luiz Henrique da Silveira.

Estou aqui defendendo os projetos. É essa a diferença, srs. parlamentares. É essa a diferença, pois temos a responsabilidade, deputado José Natal, de defender os projetos que vêm para esta Casa, porque não podemos votar como se fosse um cartório, como disse o deputado Professor Grando, no sentido de apenas homologar as ações do governo. Temos que discutir projeto por projeto. Então, é isto que falta: conhecimento de alguns parlamentares do que está sendo votado para o povo catarinense.

O que vai acontecer com o estado de Santa Catarina, se aprovarmos algumas medidas provisórias encaminhadas pelo governador? Algumas pessoas serão lesadas, principalmente os pequenos. Se vivenciamos uma crise mundial, como é que o governo vai renunciar à arrecadação? Eu não entendo isso. Só pode ser para outras coisas, desculpem-me. Renunciar à arrecadação? Quem é que diz que não quer dinheiro? Só se está muito bem.

Por isso, srs. parlamentares, quero dizer que temos conhecimento de causa quanto ao que vai ser votado, porque estudamos todas as medidas provisórias, deputado Sargento Amauri Soares; apesar de elas terem vindo a toque de caixa, estudamos artigo por artigo. E por isso somos contrária. Não estamos aqui, nesta tribuna, para defender "a", "b" ou "c"; estamos aqui para defender o povo catarinense. E o que virá, de acordo com o que está nas entrelinhas dessas medidas provisórias, não sabemos.

A única medida de emergência é a Medida Provisória n. 0148, que veio tarde, com 40 dias de atraso, e que se destina às pessoas atingidas pelas enchentes e enurradas. Quanto à outra, de renúncia fiscal, poderia ser tratada no ano que vem. Por que não pode ser tratada no ano que vem? Pode ser tratada, sim, de outra forma.

Srs. parlamentares, a Medida Provisória n. 0147 vai beneficiar, deputado Maurício Peixer, os grandes empresários. Essa renúncia fiscal vai afetar e comprometer os micro e pequenos empresários. Eles é que vão arcar com essas despesas e são eles que têm capacidade de empregar milhares de pessoas.

Qual é a contrapartida dos empresários que vão ser beneficiados? Garantir emprego? Onde está isso, minha gente? Onde está colocado isso nessa medida provisória?

Não, não podemos votar aqui porque o governador é bonitinho, porque está dando alguma coisa para algum parlamentar, porque o governador é do meu partido. Temos que ter compromisso, porque temos pela frente o ano que vem e o outro. O que vai acontecer com o estado de Santa Catarina renunciando dinheiro? Só se está entrando por outro lado e não sabemos. Creio que não. Por isso a responsabilidade da digital de cada parlamentar.

Deputado José Natal, o presidente Lula é respeitado pelos brasileiros. Se v.exa. não sabe, ele é a 18ª pessoa mais influente do mundo. Se o Brasil está bem, deputado Dirceu Dresch, é graças a um presidente que levou o país às coisas boas, porque inúmeras vezes parlamentares aqui criticaram o governo federal, que deu uma demonstração de grandiosidade.

Quanto ao governador Luiz Henrique da Silveira, esteve várias vezes em Blumenau, Itajaí. Aqui temos que falar a verdade, como disse no fórum de solidariedade. Mas quero convocar os parlamentares que não tiveram a coragem ainda de visitar o vale do Itajaí, os abrigos, para que vejam a destruição que aconteceu por lá e para observar como aquela gente está vivendo, porque é muito fácil vir aqui falar e não vivenciar.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Nobre deputada, parabéns pelo discurso, pela intervenção.

Quero dizer que não somos contra os empresários catarinenses. Isso tem que ficar muito claro. Agora, o que precisamos é de uma política de crescimento estratégico para o estado. E as isenções e a renúncia fiscal não estão dando essa condição.

Está comprovado que o crescimento industrial está em 2% ao ano. No ano passado o Brasil cresceu mais de 6%; em média, nos últimos cinco anos, cresceu 5,45% ao ano. Essa é a nossa crítica e o nosso questionamento.

Precisamos de um programa do tipo do PAC para construir uma estratégia permanente de crescimento no estado; caso contrário vamos ficar renunciando. Já estamos em 25% do nosso Orçamento em renúncia fiscal e não temos uma política de crescimento industrial, de geração de emprego no estado.

Por isso a crítica a essa medida provisória que amplia a renúncia, mas que não traz uma garantia profunda de que está garantida a política de emprego, de desenvolvimento do nosso estado.

Quero dizer que somos favoráveis ao Bolsa Família, ao bolsa disso e daquilo. Mas estamos fazendo no país, inclusive com o apoio do PMDB, as mudanças em nível nacional. Até poderíamos copiar isso aqui no estado.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Certamente, deputado. É por isso que falo que existe deputado que não estudou a matéria e não sabe como votar. Vai votar com o governo sem estudar a matéria.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, dias atrás tivemos aqui a oportunidade de discorrer, desta tribuna, sobre um relatório do Sindicato da Indústria da Extração do Carvão de Santa Catarina, através do secretário executivo Fernando Zancan, sobre a situação do carvão em Santa Catarina em nível de Brasil e em nível mundial.

Uma matéria do *Diário Catarinense*, do dia 29 de novembro, fala muito bem sobre esse tema tão importante para o futuro da geração de energia, de gaseificação e dos subprodutos a serem extraídos a partir dessa matéria-prima tão nobre, que está no subsolo catarinense, chamada carvão.

(Passa a ler.)

"O carvão do sul ganha impulso.

O volume do mineral produzido aumentou 400 mil toneladas em 2008.

Enquanto alguns setores da economia regional amargam prejuízos com a crise mundial, o segmento carbonífero ganha impulso e fecha 2008 com um acréscimo de 15% nas vendas para a Tractebel, sua principal cliente. O volume representa 400 mil toneladas a mais do que o comercializado em 2007 e projeta 2009 como um ano de grandes ações no setor produtivo.

Conforme o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Extração do Carvão (Siecesc), Fernando Luiz Zancan, o carvão saiu ileso da crise dos últimos meses por ser uma energia mais vantajosa. Em 2009, a previsão é manter o mesmo patamar deste ano, com venda anual de 3 milhões de toneladas. Para poder atender a essa demanda, o setor carbonífero planeja a abertura de novas minas: duas no município de Lauro Müller, uma em Içara e uma em Criciúma.

A Agência Internacional de Energia (IEA) prevê um crescimento para o carvão de 2% ao ano até 2030, algo maior do que a demanda mundial de energia - explica. Otimista, o secretário revela que a região carbonífera tem capacidade para a instalação de 1,2 mil megawatts de potência, equivalente a três usinas termelétricas.

Além de ter sido um bom ano para o carvão, economicamente, o coque - subproduto usado em siderúrgicas - também conquistou mercado, diante de um quadro mundial evolutivo para as matrizes energéticas. Foi um ano de mudança de paradigmas para o carvão. O velho discurso foi abandonado, estamos mais pró-ativo. O setor está-se modernizando, mais preocupado com recursos humanos.

O potencial energético do carvão ainda se estende em 2009 em projetos que visam ao seu maior aproveitamento. As atenções dos empresários se voltam para o início das obras do complexo de pesquisa e desenvolvimento do Centro Tecnológico de Carvão Limpo (CTCL), que recebeu verbas de R\$ 8,6 milhões para os próximos dois anos na linha de pesquisa e desenvolvimento.

O futuro é promissor para a gaseificação.

O processo de gaseificação do carvão tem sido um dos objetivos do Siecesc nos últimos anos. O presidente do Sindicato das Indústrias Extratoras de Carvão do Estado de Santa Catarina, Ruy Hülse, acredita que com o gás obter-se-á uma solução regional para as cerâmicas brancas e vermelhas, um combustível a mais diante do gás natural.

Com o calor será possível aquecer os fornos, acionar as turbinas e, arrisca Ruy Hülse, um possível uso doméstico. 'Sou otimista para o uso não somente como fonte de energia, mas como fonte de calor e matéria-prima, a partir dos resíduos da gaseificação, daria uma importante projeção ao carvão.'

Produzir gás, energia limpa a partir do carvão mineral, gerador de polêmicas ambientais, é apenas uma maneira de compensar uma poluição centenária ocasionada pela extração na região sul do estado', ressalta o presidente Ruy Hülse. Isso porque o crescimento da atividade extratora implica na abertura de novas minas e com ela novas polêmicas.

Conforme o presidente da Siecesc, atualmente, para atender a Tractebel, compradora do carvão no sul do estado, existe um plano para os próximos dez anos de abertura de nove minas. 'Tudo isso será feito com planos diretores e vamos procurar entendimento, mas é impossível ignorar que tudo isso venha ao encontro de novos mercados e um futuro promissor para o carvão.'

A cadeia produtiva ganha certificação da ISO 14000. O patinho feio, como sempre colocado o carvão, passa a se integrar dentro da modernidade, das exigências dos organismos ambientais, com acompanhamento do Ministério Público Federal e Estadual. A cadeia produtiva do carvão teve um ganho significativo também com a certificação ambiental das empresas carboníferas com a ISO 14000.

A proximidade entre as mineradoras e o Ministério Público para os ajustes da estrutura do cronograma de execução e sentença para recuperação de áreas degradadas foi importante para a melhora da imagem e o respaldo para implementação de novos projetos.

Nos planos dos empresários, será um ano de trabalho pesado para as carboníferas, porém tudo isso é possível. Temos uns dados aqui para conhecermos melhor o setor:

- Em 2007, a cadeia produtiva de carvão teve movimentação econômica superior a R\$ 800 milhões;

- Em 2008, mineradoras do sul do estado produziram 2,6 milhões de toneladas de carvão;

- Mais de 90% da produção foi destinada à geração de energia elétrica na Usina Termelétrica Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo;

- Juntas as empresas carboníferas faturaram R\$ 332 milhões, geraram quatro mil empregos diretos e cerca de 40 mil indiretos, de acordo com os dados da Fundação Getúlio Vargas;

- As reservas brasileiras de carvão mineral no subsolo catarinense e gaúcho chegam ao montante de 32 bilhões de toneladas de carvão, que tem potencial para gerar 18,6 mil megawatts para 100 anos de operação.

Aproveito o ensejo para desejar a todos os catarinenses um 2009 repleto de muita paz, amor, trabalho e, acima de tudo, que intensifiquemos cada vez mais o sentimento de esperança em cada ser humano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o eminente deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha nesta sessão, telespectadores da TVAL, voltando ainda e sendo muito pontual para falar de todos os assuntos, na verdade a tática é excluir alguns subtenentes, essa é uma vingança, porque não concordam com o salário que um subtenente da reserva ganha. E eles ganham hoje o mesmo que os oficiais já ganhavam por uma emenda do deputado Onofre Santo Agostini, aqui nesta Assembléia, há três anos, a pedido de alguns subtenentes. E alguns desses que fizeram esse pedido estão conversando freqüentemente com o comandante-geral. Foram eles e não nós que colocaram isso na lei, há três anos.

A Lei n. 254 é plenamente aplicável e já poderia ter sido aplicada se houvesse boa vontade política nesse sentido. Nós queremos, sim, uma polícia bem remunerada, e não é verdade que essa lei seja utópica, ela é plenamente aplicável. Nós não queremos uma

polícia de R\$ 1,99, quem quiser uma polícia de R\$ 1,99 que vá para outro estado, que vá para o Rio de Janeiro. Aqui nós queremos uma polícia muito bem remunerada para continuar a ser cada vez mais a melhor polícia do Brasil e, quicá, a melhor polícia do mundo, porque temos gente, recursos humanos, pessoal, para tê-la, para construí-la.

Se o coronel Braga voltar, colocar sua farda e empunhar a sua espada, nós o seguiremos e eu estarei no meu lugar na fila, na décima fila, que é o lugar do segundo-sargento, e estarei lá armado com a minha metralhadora, que é a arma de sargento, assim como todos os companheiros estarão no seu lugar na fila e formaremos uma pirâmide, que é uma formação em cunha; nada seguraria essa instituição e ela poderia progredir como já progrediu no passado.

Coronel Braga, nós estamos mais frágeis hoje do que estávamos há 20 anos, quando o senhor era comandante. Essa é a realidade e também, por isso, os estertores dessa instituição. Com racionalidade, bom senso e disciplina consciente, 2009 será o nosso ano. Pode ser nosso se houver racionalidade e bom senso, do contrário também poderá ser o pior ano da nossa instituição e nós queremos que seja o melhor e não o pior.

Falei de forma telegráfica desses pontos para poder entrar na pauta desta última hora, neste plenário.

É preciso falar - e quero dialogar com os deputados Elizeu Mattos, José Natal e Professor Grandó - sobre modelo de desenvolvimento, porque nós nos tornamos reféns dos monopólios. Quando vem a crise, os monopólios vão embora e nós ficamos passando fome. Há uma política de incentivo aos monopólios, ao invés de distribuir a renda, inclusive remunerando melhor os servidores públicos, para que possam adquirir mais no nosso comércio, aquecendo o nosso mercado. Nós investimos tudo, fizemos barba, cabelo e bigode para que a General Motors venha para o Brasil, para Joinville.

O deputado Elizeu Mattos citou a Klabin, na região da serra, e nós temos debatido aqui esse assunto, que é um modelo de desenvolvimento. Ao invés daquele mar de *pinus eliottis*, o pinheirinho americano, deveríamos ter 200 mil famílias de agricultores em toda a região do Contestado. E a serra catarinense, a região do Contestado seria mais rica se ao invés daquele mar de pinheirinhos americanos tivéssemos lá 200 mil famílias de agricultores, que não precisariam estar na periferia das cidades.

Neste momento a Klabin parou de investir, e vamos supor que o mundo não compre mais o nosso papel e celulose. O que vai acontecer com a região do Contestado que está infestada de pinheirinho americano? O que o povo catarinense vai comer? Se tivéssemos mais 200 mil pequenos agricultores, eu saberia responder a v.exas: arroz, feijão, batata, leite, carne. Com aquele mar de pinheiro lá, se a Klabin for embora, porque eles estão interessados só no dinheiro e não no nosso povo, certamente sobrará só pinheiro para a nossa gente.

Então, precisamos refletir sobre o modelo de desenvolvimento. Por isso, as MPs, essa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Esta Presidência suspende a presente sessão até as 11h30.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Srs. deputados, a Presidência declara reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Para facilitar o deslocamento dos deputados ao plenário, a Presidência pede para a assessoria abrir o painel de votação para registrarmos a presença dos srs. deputados. Até cinco minutos estaremos registrando a presença dos srs. deputados; logo em seguida, vamos iniciar a Ordem do Dia.

(Procede-se à verificação de quórum.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	presente
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	presente
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	presente
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	presente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	presente
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	presente
DEPUTADO EDISON ANDRINO	presente
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	presente
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	presente
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	presente
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	presente
DEPUTADO JAILSON LIMA	presente
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	presente
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	presente
DEPUTADO JORGINHO MELLO	presente
DEPUTADO JOSÉ NATAL	presente
DEPUTADO JULIO GARCIA	presente
DEPUTADO KENNEDY NUNES	presente
DEPUTADO MANOEL MOTA	presente
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	presente
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	presente
DEPUTADO PEDRO UCZAI	presente
DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ	presente
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	presente
DEPUTADO RENATO HINNIG	presente
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON	presente
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	presente

Há quórum regimental para deliberação, srs. deputados.

Discussão e votação em turno único do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0146/2008, de origem governamental, que altera a Lei n. 13.334, de 2005, que institui o Fundo de Desenvolvimento Social - Fundo Social -, e estabelece outras providências.

Há um requerimento de autoria da bancada do PT, pedindo destaque para discussão e votação em separado no plenário para a seguinte emenda apresentada à Medida Provisória n. 0146:

(Passa a ler.)

"Art. 9º - B. Os valores arrecadados no artigo 9º-A da presente Medida Provisória serão revertidos diretamente para a construção e reforma de casas populares para os desabrigados, atingidos na situação de emergência, que justifica a presente gênese governamental." [sic]

Está em discussão o projeto de conversão em lei da medida provisória, sendo que votaremos em primeiro lugar a emenda destacada.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, o deputado Décio Góes, em nome da bancada, vai fazer a defesa da emenda, porque o mérito das medidas provisórias tramitou na comissão de Finanças; uma vez que não foi acolhida a emenda, a comissão de Constituição e Justiça não teve a possibilidade de opinar sobre o mérito, que diz respeito à importância fundamental de acolher essa emenda, na medida em que essa experiência do Fundo Social - que é um jeito velho de fazer política com clientelismo, apadrinhamento e assistencialismo - poderia, pelo menos parte dela, ser destinada para os atingidos das enchentes no médio vale.

Por isso passo a palavra ao deputado Décio Góes para fazer a justificativa desse pedido de destaque, e contamos com os deputados para que aprovamos esta medida provisória com este destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência encerra a discussão.

Com a palavra o deputado Décio Góes, pela ordem, para encaminhamento de votação da emenda destacada pelo requerimento da bancada do PT.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, essa lei que permite o Refis dos impostos estaduais e joga 50% para quem aderir ao Fundo Social é uma forma de o estado desvincular, tirar dinheiro da Saúde, da Educação e da Segurança Pública de Santa Catarina. Essa lei, como amplia a base do Fundo Social, está, na prática, tirando dinheiro da Saúde, da Educação e da Segurança Pública e visa beneficiar às empresas em débito com o estado, visa a ampliar os débitos inscritos, permite parcelar 50% em até 24 vezes e o restante amplia de quatro para oito anos de quem optar pelo Fundo Social.

Eu até acho que se fosse dirigido às empresas que foram atingidas na calamidade de Santa Catarina seria tolerável, seria procedente, seria pertinente ao objeto da convocação extraordinária, mas esta proposta do governo não tem nada a ver com a questão da calamidade. E para dar esse caráter, a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou emenda no sentido de que esses recursos, otimizados por esse parcelamento que o estado está oportunizando, sejam direcionados para a construção de habitação popular e reconstrução de casas das áreas atingidas.

Sabe-se que não há ainda um dado correto, exato, mas serão necessárias em torno de cinco mil habitações novas e de dez a quinze mil reconstruções e reformas das habitações que passarem no laudo da Defesa Civil como áreas possíveis de ocupação, e ainda mais cinco mil habitações que estão em áreas de risco e que não podem ser reconstruídas no mesmo lugar.

Até agora nós vimos o estado muito ágil em divulgar a calamidade em Santa Catarina, muito ágil nos primeiros socorros com a ajuda de todas as instituições do estado, mas as políticas que vão dar uma perspectiva de futuro para os atingidos até agora não vimos. Nesse sentido, a emenda do Partido dos Trabalhadores visa colaborar com o governo para colocar esses recursos que serão otimizados no Fundo Social para a construção ou reforma de habitação para os atingidos.

Esse é o nosso encaminhamento e peço o apoio dos demais deputados para aprovarmos essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência propõe o seguinte: em encaminhamento de votação pode encaminhar o líder, alguém designado pelo líder ou o relator. Propõe também, para ceder espaço aos demais deputados, que cada encaminhamento se dê em dois minutos.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal, na condição de líder do governo.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, a lei de constituição do Fundo Social já prevê a possibilidade de atendimento na área social, portanto, para a construção também de casas. Além disso, a emenda que propõe a vinculação da receita do Fundo Social contém vício de constitucionalidade. Por isso, a nossa manifestação é contrária à presente emenda.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para encaminhar também subsidiariamente pela bancada do PT, o deputado Dirceu Dresch, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós até concordamos e temos clareza de que consta já na lei do Fundo Social a possibilidade de, no caso de catástrofes, o estado colocar recursos à disposição. O que nos preocupa é que não há nenhum movimento, até este momento, no sentido do estado destinar valores, deputada Odete de Jesus.

Nós queremos discutir isso, mas principalmente a grande preocupação é com as casas dos agricultores e o pagamento de R\$ 415,00 para 354 famílias, o que daria, hoje, R\$ 146.910,00. Em seis meses esse total vai significar R\$ 881 mil, o que é muito pouco dentro desses recursos que serão destinados. Com os R\$ 28 milhões arrecadados, segundo dados da própria Defesa Civil, poder-se-ia pagar em torno de 11.244 famílias durante seis meses.

Então, o que nós queremos? Queremos que o Fundo Social auxilie essas famílias na construção de casas. O governo, com os recursos federais da habitação, do PSH, colocaria R\$ 5 mil de contrapartida a esses recursos federais, o que daria para construir dez mil casas. Tudo junto, daria um custo de R\$ 50 milhões.

O Auxílio Reação para dez mil famílias, por seis meses, a um custo de R\$ 24,9 milhões, daria um gasto de R\$ 74,9 milhões. O governo tem hoje, na conta da Defesa Civil, R\$ 28 milhões doados pela sociedade, mais R\$ 40 milhões doados pelo governo federal, o que totaliza R\$ 68 milhões. Portanto, só faltam R\$ 6,9 milhões que o governo poderia utilizar do Fundo Social. O investimento do governo do estado seria de R\$ 1,00 para cada R\$ 4,00 doados pela sociedade, e R\$ 1,00 para cada R\$ 6,00 doados pelo governo federal, sem considerar recursos em infra-estrutura, no setor produtivo e na construção e reconstrução de moradias.

Então, essa é a importância, sr. presidente, do governo do estado colocar recursos à disposição do Fundo Social como contrapartida ao programa do governo federal e aos programas que já estão em andamento.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o eminente líder do PP, deputado Silvío Dreveck, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, nós fizemos também proposição de emendas a este projeto por entender que poderíamos colaborar com o aperfeiçoamento.

Lamentavelmente, nossas emendas não foram acatadas. Mas nós entendemos, sr. presidente, que da forma como está a medida provisória para conversão em lei não podemos ser favoráveis sem a aprovação das emendas.

Portanto, a nossa bancada vai-se manifestar favorável à emenda do PT.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Vamos votar, então, srs. deputados, a emenda destacada, de acordo com o encaminhamento.

Sugiro que a votação seja no painel eletrônico para facilitar.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda destacada, votando "não" rejeitam a emenda destacada.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONDALVES	
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)

Votaram 30 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 12 votos "sim", 18 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitada a emenda.

Vamos agora à votação do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0146/2008, com a emenda modificativa de fls. 8, considerando a rejeição da emenda derrotada há poucos instantes.

Em votação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Joares Ponticelli, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Não há discussão do projeto, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não, já foi encerrada a discussão. Foram discutidas as emendas e o projeto, deputado. Se usar a palavra como líder, v.exa. tem cinco minutos, se falar como deputado, tem dois minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Falarei como deputado, o líder vai falar depois, mas quero inscrever-me para discutir as Medidas Provisórias n.s 0147 e 0148.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. já está inscrito.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, o governo do estado, sob o manto da tragédia de muitos irmãos catarinenses, encaminhou essa medida provisória que nada tem a ver com a enchente, está muito claro isso! O governo pretende apenas aumentar a sua base arrecadatória do Fundo Social, certamente para continuar investindo ou depositando recursos, com outros objetivos, em eventos que, perante a lei, nem poderia fazer. E aí cito alguns exemplos.

Depois da enchente, o governo do estado concedeu do Fundo Social R\$ 2 milhões para a Eco Power, evento que cobrou R\$ 200,00 de ingresso, e R\$ 1,5 milhão para um tal de Joinville Mundo Pop, um evento que cobrou ingresso, o que a lei veda. Não sabemos ainda o valor certo doado para o Natal Luz da Havan, uma empresa particular que não tem nada a ver com o Fundo Social; quase R\$ 1 milhão para o Natal dos Sonhos de Florianópolis, e R\$ 2 milhões para o Desafio das Estrelas. Tudo isso depois da enchente, deputado Kennedy Nunes! Imaginem quantas casas populares, quanta família daria para atender!

Por esse desperdício do dinheiro público, por essa aplicação de recursos públicos que deve ter outro objeto e pelo fato de haver muito menuado nesse processo também, votarei contra o atual projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhada a votação pelo deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, encaminha a votação o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A bancada já se manifestou na comissão de Constituição e Justiça e na comissão de Finanças e Tributação. Em primeiro lugar, não foram acolhidas as proposições da bancada do PP e nem as da bancada do Partido dos Trabalhadores para aperfeiçoar a medida provisória. Em segundo lugar, não há relevância e urgência e a nossa emenda contemplaria a urgência e a emergência para os atingidos pela enchente. Portanto, não sendo contempladas, não há razão legal, constitucional e nem moral para aprovar essa medida provisória neste momento.

Sendo assim, a bancada do Partido dos Trabalhadores se manifesta contrária à medida provisória da forma como foi construída pelo governo do estado, porque temos responsabilidade com as políticas públicas, com os municípios, com a Saúde, com a Educação e com a Segurança Pública. Porque é mais recurso desvinculado, mais clientelismo, mais apadrinhamento, mais assistencialismo e mais incentivos fiscais para alguns em detrimento da maioria e menos recurso para os municípios, para as políticas públicas de Santa Catarina.

Por coerência, o nosso partido também se manifesta contra essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a medida provisória com a emenda modificativa de fls. 8, votando "não" rejeitam o projeto de conversão da Medida Provisória n. 0146/2008.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JANDIR BELLINI

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ NATAL

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim", 13 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0146/2008.

Votação, com discussão encerrada, do Projeto de Lei n. 0254/2008, de origem governamental, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental e estabelece outras providências.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, eu quero só fazer uma proposta: que esse projeto possa ser deixado por último para nós buscarmos um entendimento entre as lideranças aqui, da mesma forma que foi construído no dia de ontem, para que ele possa ter outro encaminhamento e que não seja a deliberação em plenário no dia de hoje.

Então, quero fazer a solicitação de que seja dada continuidade à votação das demais medidas provisórias e que este projeto possa ficar para a última deliberação para que possamos dialogar. Proponho isso porque nós nos organizamos para a votação das medidas provisórias e precisamos dialogar com as próprias lideranças e sensibilizá-las para deixarmos para fevereiro esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Ordem do Dia está na forma do Regimento. Para alterar a votação dos projetos ordenados, precisa haver um acordo dos srs. líderes.

Consulto os srs. líderes se acolhem a proposta do deputado Pedro Uczai, que é no sentido de deliberarmos sobre os demais projetos, deixando para o final o Projeto de Lei n. 0254.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, líder do PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Nós gostaríamos que fosse dada continuidade, mantendo a ordem que foi programada e votando o projeto neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não havendo concordância, vamos deliberar sobre a matéria.

Foi votado o destaque do PP, a emenda aditiva de fls. 36, e vamos votar, primeiramente, antes do projeto, a emenda destacada pela bancada do PT, que é a Emenda n. 0002.

Em votação a Emenda destacada n. 0002.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o líder do PT, deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - É possível ainda discutir essa emenda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não, a palavra é possível apenas para encaminhamento de votação. E v.exa., como líder, tem a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputados Silvio Dreveck, Edison Andrino, Elizeu Mattos, Professor Grando, José Natal, Nilson Gonçalves, Joares Ponticelli e demais deputados, semanas atrás iniciamos a discussão desta matéria e buscamos aperfeiçoá-la, buscamos contribuir com esta matéria para que fosse deliberada nesta Casa.

Tentamos um acordo com as lideranças para ficar para o próximo ano e novamente o líder da bancada do PMDB aqui se manifestou contrário a qualquer diálogo e discussão para deixar para o próximo ano.

Portanto, deputado Kennedy Nunes, a intenção que ontem estava em discussão aqui, hoje não tem mais possibilidade de ser conseguida. Estamos prejudicados no mérito e vamos somente para a votação. Como o governo tem maioria e a maioria vence, vai permitir votar um projeto sem aperfeiçoá-lo, sem modificá-lo.

Ontem ouvi alguns membros de empresas, consultores, efetivamente, deputados Edison Andrino e Moacir Sopelsa, e estou impressionado. Devem ser dois ou três lobistas, dois ou três interessados nesse projeto do jeito que está, porque não é possível! Não é possível! Não é possível!

Empresários estão acordando que é possível mudar a lei; vários empresários, sérios, que querem ganhar dinheiro fazendo PCHs, mas, ao mesmo tempo, querem preservar o meio ambiente para não haver assoreamento dos rios, querem pensar sub-bacia, querem pensar bacia hidrográfica; membros da Fatma, membros da Casan, funcionários de alto escalão ligaram-nos pedindo para segurar esse projeto; consultores de PCHs disseram que era preciso segurar esse projeto para aperfeiçoá-lo! Para eles, o melhor pode não ser o que estamos propondo, mas não pode ser o que o governo propôs.

Quem são os interessados que se vote o projeto como está? Trezentos hectares de área alagada não precisarão de nenhum estudo. Mas não são 300. Numa sub-bacia pode haver três, dez PCHs! Dá 3.000 hectares e não 300, porque não precisará estudo da bacia!

Há municípios que precisam ter água para beber, há municípios que precisam ter água para os animais. Inclusive, há PCH que vai desviar o curso do rio, e nós não precisamos fazer um estudo da bacia?! Seria inovador, seria importante.

Então, manter essa posição é intransigência do governo; ontem sinalizou que poderia deixar a votação para o ano que vem, mas hoje avisa que vai querer votar.

Aliás, não se abriu aqui nenhuma discussão e nenhum diálogo para que pudéssemos avançar para suprimir o art. 2º ou para diminuir, ou seja, se não puder ser 30, que é o que estamos propondo, que acenem com alguma alternativa.

Assim, não havendo esse entendimento, eu lamento dizer, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, que, efetivamente, não se quer gerar energia limpa como forma de resposta às mudanças climáticas, gerar energia limpa para cuidar do meio ambiente efetivamente. Quer-se gerar energia limpa para sujar o estado de Santa Catarina, que é o que vai acontecer se não existir estudo da bacia hidrográfica. Uma coisa são as grandes hidrelétricas, deputado Moacir Sopelsa, uma coisa é a de Itá, que é grande e na qual se faz estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental e dá-se quase a dimensão de uma sub-bacia; outra coisa são cinco ou dez PCHs numa sub-bacia sem estudo.

Deputado Valmir Comin, quanto à PCH de Santa Rosa de Lima, por que não cuidam do meio ambiente e do turismo lá, além de fazer a PCH? E se houvesse o estudo da sub-bacia lá de Santa Rosa de Lima, poderia ser feita de outra forma aquela PCH, e preservaria o meio ambiente, haveria turismo e, ao mesmo tempo, geração de energia. É isso que estamos discutindo aqui! Mas temos que descobrir qual o interesse que está subjacente a esse tipo de insensibilidade de nem aprofundar, nem aperfeiçoar a lei das PCHs e votar do jeito que está.

A energia limpa das PCHs vai sujar o estado e manchar uma política pública em Santa Catarina a médio e longo prazos. Eu vou tomar uma cachaça, deputado Herneus de Nadal, com certeza, daqui a vinte anos com v.exas., e daí nós vamos discutir o que vai ser votado hoje, aqui. Daqui a 20 anos nós vamos discutir, deputado Moacir Sopelsa, e eu vou ver, pelos agricultores e pelos municípios lá da região, o quanto vai custar esse projeto votado hoje...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Reno Caramori. Se for em nome da bancada, terá a palavra por cinco minutos.

(A liderança aquiesce.)

Como concorda o líder, encaminha a votação, em nome da bancada, o sr. deputado Reno Caramori, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, é a emenda ou o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Estamos encaminhando a votação da Emenda destacada n. 0002. O projeto já está discutido, já estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, farei a declaração de voto por uma questão de justiça. Esse projeto não tramitou na comissão de Turismo e Meio Ambiente e eu entendo que ele deveria ter passado naquela instância, pois tratando-se de meio ambiente, diz respeito diretamente àquela comissão. Como eu não conheço o projeto, peço permissão à minha bancada para que eu me abstenha de votar para não cometer injustiça nem com o projeto nem com o povo de Santa Catarina.

Gostaria que tivesse tramitado naquela comissão e por isso fui favorável, no dia de ontem, que esse projeto voltasse a tramitar em fevereiro do próximo ano. Não houve concordância do partido de sustentação do governo e por isso vamo-nos abster, repito, para não cometer injustiça porque não conhecemos profundamente o conteúdo do projeto. Sabemos que existem falhas e agravantes, mas assim mesmo nós nos abstemos.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para declaração de voto, o sr. deputado Décio Góes. O encaminhamento foi feito pelo líder e v.exa. tem a palavra por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, queria, primeiramente, deixar registrado o meu sentimento de indignação por esse projeto não ter passado na comissão de Turismo e Meio Ambiente. Em segundo lugar, o governo, que deveria ser o grande protetor do manancial hídrico deste estado, está cometendo uma irresponsabilidade, e nós não queremos, e não podemos, ser coniventes com isso. Acho que o Legislativo tem as suas prerrogativas e tem que as usar.

O que se está defendendo aqui é que as pequenas centrais hidrelétricas também sejam liberadas nos rios, nos mananciais hídricos e que tenham avaliação ambiental integrada. Vários estados do país já têm esse instrumento: Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul. Só no ano de 1995 os rios Parnaíba, Tocantins, Paraíba do Sul, Doce e Uruguai obtiveram licenciamento da avaliação ambiental integrada. Em 2006 os rios Tapajós, Teles Pires, Araguaia, Tibagi e Iguazu também, e esse é um procedimento que ocorre no país inteiro para poder ter os investimentos, todos eles pautados num projeto que analise todas as consequências sobre aquele manancial hídrico. E assim, com responsabilidade, vão autorizando os empreendimentos.

Santa Catarina tem 230 pedidos para PCHs. Poderíamos ter, quem sabe, até mais, mas com responsabilidade. E o que está pleiteando o estado com esse projeto de lei é disseminar PCHs pelo estado sem o devido estudo de impacto para minimizar os problemas que possam ocorrer no futuro.

Eu queria, mais uma vez, fazer um apelo para que nós não votássemos e que pudéssemos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, em nome de toda a bancada do PPS, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente e companheiros deputados, quando se pede para discutir no ano que vem, nada mais é do que discutir esse assunto daqui a um mês somente. Isso que o bom senso determina. E começo com uma pergunta: por acaso o estado de Santa Catarina autoriza rádios a entrar no ar, a ser licenciadas, ou canais de televisão? Não! Porque esse assunto de radiodifusão e de telecomunicações é um assunto do governo federal. A questão da informática depende de legislação federal. As questões da água, da luz e da energia são objeto de legislação federal. Portanto, se é legislação federal, nós estamos fazendo algo que até pode ser inconstitucional. E aí, em vez de ajudar, estamos prejudicando.

Todos nós somos favoráveis às PCHs, todos nós! Aliás, não está proibido licenciar PCH. O Ministério Público se manifestou junto ao órgão ambiental, que é a Fatma, exigindo que haja um estudo de bacia. A Fatma poderia muito bem continuar licenciando ou até o seu órgão jurídico poderia entrar na Justiça entendendo que o Ministério Público estaria manifestando-se sobre algo que não é da sua alçada. Mas não o fez e mandou o projeto para nós, que fazemos as leis, talvez fazermos uma lei inconstitucional. Não!

Assim com critiquei aqui algumas leis da ordem econômica para atender determinados objetivos de alguma categoria, porque eram inconstitucionais, agora também eu tenho que alertar, neste momento, que este projeto é inconstitucional.

E, mais do que isso, 300 hectares de espelho d'água são uma grandeza enorme. Nesses 300, 150 hectares podem derrubar a mata nativa, a Mata Atlântica com araucária, imbuia, e conseguir 1.500.000m³ de madeira. É um valor incalculável!

Portanto, se existe líder do governo e se existe sensibilidade de bancada, nós, que somos da base aliada e que somos favoráveis a essa potencialidade, a essa riqueza que Santa Catarina possui de ter energia limpa, auto-sustentável, queremos que pelo menos por um mês suspenda-se esse projeto para que possamos melhor aprofundá-lo.

Eu deixo bastante claro que não tenho condições de votar e irei abster-me, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, de fato o nosso líder, deputado Pedro Uczai, falou aqui com muita preocupação, e essa é a preocupação da nossa bancada.

Estão vindo alguns projetos na área ambiental, entre eles o próprio Código Ambiental, que olham de maneira especial, extraordinária, em direção ao lado econômico e não olham as questões ambientais. Nós não somos daqueles extremistas, que acham que não se pode mais derrubar nenhuma árvore. Pelo contrário, o que está havendo é um esforço da sociedade como um todo, das organizações, dos agricultores em ajudar a preservar a água.

Estamos novamente com uma estiagem no estado, deputado Joares Ponticelli, com 22 municípios em estado de emergência. Então, nós não podemos, a toque de caixa, aprovar um projeto desse tipo, que não respeita nada. O deputado Professor Grandó falou muito bem aqui que as próprias árvores em extinção vão ser destruídas ao bel-prazer do poder econômico. Isso nos estranha muito!

Então, a pergunta é a seguinte: por que essa pressão tão grande da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, que cuida dessa área, e do governo do estado em aprovar esses projetos a toque de caixa, com tamanha irresponsabilidade ambiental?

Por isso a nossa bancada propõe que esse projeto seja retirado e que possamos negociar alguma alternativa. Nós já propusemos a diminuição da área. Então, que se possa construir alguma alternativa que de fato dê essa condição a toda sociedade catarinense e ao conjunto que está envolvido no processo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, ontem ouvi atentamente o deputado Edison Andrino que, da tribuna, colocou a sua posição da necessidade de discutir mais. Pelo que eu entendi, foi isso que ele colocou. Também ouvi ontem, e hoje novamente ouço, o deputado Professor Grandó colocar a preocupação de nós estarmos votando aqui algo inconstitucional, porque também acredito, como disse o deputado Professor Grandó, que isso seria uma concessão do governo federal. Ou seja, os deputados federais é que deveriam fazer isso. Ouvi atentamente o deputado Reno Caramori falar da necessidade de esse projeto passar pela comissão de Turismo e Meio Ambiente, sendo que ela atinge diretamente o meio ambiente.

Então, faço um pedido ao líder do governo, deputado Herneus de Nadal: deputado, não vamos colocar algo em votação sem terminar a discussão. Parlamento é isso, é discussão. Nós temos que digerir essa informação ao tempo de virmos aqui para o plenário e não nos colocarmos numa condição difícil de pôr a nossa digital em algo inconstitucional ou não, que pode ser bom, mas, pelo que ouvi aqui, que não está resolvido nem foi discutido onde deveria ter sido.

Portanto, sr. presidente, se não houver a retirada do projeto, eu vou acompanhar o voto do deputado Edison Andrino, do deputado Professor Grandó e de outros deputados e vou votar contra porque não quero aprovar algo para, daqui a pouco, sermos acusados de votar algo inconstitucional.

Então, se não houver a retirada, o meu voto será contra esse projeto por essa questão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Vamos votar a Emenda n. 0002 destacada.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu queria pedir permissão à minha bancada para me manter na posição que eu coloquei nesta Casa, na tarde de ontem, de que sou contra o projeto por ser ex-membro da comissão de Turismo e Meio Ambiente e não conhecer nada do projeto. De ontem para cá eu não consegui entendê-lo, não tive explicação, e por isso eu mantenho a posição de que fique para o ano que vem, a fim de fazermos a coisa com juízo, em favor do meio ambiente de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, foi dito nesta Casa que se quer aprovar o projeto a toque de caixa, mas ele está aqui há 90 dias. Eu acompanhei a sua tramitação na comissão de Ciência e Tecnologia. Em momento algum foi colocado que o projeto tira etapas e fases do licenciamento. Há necessidade de licenciamento ambiental em todas as fases. Srs. deputados, este projeto nada mais faz do que acompanhar uma resolução da Aneel.

Portanto, encaminhamos a bancada do PMDB a votar "sim" à emenda ao Projeto de Lei n. 0254/2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. deputados, para esclarecimento, estamos votando a Emenda n. 0002, que foi destacada pela bancada do PT. É isso que está em votação.

O S. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, v.exa. está colocando em votação a emenda, mas queremos fazer um último apelo ao governo para retirar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se houver entendimento, ainda há tempo.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Temos esperança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação a Emenda n. 0002, destacada pela bancada do PT.

Quem votar "sim" aprova a emenda, quem votar "não" rejeita-a.

DEPUTADO ADA DE LUCA

DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	abstenção
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ	abstenção
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	abstenção
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 20 votos "não", 12 votos

"sim" e três abstenções.

Está rejeitada a emenda.

Em votação o projeto com as emendas de fls. 61, 63 e 64.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Nossas emendas foram rejeitadas. Portanto, a partir deste momento não há mais discussão de Situação ou de Oposição. A verdade é que atendemos, inclusive, os apelos dos próprios deputados da base do governo. Quero fazer aqui um último apelo ao líder do governo e aos líderes das diferentes bancadas que dão sustentação ao governo - não em respeito a nós, deputados da Oposição, mas em respeito aos deputados da base do governo, em respeito à própria comissão do Meio Ambiente, em respeito à importância deste Parlamento -, que tenhamos mais 30 dias, no período de férias e no começo de fevereiro, para aprofundar um pouco esse debate.

Não vou discutir aqui O mérito, até porque, se for para votação, vamo-nos manifestar contra o projeto do jeito que está proposto, não tenho dúvidas sobre isso. Mas queremos fazer um último apelo ao líder, deputado Herneus de Nadal - em respeito aos deputados da própria base do governo, em respeito à democracia deste Parlamento, em respeito à sua soberania - no sentido de aprofundarmos esse projeto e darmos um presente para Santa Catarina, ou seja, energia limpa e preservação do meio ambiente.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Quantos minutos eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. tem apenas um minuto.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Então, eu me abstenho porque vou falar como líder, pois terei mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A deputada Professora Odete de Jesus afirma que se pronunciará no encaminhamento da votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Na mesma direção do apelo já feito aqui, eu gostaria de fazer um apelo a todos os deputados, principalmente às lideranças que compõem o governo para protelarmos esse projeto para o ano que vem, até pela apresentação que o deputado Edison Andrino fez ontem com sabedoria, com um estudo profundo, e também pela manifestação de preocupação do deputado Professor Grandó e de outros deputados.

Nós vamos votar uma matéria que vai trazer efeitos tanto para quem vai implantar as PCHs quanto para aqueles que vão utilizá-las, e de fato isso merece um estudo mais profundo. Nós estamos aqui atropelando uma matéria que poderá ser aprofundada.

Portanto, deputado Manoel Mota, 30 dias não vão fazer diferença, e nós podemos entrar em entendimento, pois todos seremos a favor das PCHs.

É esse o nosso apelo, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encerradas as manifestações pela ordem, vamos iniciar a votação.

Em votação.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, eu faria um apelo ao líder do governo e também ao líder do PMDB, porque a base de apoio não quer votar contra esta matéria, quer pedir o adiamento da matéria para que se estude um pouco mais. Este projeto, por coincidência, tem o mesmo número do projeto dos militares, 254, sr. presidente. Não é um bom prenúncio. Quando da votação do outro projeto, que deu origem à Lei n. 254, deputado Sargento Amauri Soares, 254 foi o número mais escutado nesta Casa. Isso quando eu cheguei aqui e parece-me que a sua aprovação não foi uma atitude feliz desta Casa.

Então, o que eu peço é que se deixe isso para o ano que vem, porque na nossa maneira de ver é ilegal, contrária dispositivo da lei federal, da Constituição, além de uma série de problemas que podemos ter para frente.

Nós já temos dois projetos ambientais polêmicos nesta Casa, que é o relativo à serra do Tabuleiro, para o qual, particularmente, acho necessário que se ache uma solução, e o relativo ao Código Ambiental.

Acho que precisamos conversar com o governador mais profundamente sobre essa questão para votarmos no ano que vem. Quem sabe consertamos um pouco esse projeto, se é que tem conserto, e deixamos a decisão para o ano que vem, deputado Renato Hinnig. Faça um apelo à bancada e ao líder do governo. Quem sabe com um contato com o governador possamos prorrogar o prazo, porque o que eu noto é que a base de apoio não quer votar contra o governo e acabará abstendo-se num projeto importante, polêmico e que poderá trazer muitos problemas ao governo, piores do que os problemas da Lei n. 254 dos militares.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. deputados a Presidência esclarece que regimentalmente não há mais o que fazer, a não ser deliberar, votar favorável ou rejeitar. Regimentalmente, não há mais recursos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Por quê, sr. presidente? Foi aberta a votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Já foram votadas as emendas, está com discussão encerrada. Não há mais possibilidade de apresentação de emendas, o Regimento não permite.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não! Nós só queremos a retirada do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A retirada só pode ser feita pelo autor, o Regimento também assim prevê.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Por isso, eu peço que o líder do governo, que seria neste momento o autor, retire a matéria, porque o autor é o governo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Nós já estamos aqui discutindo e votando há mais de 30 minutos e com certeza absoluta houve tempo suficiente para manifestação. Ainda temos mais algum.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Agora, sr. presidente, falando aqui ao deputado Herneus de Nadal, que é o líder do governo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. vai encaminhar a votação?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu estou aqui pedindo a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. tem a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, por um minuto.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu estou pedindo isso aqui - conversei com todas as bancadas - porque está havendo a necessidade da retirada.

Nós não estamos falando de um projeto de lei que seja necessário votar neste ano para aplicabilidade no ano que vem. Não há nada orçamentário! Não há por que, deputados e líder do governo, não retirar. A nossa bancada não quer votar contra, nós só queremos que o projeto passe pela comissão de Turismo e Meio Ambiente, é o mínimo necessário.

Não há intransigência, eu falei com a bancada do DEM, basta uma palavra do líder do governo. Então, eu peço ao líder do governo, que é o autor, deputado Herneus de Nadal, que retire! Toda a bancada, inclusive, está pedindo. Eu estou vendo uma pressa para votar. Eu não quero votar contra e daqui a pouco dizemos: votamos contra. Não existe a necessidade de votarmos neste exercício para aplicarmos no exercício que vem, que é o caso de matérias orçamentárias.

Por isso, não há por quê. Se retirarem, ninguém vai perder a honra. Por isso eu solicito ao líder do governo, que tem a prerrogativa de retirar, que nós possamos votar em fevereiro, depois de ser analisada na comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Este não é um pedido da Oposição. Os deputados José Natal, Professor Grandó, todos os deputados da base do governo estão pedindo isso. Já não bastam as medidas provisórias que temos que votar goela abaixo, sem podermos discutir?

Por isso, peço novamente a quem de direito, ao deputado Herneus de Nadal, que retire o projeto.

(O deputado Herneus de Nadal não concorda.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Requerimento não atendido.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria, os que votarem "não" rejeitam-na.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, este projeto não tramitou na comissão de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O projeto tramita em regime de urgência, sra. deputada, venceu no dia 17/10/2008. Esta Presidência está cumprindo rigorosamente o Regimento Interno.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente.

Este projeto não tramitou na comissão de Finanças e Tributação. Eu não conheço o projeto, mas gostaria de discuti-lo melhor. Já fiz um apelo ao líder do governo que o retirasse para votarmos no ano que vem com mais tranquilidade.

Por isso, não conhecendo o projeto, vou abster-me.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, nós não estamos votando a favor ou contra as PCHs, nós apenas estamos votando a dispensa do estudo da bacia hidrográfica até 300 hectares de alagamento de espelho, dos quais em 150 hectares pode haver mata nativa, que pode ser tirada, porque geralmente se exige, devido à decomposição orgânica, o corte zero.

Vejam bem, isso poderia ser feito pelo empreendimento de estudo da bacia hidrográfica, mas o estudo da bacia hidrográfica não é proibir a PCH, mas permitir que a água possa ser usada como criadouro, como saneamento, na agricultura, que é o melhor aproveitamento. Eu não estou entendendo, ninguém está votando algo que não seja o melhor para a PCH.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O deputado Professor Grandó contribuiu com o seu pronunciamento e nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, somos a favor das pequenas centrais hidroelétricas e queremos que este modelo seja fortalecido no estado. O que está sendo votado hoje é a fragilização desse modelo, é a destruição do futuro desse modelo.

Por isso nós temos que nos manifestar contra este projeto, contra a insensibilidade do governo, contra este projeto que vem trazer sérias consequências. Imaginem 150 hectares de mata nativa numa PCH, nós não estamos discutindo uma grande hidroelétrica.

Então, é lamentável que o interesse específico de um grupo muito pequeno em Santa Catarina seja vitorioso neste Parlamento, é lamentável que a democracia não tenha sido permitida porque...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado José Natal, antes de encerrarmos a votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente e demais deputados, com muita tristeza - e não tenho constrangimento nenhum em dizer aos srs. deputados e à sociedade de Santa Catarina - vou ter que votar "sim" por uma imposição da minha bancada. A minha bancada não me liberou, exige que eu vote "sim". E, como hoje a questão de fidelidade partidária está meio complicada, eu vou ter que ter juízo e votar "sim" por determinação do meu líder, deputado Marcos Vieira. Pela primeira vez eu estou sendo cabrestado e vou atender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Bota complicada nisso, sr. deputado.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	abstenção
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	abstenção
DEPUTADO EDISON ANDRINO	abstenção
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JANDIR BELLINI	abstenção
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PEDRO UCZAI	não
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	abstenção
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	abstenção
DEPUTADO RENATO HINNIG	abstenção
DEPUTADO RENO CARAMORI	abstenção
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	abstenção
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	abstenção

Está encerrada a votação.

Colhemos o resultado.

Temos 15 votos "sim", considerando o voto do deputado José Natal, dez votos "não" e dez abstenções.

Está aprovada a matéria.

A Presidência prorroga a sessão por mais uma hora para darmos seqüência à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0147/2008.

Em discussão.

Já estão inscritos para discutir os deputados Joares Ponticelli, Ana Paula Lima e Kennedy Nunes.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos, na forma do Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero lamentar o que está acontecendo aqui. Em primeiro lugar, a época; em segundo lugar, a forma e a pressão. Acabamos de ouvir uma declaração do deputado José Natal - e quero solidarizar-me com ele - que demonstra que realmente o trator do governo funciona com muito mais vigor do que se imaginava. E um governo que se diz democrata!

Mas, entrando no mérito da MP n. 0147, em primeiro lugar, srs. deputados, já que nesta época do ano poucos catarinenses estão preocupados com o que efetivamente acontece neste Parlamento, mas nesta oportunidade nós temos, meu líder, deputado Silvio Dreveck, que consignar o nosso voto, a nossa manifestação, porque certamente em pouco tempo a sociedade catarinense vai cobrar deste Parlamento o que está sendo deliberado atendendo a vontade do imperador Luiz XV, que não poupou nem o período de festas natalinas e, anticristão como é, deputado Pedro Baldissera, peca até no período de Natal. Porque se utilizar da tragédia do povo do vale do Itajaí para justificar a Medida Provisória n. 0147 é um ato, além de criminoso, pecaminoso.

Este governo efetivamente perdeu a moral! Definitivamente perdeu a moral! Não é possível, deputado Jandir Bellini, tanta insensibilidade por parte do governo, não é possível a demagogia vendida pelo líder do seu partido lá na comissão hoje, a demagogia de um governador que se aproveita de uma tragédia de coestaduanos para fazer politicalha, porque o que está nessa medida provisória é politicalha, é favorecimento, é benefício, é favor para gente do governo!

Eu não tenho dúvidas, deputado Silvio Dreveck, de que aqui tem ação de menuendo, tem ação de Aldo Hey Neto, que continua com a sua trupe operando dentro do governo; tem ação até de ex-diretor da secretaria da Fazenda desaparecido em local incerto e não informado.

Concessões de benefícios de forma irresponsável como as feitas pelo novo art. 148-A do Regimento Interno do ICMS atendem interesses de importadoras sem histórico e sem serviço prestado neste estado, intermediadas - e nós vamos a fundo nisso - por escritórios especializados de outros estados.

Tem gente graúda nesse negócio! Tem interesse graúdo! Tem má-fé e tem gente se beneficiando! Eu não sei qual é a justificativa, deputado Reno Caramori, mas a ação dos menuendos e seus prepostos está indo longe demais. Como diria o senador Jaison Barreto, deputado Valmir Comin, "Já comeram os frutos, estão roendo as folhas, os galhos e daqui a pouco vão comer até o tronco."

É maracutaia graúda, deputado Jandir Bellini, esta Assembléia ser submetida ao constrangimento de ter que mudar dez leis tributárias em um dia e meio de debate! Isso não é sério, não é uma proposta séria, não é uma proposta decente. Apenas o art. 9º, deputado Serafim Venzon, foi usado para justificar a urgência e a relevância, e poderia, como bem disse o deputado Pedro Uczai, ser transportado para a Medida Provisória n. 0148.

A Medida Provisória n. 0147 destina-se a atender interesses, eu imagino, dessa turma que está sendo dispensada da secretaria da Fazenda. E coloco muita fé que o novo secretário Antônio Gavazzoni, assim que se restabelecer, possa colocar ordem naquela casa de novo, porque é muita maracutaia que está acontecendo lá dentro.

Deputado Reno Caramori, deputado Silvio Dreveck, existem negócios assustadores ocorrendo dentro deste governo. Repito, começou com o art. 148-A do Regimento Interno, cujas ações vamos demandar e alertar o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, porque vão sentir, assim como esta Assembléia, deputada Ana Paula Lima, na hora que começar a repercutir na queda da receita, na queda do duodécimo.

Em momentos de uma crise financeira gigantesca que assola o mundo todo, quando o próprio presidente Lula, que não acreditava que chegasse aqui, começa a adotar medidas para preservar a economia brasileira; em momentos de conflito na nossa secretaria da Segurança Pública, que há cinco anos padece na espera do cumprimento da Lei Complementar n. 254; em momentos de conflito no Magistério, na Saúde, na Agricultura, com os aposentados, com as pensionistas, com os servidores públicos, que querem ver uma política salarial de valorização; em tempos de economizar e de estender a mão verdadeiramente para os nossos irmãos do vale, o governo concede benefícios fiscais e renuncia à receita de forma sem precedentes na história de Santa Catarina.

Deputado Jailson Lima, deputado Dirceu Dresch, começou lá no mês de outubro, antes da enchente, com a nova redação, com o art. 148-A, do Regimento Interno, em que pouco mais de uma dezena de importadoras, deputado Nilson Gonçalves, receberam benefícios que lhes concedem reduções, descontos do ICMS devido de mais de 90%.

Uma empresa "x" de importação, que devia R\$ 8,200 milhões de ICMS no ano, vai pagar R\$ 820 mil com essa farrá concedida lá na secretaria da Fazenda, sobre a qual o secretário anterior, o que está assumindo a Celesc, vai ter que vir a esta Casa dar explicações, junto com o menuendo Alexandre, junto com o sr. Almir e tantos outros, os quais começam a escapar, começam a picar a mula, como diz o ditado.

Não sei a quem essa gente está servindo. Não sei se é o processo de cassação do governador, em Brasília, que justifica essas operações. Inclusive, este comentário já saiu, ou seja, que isso seria para poupar a primeira-dama de vender o seu carrinho popular. Mas a verdade é que tem coisa graúda acontecendo, deputado Dirceu Dresch, e esta Casa não pode mais se calar diante disso.

A partir do mês de fevereiro, semanalmente, deputado Décio Góes, vamos convocar cada um deles aqui. E os que estão picando a mula não pensem que fizeram a maracutaia e que poderão levantar acampamento, escapando de vir dar explicações. Deputado Serafim Venzon, está na hora desta Casa reagir, está na hora desta Casa questionar, porque do contrário vão comer os frutos, as folhas, os galhos e vão roer até o tronco. Nem a raiz vai sobrar, tamanha é a voracidade, a fome, dessa gente que não sabe o que é cuidar do que é público, que torna o que é público seu. E é isso que essa medida provisória representa.

Por isso, para a história não me cobrar, voto "não" a essa maracutaia contida na Medida Provisória n. 0147.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu só gostaria de dizer que este Parlamento passa por um momento delicado quando nós, deputados, somos convocados a participar de uma votação tão específica como esta, deputado Dirceu Dresch - aliás, muito específica. Inclusive, preocupo-me muito com todas essas questões que foram faladas pelo deputado Joares Ponticelli.

Estamos com essa medida provisória. E falo mais uma vez que seria um absurdo, deputado Reno Caramori, no momento de tristeza pelo qual todos nós, catarinenses, estamos passando, o governo usar isso como pano de fundo para beneficiar empresas ou até ações inescrupulosas por parte de integrantes deste governo.

Por isso, mostro-me muito preocupado com os benefícios que essa medida provisória, se convertida em lei, proporcionará. E não tenho dúvida de que isso vai ser aprovado pela maioria do governo. Realmente, é muito preocupante, e quero deixar aqui registrada a minha preocupação, até porque o histórico neste setor do governo não é bom, deputada Professora Odete de Jesus. O histórico não é bom, a vida pregressa neste setor do governo não é boa. Eu não coloco a minha mão no fogo por essa medida provisória. Eu não coloco.

Por isso, deixamos aqui registrada, sr. presidente, a nossa preocupação, não só da bancada, como também deste deputado, com essas medidas provisórias. Como disse o deputado Joares Ponticelli, só o art. 9º justifica a nossa autoconvocação, porque se relaciona aos problemas decorrentes da tragédia que se abateu sobre o estado desde novembro. Só isso. Os outros não. Mas existe uma farrá de concessões, prejudicando os nossos industriários, as nossas indústrias, facilitando a entrada de outros produtos.

E digo mais uma coisa, deputado Pedro Uczai, fala-se que querem acabar com a guerra fiscal, mas são os próprios governadores que instituem a guerra fiscal neste Brasil. São os próprios chefes do Executivo que instituem as guerras fiscais, concedendo benefícios, abrindo concessões. E, pior de tudo: o nosso governo, o governo de Santa Catarina, usa como pano de fundo a catástrofe que o estado sofreu.

Por isso, continuo falando da nossa preocupação e voto contra essa medida provisória.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, líder do PT, para discutir a matéria, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, a bancada do Partido dos Trabalhadores votou contra essa medida provisória nas respectivas comissões. E não quero aqui discutir que é inconstitucional, não quero aqui avançar no fato de que ela não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não faz compensação, porque desrespeita o percentual para os nossos municípios. Eu quero aqui apenas discutir um ponto: o Índice de Desenvolvimento Humano nesse projeto. E até o momento o que define o critério de apoio e incentivo fiscal é o IDH baixo.

O que se está propondo aqui é permitir que recebam esses incentivos fiscais empresas que se instalem em municípios que têm alto Índice de Desenvolvimento Humano, alto IDH. Qual a consequência disso? Destrói-se um critério de desenvolvimento em Santa Catarina, que é incentivar o desenvolvimento de municípios menos desenvolvidos e, ao mesmo tempo, fortalecem-se os que já são desenvolvidos, para ficarem cada vez mais desenvolvidos, em detrimento dos municípios não desenvolvidos. Na prática vai ocorrer o seguinte: quando se argumenta que temos uma empresa de leite que vai instalar-se em Maravilha, que tem alto Índice de Desenvolvimento Humano, está-se abrindo a possibilidade de ela instalar-se naquele município.

A partir da votação de hoje não vamos atrair mais empresa nenhuma, porque o incentivo vai ser dado a empresas nos municípios onde é alto o Índice de Desenvolvimento Humano. Ou seja, os pólos regionais vão receber os investimentos. Vou dar um exemplo mais concreto. Estive na reinauguração do Frigorífico Avepar, em Abelardo Luz. A Avepar de Xanxerê se instalou em Abelardo Luz e a Cedrense se instalou em Nova Itaberaba porque são baixos os Índices de Desenvolvimento Humano e há incentivo fiscal. Se não houvesse, instalar-se-iam em Chapecó.

Então, srs. parlamentares, com o que vai ser votado hoje, acabou isso, ou seja, não tem por que as empresas se instalem em municípios que têm baixo IDH, porque vão ter incentivo onde já existe alto Índice de Desenvolvimento Humano. Não existe mais critério de desenvolvimento neste estado; não existe mais critério de incentivo neste estado. Os municípios que poderiam ter um pouco mais de possibilidade de geração de emprego e desenvolvimento e não de êxodo rural, a partir da forma como vai ser votada essa MP, não terão mais essa chance. Inclusive, o governador do estado tira do seu discurso o combate à litoralização. Tira do seu discurso porque a litoralização vai ser incrementada com essa medida provisória. Os municípios mais desenvolvidos vão ter mais incremento.

Quando eu estava falando em relação a empresas específicas, por exemplo, em Maravilha, o alto IDH daquele município vai possibilitar a instalação de uma empresa de leite. Já para Pinhalzinho, onde estão instaladas a Aurora e a Cooperalfa, não existe incentivo. Isso vai virar relação de desigualdade social. A Cooperoeste, de São Miguel d'Oeste, tem a maior contribuição tributária para o município, mas lá também não haverá incentivo. Ou seja, vai haver desigualdade comercial.

Por que em Maravilha teve incentivo e em São Miguel e Pinhalzinho empresas do mesmo setor não tiveram? Porque o critério anterior era o Índice de Desenvolvimento Humano. Como é possível o governo votar? Qual é o critério de desenvolvimento? Vou passar em cada município e onde houver baixo Índice de Desenvolvimento Humano vou dizer: aqui não virá mais empresa, porque as empresas vão ter incentivo para ir para os municípios ricos do estado.

Acabou o critério de desenvolvimento social com essa medida provisória. É isso que estamos votando aqui; é isso que está sendo destruído com essa política de não ser contra a guerra fiscal, de não ser contra a parafernália de incentivos que essa medida provisória está concedendo. E quero focar só nesse ponto, só nesse ponto.

Vamos incentivar outras empresas: a Aurora, em Pinhalzinho; vamos incentivar a Cooperoeste, em São Miguel d'Oeste. Mas aonde é que vão parar os incentivos de toda a cadeia produtiva? Aonde é que vão parar os incentivos?

Não existe lógica de desenvolvimento. Existe apenas uma única lógica: concentrar o poder, concentrar a economia, concentrar as empresas, ou seja, concentrar os problemas sociais. Em Abelardo Luz, a Avepar vai gerar emprego e desenvolvimento por lá, porque tem condições de cuidar do meio ambiente, inclusive. E quando se instalam as empresas nos municípios maiores, junto virão o êxodo, o empobrecimento dos pequenos municípios, que já são pobres, com baixo IDH. E isso irá aprofundar a desigualdade social.

Quem sabe o governo fez uma opção por uma elite econômica, com incentivos fiscais e com algumas regiões do estado, em detrimento da maioria?! Eu não consegui, lendo a medida provisória, um argumento, deputada Ana Paula Lima, que justificasse eliminar o critério do Índice de Desenvolvimento Humano, inclusive para atender a empresa de leite em Maravilha ou a GM em Joinville; até gostaria de frisar que essa empresa está rediscutindo a sua estratégia, ou seja, se virá ou não, ou se vai fechar dezenas de unidades no mundo inteiro, porque está em crise, está quebrando. Deputado Nilson Gonçalves, provavelmente a GM não se instalará em Joinville. E não é pela razão do incentivo fiscal, é devido à reestruturação de seu próprio parque produtivo.

Então, não é possível votar essa medida provisória. Além de tudo que já apresentamos, existe o art. 9º - olhem a pegadinha -, deputada Professora Odete de Jesus, que reza sobre as enchentes. Mas pegam o art. 9º e põem-no na MP n. 0148. Fechou! O art. 9º cabe na MP n. 0148. Então, o governo pegou esse artigo e colocou na MP n. 0147 para dizer que se justifica uma medida provisória dessa natureza. Mas põe também, esse mesmo art. 9º, na MP n. 0148, e nós somos a favor. Fechamos e votamos a favor. Só que a Medida Provisória n. 0147 não só incentiva a guerra fiscal, não só diminui os recursos para os municípios, para a saúde, para a educação, para a segurança pública, como também cria desigualdade social. O governo está fazendo a opção: mais desigualdade social, mais desigualdade regional, mais desigualdade.

Irei visitar as unidades produtivas da região, os prefeitos, e vou perguntar qual é o futuro dos municípios onde é baixo o Índice de Desenvolvimento Humano, porque o governo está fazendo uma opção nefasta para a sociedade, uma opção lamentável para o desenvolvimento social. Ele vai aprofundar a desigualdade regional, social e econômica em Santa Catarina.

Essa opção, deputado Silvio Dreveck, como na MP n. 0146, dá voto, mas não dá futuro. Essas medidas provisórias dão voto, mas não dão futuro; dão benefícios, dão privilégios, mas não dão futuro. Portanto, lamentavelmente, o governo está comprometendo o futuro de Santa Catarina. Eu gostaria aqui de dizer outra coisa e votar a favor, mas infelizmente não posso. Inclusive, o deputado Edson Dias (Piriquito), prefeito eleito de Balneário Camboriú, irá ter mais agricultores visitando o litoral e morando lá, porque as pequenas cidades, como Abelardo Luz, onde é baixo o Índice de Desenvolvimento Humano, não vão mais atrair empresas.

Lamentavelmente, é isso que vamos votar hoje. Lamentavelmente! Vamos votar contra por imperativo ético, moral e político; vamos votar contra porque temos responsabilidade com o futuro de Santa Catarina, com o futuro dos pequenos municípios. E vou perguntar para o prefeito de Nova Itaberaba, do PMDB, como ele vai se posicionar em relação a isso, depois de aprovada essa medida provisória. Vou perguntar se irá conseguir atrair alguma empresa para lá com incentivo fiscal, porque o município não tem como dar incentivo fiscal, não têm recursos e dependeria do governo do estado. Mas o governo do estado não vai conceder. O governo do estado vai permitir liberar geral. E, pela lógica, a empresa irá para o grande município, para o que estiver mais desenvolvido.

Por isso a nossa bancada vota contra essa medida provisória: porque somos a favor do povo de Santa Catarina e do futuro deste estado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda para discutir, com a palavra o sr. deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Enquanto o deputado Décio Góes chega à tribuna, com a palavra, pela ordem, rapidamente, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, quero, com muita alegria, registrar a presença nesta Casa do sr. Ângelo Schulka, do PSDB de Canoinhas, com seus familiares. O nosso abraço a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o registro, com a palavra o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, fomos convocados para esta sessão extraordinária para votar projetos de urgência e emergência e não é bem o que está acontecendo aqui. Estamos votando esta Medida Provisória n. 0147 - e é bom que o povo catarinense saiba e escute nos neste momento - que além de ampliar a concessão de benefícios às empresas que solicitam créditos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec - e ao Pró-Emprego, estimula a competição fiscal no estado de Santa Catarina frente às demais unidades da federação. Na verdade, ela visa estimular a guerra fiscal, que tem levado Santa Catarina, de 2002 a 2009, por exemplo, a abrir mão de recursos importantes. Para o ano que vem está previsto o valor de R\$ 2,827 bilhões. Isso significa,

dividindo todos os dias do ano que vem, que o estado abrirá mão de R\$ 7,746 milhões por dia do povo catarinense, que poderiam ser investidos na melhoria da infra-estrutura, deputado Reno Caramori, no desenvolvimento do estado catarinense, na resolução dos problemas com relação à folha de pagamento dos professores, dos agentes de segurança, dos praças.

Então, ao invés de o estado aproveitar esse momento positivo da economia brasileira e catarinense para resolver os seus problemas estruturais, prefere conceder benefícios. Até não sou contra esses benefícios desde que sejam aplicados em setores estratégicos e que respeitem as questões levantadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz que para conceder algum benefício é preciso ter alguma compensação do outro lado.

O próprio Tribunal de Contas do estado vem alertando o estado por ter deixado de cumprir as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando concedeu benefícios e não colocou nada no lugar, não calculou o total de recursos envolvidos na renúncia de receita. Além disso, não houve o acompanhamento necessário para definir os efeitos que as renúncias tiveram sobre o desenvolvimento econômico e social catarinense. Ainda alerta o Tribunal de Contas que esse vício, essa mania do estado de conceder benefícios sem medir as consequências trará problemas mais adiante.

Além de descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Medida Provisória n. 0147 também descumpra o caráter de urgência e emergência, traz novos critérios para importação de mercadorias através de outras unidades da federação e concede incentivos para isso, deputado Kennedy Nunes, descumprindo, inclusive, a lei complementar à Constituição Federal que trata sobre esse assunto.

Quais os critérios para o incentivo à importação de equipamentos e de máquinas para modernizar o nosso parque industrial? Ai nós seríamos a favor. Mas é importação geral, até de quinquilharia da China, que vai gerar emprego na China, com benefício fiscal em Santa Catarina. Então, é um absurdo! É outro absurdo que se encontra nesta lei e que precisamos denunciar, para que pelo menos o povo catarinense saiba o que está acontecendo na Assembleia Legislativa, enquanto está festejando o final de ano, enquanto está-se preparando para o ano que vem, quando terá essas surpresas todas.

Com relação à questão do Prodec, os incentivos já são historicamente questionados. Mas ele tinha o papel de incentivar os municípios com IDH baixo, e agora se abre uma janela incrível, porque essa medida provisória permitirá a instalação de setores cujos arranjos produtivos envolvam - vejam a sutileza do linguajar do redator dessa medida provisória e deve ser um professor de lingüística, porque soube amarrar bem - municípios com IDH baixo.

Então, o espírito da lei do Prodec acabou. Se envolver um município que tenha IDH baixo, bota lá o *telemarketing* de um setor qualquer no município de IDH baixo e coloca a empresa no município pólo, de IDH alto, que está resolvido o problema, ou seja, recebe os incentivos, causando, inclusive, uma desigualdade com as outras empresas que tiveram o Prodec negado porque não estavam em um município com IDH baixo. E daqui a pouco vai haver o re-Prodec para enquadrar essas outras empresas no Prodec. E aí o estado vai ficar sem arrecadação e, do jeito que vai, não poderá cumprir seus compromissos.

Então, é lastimável! Aliás, quando o governador Luiz Henrique era prefeito de Joinville, ele entrou com uma ação contra esse Prodec. E na sua ação está escrito o seguinte:

(Passa a ler.)

"Através do Prodec, o estado de Santa Catarina vem realizando contratos individualizados de financiamento, valendo-se de mecanismo de postergação do pagamento do ICMS. É ilegal, é inconstitucional financiar a atividade de empresas com valores pertencentes aos municípios. O dinheiro do ICMS integra a receita do estado e devia ser computado para os efeitos de cálculo do índice de participação dos municípios."

Então, o estado negocia, inclusive, com o chapéu alheio, com a parte dos municípios, prejudicando a receita dos municípios catarinenses, além de tirar do Fundo Social dos municípios também.

Essa MP, para agravar ainda mais, não veio acompanhada do estudo de impacto econômico das finanças do estado. Então, é mais uma irregularidade. Outra irregularidade que não foi acordada com o Conselho de Política Fazendária são essas novas benesses que estão dando. Então, isso contraria a lei federal mais uma vez e não cumpre os ritos de urgência e emergência, impedindo termos um rito normal, ou seja, chamarmos o secretário da Fazenda para explicar todos esses questionamentos e esclarecer exatamente o que ele quer com isso. Além de tudo, ainda há essa nova tabela de enquadramento, de substituição de produtos sujeitos à tributação, à substituição tributária, o que abre uma janela imensa para o estado poder, inclusive, aumentar os impostos das pequenas e microempresas.

Então, há um conjunto de irregularidades que o estado está pedindo para aprovarmos nesta Casa. E essas leis, eu não tenho dúvida, como falou o deputado Pedro Uczai, comprometem o futuro de Santa Catarina. Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores votará contra e solicita aos srs. deputados que façam essa reflexão, no sentido de votar contra a matéria ou deixá-la para o ano que vem, quando haverá tempo para fazermos os ajustes necessários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

Vamos votar, em primeiro lugar, a emenda substitutiva global, destacada pela bancada do PT.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda substitutiva global e os que votarem "não" rejeitam-na.

Já estamos em processo de votação.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente e srs. deputados da bancada governista, o encaminhamento é pelo voto "não".

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores encaminha o voto "sim" dos srs. deputados, porque essa emenda retira as questões do Prodec e deixa os arts. 9º e 10 que se referem realmente ao objeto da convocação desta sessão extraordinária da Assembléia Legislativa e que remetem a soluções para a calamidade que se abateu sobre Santa Catarina, isentando do pagamento de taxas aqueles que necessitarem de segunda via dos seus documentos.

Então, nós solicitamos o encaminhamento pelo voto "sim" porque são os artigos que realmente tratam da calamidade em Santa Catarina.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGERIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Temos 11 votos "sim", 21 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitada a emenda.

Discussão e votação da medida provisória com a emenda aditiva de fls. 19, emendas aditivas de fls. 25 e emenda supressiva de fls. 25.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0147/2008 e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai, líder do PT.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Em nome do desenvolvimento integrado de Santa Catarina, nós vamos votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhada a votação, vamos votar, srs. deputados. Ainda temos dois projetos para votação e, posteriormente, a redação final das matérias.

Esta Presidência recebeu a declaração de voto do sr. deputado Sargento Amauri Soares, que votará contra a medida provisória.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JANDIR BELLINI	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PEDRO UCZAI	não
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGERIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Temos 22 votos "sim", dez votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0147/2008.

Discussão e votação do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0148/2008, de origem governamental, que institui o Auxílio Reação.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, esse é o único projeto para o qual nós, parlamentares, deveríamos estar aqui em regime de urgência para votar. Quanto aos demais projetos, poderíamos muito bem analisar com mais cautela, discutir com a sociedade, com os grupos empresariais, com os pequenos e microempresários e votar no ano que vem.

A Medida Provisória n. 0148/2008, com o nome de Auxílio Reação, já veio tardiamente, porque faz 40 dias que aconteceram as tragédias no vale do Itajaí, na região norte do nosso estado e em outros municípios e só agora o governo do estado mandou-a para esta Casa. Diferente, srs. deputados, do que fez o governo federal, pois o presidente Lula veio ao estado de Santa Catarina e já liberou os recursos. Por exemplo, o FGTS que primeiramente era da ordem de R\$ 2,6 mil por pessoa atingida, passou para R\$ 5 mil. Por fim, o presidente Lula resolveu liberar a quantia total do FGTS para todas as pessoas atingidas e isso realmente reaqueceu a economia do nosso estado e das nossas cidades.

Srs. deputados e sra. deputada, o que me causou estranheza também no site do governo do estado, que é www.sc.gov.br - e é bom que todo mundo tome conhecimento, pois o governador disse que era o site da transparência, e ali estão colocadas todas as doações feitas pelas pessoas -

é que em nenhum momento estão colocados os investimentos que o governo federal fez para o governo do estado. Isso não consta no site, como também não constam, por exemplo, os R\$ 165 milhões para a Defesa Civil estadual. Constam, sim, as doações feitas pelas pessoas físicas e apenas 356 famílias foram cadastradas.

Ora, deputado Décio Góes, se v.exa. for a Blumenau e entrar no bairro Valparaíso verá que houve uma destruição em massa; várias famílias foram atingidas e pela lista do site do governo do estado, por exemplo, a cidade de Blumenau não cadastrou ninguém; a cidade de Itajaí também não cadastrou ninguém e outras cidades não cadastraram ninguém para receber esse dinheiro, esse valor de R\$ 415,00.

Srs. deputados, realmente ficamos muito surpresos com o que constatamos. E outra surpresa, srs. deputados, é que o governo do estado vai utilizar somente o dinheiro das pessoas que fizeram a doação para o fundo da Defesa Civil. Os srs. parlamentares também depositaram nessa conta assim como milhares de catarinenses e de brasileiros. E esse Auxílio Reação será feito somente com o dinheiro das pessoas que depositaram, porque o governo do estado também não subsidiou para ajudar essas pessoas.

Nós fizemos aqui, na semana passada, srs. parlamentares - e tivemos alguns deputados que nos acompanharam -, uma audiência pública do Fórum de Solidariedade às Cidades Atingidas por Enchentes e Enxurradas. Àquela audiência pública compareceram várias pessoas e várias entidades também, mas muitas pessoas que estão nos abrigos nas cidades de Itajaí, de Ilhota, de Gaspar, de Blumenau, de Timbó, de Navegantes. Elas vieram para essa audiência pública, pois estão horrorizadas diante do descaso do governo, que afirmou que só iriam receber o auxílio as pessoas que não estão nos abrigos.

Eu pergunto, deputado Nilson Gonçalves, será que as pessoas querem ficar nos abrigos? Não! Elas estão nos abrigos porque perderam as suas casas e muitas delas, além de perderem suas casas, perderam o terreno também. Elas não querem ficar nos abrigos! Por que, então, só as pessoas que não estão nos abrigos vão receber esse benefício?

Por isso é que a bancada do Partido dos Trabalhadores fez algumas emendas. Por exemplo:

(Passa a ler.)

“§ 1º. As unidades familiares que estão nos abrigos temporários passarão a estar habilitadas ao Auxílio Reação”.

Todas as pessoas que foram atingidas têm que receber esse benefício.

Srs. parlamentares, milhares de brasileiros depositaram nas contas correntes da Defesa Civil para a reconstrução das moradias e não para essa ajuda de custo de R\$ 415,00; depositaram para as casas serem reconstruídas, mas não se sabe quando é que elas vão ser reconstruídas. Então, eu acredito que essa medida do governo é para desalojar as pessoas. Em Blumenau, por exemplo, deputado Nilson Gonçalves, não existem mais casas para alugar e existem 38 abrigos ainda. Essas pessoas vão para onde? Não vão receber o benefício e nem vão voltar para suas casas. Vão para onde?

Dessa forma é que pedimos para os srs. parlamentares aprovarem essas duas emendas, porque é de bom tom que tanto os abrigados quanto os desabrigados recebam esse auxílio e que uma parte desse dinheiro, alocado também pelo governo do estado, seja para reconstrução e reforma das habitações dessas pessoas.

O que me causa espanto ainda, srs. parlamentares, é que esse dinheiro depositado por milhares de brasileiros, que seria destinado à reconstrução de casas, à reconstrução das cidades, poderá ser usado pelo governo do estado para pagar os voluntários! Desses R\$ 28 milhões, além de dar R\$ 415,00, o governo quer usar uma parte para pagar, por exemplo, os voluntários que trabalharam durante as enchentes. Vai sobrar o que para a nossa gente? Digam-me, senhores!

Não existe dinheiro para pagar essa gente, e a propaganda continua: “Ajudem Santa Catarina. Depositem na conta para ajudar o povo de Santa Catarina”. Sabe ao que me cheira isso, deputado Nilson Gonçalves? Cheira a *marketing* político, a propaganda enganosa, porque usam as pessoas que perderam as suas casas, que perderam os seus entes queridos, que perderam tudo na vida, para arrecadar dinheiro, mas na hora de ajudá-las desviam o dinheiro para outros fins, a exemplo de ajudar com R\$ 415,00 somente as pessoas que não estão nos abrigos e para pagar os voluntários que trabalharam na enchente.

O governo tem que ter dinheiro pelo menos para isso! Arrecada para isso! Está fazendo uma renúncia fiscal, deve ter muito dinheiro pelo menos para isso.

E outro ponto que me causa espanto, srs. parlamentares, é que nós estamos aqui para votar um caso emergencial, que eu acho que são as vítimas das enchentes e das enxurradas, mas infelizmente do governo do estado para esse fim não há nenhum centavo, a não ser os R\$ 28 milhões depositados por todos os brasileiros nessas contas que acabamos de mencionar.

Então, srs. parlamentares, para aprimorar essa Medida Provisória n. 0148, a bancada do Partido dos Trabalhadores fez essas emendas. Eu acho que é de bom tom nós votarmos para isso, para que todos recebam esse benefício durante um período de seis meses, já que não podemos fazer as mudanças necessárias, mas principalmente que o governo do estado invista mais recursos para essas pessoas que ainda se encontram desabrigadas e desalojadas.

Srs. parlamentares, é lamentável, por exemplo, que o governo do estado dê R\$ 2 milhões para uma corrida de *kart*; dê R\$ 2 milhões à Eco Power e dê cerca de R\$ 8 milhões para eventos no estado de Santa Catarina, mas não dê um pouco a mais para as pessoas que perderam tudo na vida! É inversão de valores! Infelizmente, utilizam o povo para fazer propaganda e não o dinheiro que é do povo e para o povo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para discutir a matéria, com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes. Depois vamos votar as três emendas destacadas pela bancada do PT, para depois votar as matérias.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente e srs. deputados, não quero aqui gastar todo o tempo, só quero deixar registrada a minha posição.

Vou votar favorável a essa medida provisória convertida em projeto de lei, mas cobrando, deputado Darci de Matos, uma posição diferente do governo. Já falei desta tribuna e volto a dizer o que aconteceu em Joinville, onde o prefeito Marco Tebaldi concedeu uma ajuda de R\$ 480,00 às famílias que sofreram com a enchente, para todas as famílias com renda de até cinco salários mínimos, e com dinheiro do município, não de doação.

Agora, o que o governo do estado nos apresentou com essa medida provisória é uma barbaridade. Primeiro, deputado Nilson Gonçalves, na medida provisória original veio expresso que seriam famílias com até três salários mínimos de renda. Ou seja, além de o camarada perder tudo, tem que provar que é pobre! Por exemplo, na hora em que estava subindo o nível do rio Itajaí-Açu, na hora em que estava desbarrancando o morro do Baú, na hora em que as águas estavam subindo lá em Blumenau, deputado Jean Kuhlmann, batiam na porta e perguntavam: “Vocês recebem três ou cinco salários mínimos?” E as pessoas diziam: “Não! Deixe-me fazer a conta. Nós recebemos três”. “Então, vou entrar!” Ou ao contrário: “Não! recebemos cinco”. “Então não entro!” Isso é uma barbaridade!

Além disso, o governador encaminha essa medida para cá sem colocar um tostão de dinheiro público, nem sequer do Fundo Social. A emenda que apresentamos e que foi rejeitada nas comissões pede que para cada real, deputado Jorginho Mello, depositado pela sociedade civil como doação, o governo deposite R\$ 1,00 do Fundo Social. Mas não! Uma emenda da liderança do partido do governo aumentou de três para cinco salários mínimos, possibilitando assim que outras pessoas sejam beneficiadas com esse dinheiro.

Agora eu entendo, deputada Ana Paula Lima, que até há uma preocupação por parte dos prefeitos - porque ninguém gostaria de estar em abrigo - de que aquele recurso destinado para reconstrução possa fazer com que as pessoas permaneçam ali. O governo está querendo livrar-se logo disso.

Mas por que não dar, para quem está em abrigo, esse recurso para alugar uma casa e recomeçar a vida? Quem está em abrigo não vai receber nada? O governo poderia dar esse dinheiro por seis meses! Olha, está aqui R\$ 415,00 para você alugar uma casa. Se alugar por R\$ 200,00, sobram R\$ 215,00 e você vai recomeçar.

Tenho certeza de que quem está em abrigo receberia isso com muita gratidão, porque é hora de ter, de novo, privacidade e o seu lar. Mas não! Quem está em abrigo que se lasque! O governo não tem programa habitacional, não tem nada programado e que se lasque quem está em abrigo.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Há pouco a deputada Ana Paula Lima estava ocupando a tribuna e eu aguardei pacientemente para fazer um aparte. Evidentemente, a deputada não me permitiu. Aliás, nem é essa a palavra exata. Não me concedeu o aparte porque o assunto era bastante palpitante e ela tinha que fazer uma explanação a sua maneira e não foi possível.

Eu queria aproveitar, agora que o deputado Kennedy Nunes me permite, para parabenizar a iniciativa daquela emenda, no sentido de também incluir as pessoas que estão nos abrigos. Independentemente do que pensam as pessoas do grupo político de que faço parte, tenho uma consciência e por ela vou neste momento. Entendo que é necessário também estender esse benefício às pessoas que eventualmente estejam nos abrigos.

Outro detalhe, deputado Kennedy Nunes, eu vinha para esta Casa e soube - eu não sei se vai ser assim, porque não vi no espelho desse projeto constar nada sobre isso - que em Itajaí o auxílio, o benefício só é dado às pessoas que não estão no Serasa, por exemplo. Existe o valor, mas se a pessoa estiver no Serasa ou estiver com o nome sujo não recebe. Se o critério for adotado por aqui também eu não vou entender mais nada, porque a grande maioria das pessoas que está com o nome sujo, com o nome no Serasa não significa que sejam maus elementos ou coisa que o valha. Não pagam as suas contas porque não têm dinheiro.

Eu não sei se é esse o caso, aqui não cita, não diz nada. Acredito que não se encaixe neste caso. De qualquer maneira, fica a preocupação. Tomara que não se adote esse critério para liberar esse dinheiro às pessoas.

Quanto ao resto do projeto, acho que é oportuno. Eu acho que com essa emenda que inclui também as pessoas que eventualmente estejam em abrigos ele se torna um pouco mais abrangente e justo.

Era isso que eu queria dizer e parabenizá-lo também pelas suas colocações, deputado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves, eu só peço aos nobres deputados que estão aqui querendo votar - todos nós queremos terminar e voltar às nossas famílias - que pensem uma coisa: há, em Blumenau, Gaspar e Ilhota, várias famílias que desde novembro estão alojadas em escolas e ginásios. Essas famílias deveriam ser incluídas nesse projeto para, pelo menos, receber o auxílio do aluguel para que voltem às suas casas rapidamente.

Para as famílias que já voltaram para suas casas, deputado Jean Kuhlmann, esse dinheiro poderia servir para a reconstrução, para a reação, mas para as famílias que ainda não voltaram as suas casas, esse dinheiro poderia servir, deputado Edson Dias (Piriquito), para pagar o aluguel. Ninguém quer ficar em abrigo público, gente! Não vale a prerrogativa do governo de não querer dar o dinheiro às famílias que estão em abrigos públicos, com a desculpa de que se receberem elas continuarão lá. Quem é que, em sua consciência, vai querer dormir coletivamente? Qual é o casal que não vai querer a intimidade entre esposa e esposo? Qual?

Pensem nisso! E outra coisa: não venha o governo querer dizer que não tem dinheiro, porque ele não está colocando um centavo sequer nessa medida. Um centavo! Esse dinheiro que hoje estamos aprovando aqui, esses R\$ 26 milhões, é dinheiro de todos os brasileiros, que foi depositado nas contas da Defesa Civil. Esse recurso não é público! Não é cobrado de tributos, não vem de tributos. Esse recurso é fruto do sangue das pessoas que, ao se comoverem vendo a situação no Morro do Baú, em Blumenau, Gaspar e Itajaí, disseram: "o mínimo que posso fazer é ir lá e depositar". Agora vem o governo e faz continência com o chapéu alheio. Vem o governo e diz que não vai colocar nenhum tostão.

Continuem, estão aí esportistas e artistas dizendo que continuem a depositar para o governo vir aqui e depois sair com chequesinhos para os secretários regionais distribuírem às famílias e pegarem lá, logo, logo o seu título de eleitor.

Isso é uma vergonha! O governo me envergonha nesse momento de tragédia! Eu só estaria aqui parabenizando se o governo tivesse colocado dinheiro público arrecadado de impostos, mas de doações não! E ainda não dá para quem está em abrigos públicos? É uma desonra para esse governo que estava até fazendo um papel bom, mas nesse momento joga fora tudo o que fez.

Por isso, eu peço aos nobres deputados que votem...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a discussão.

Vamos votar as emendas destacadas. A primeira é a emenda aditiva, que diz o seguinte: "Art. 2º.

[...]

§ 4º - Fica instituído o Auxílio Reação Habitacional, com o objetivo de construir, reconstruir e reformar as residências das famílias atingidas pelas intempéries ocorridas a partir do dia 19 de novembro de 2008, e através do Fundo Social, na mesma proporção dos recursos provenientes das doações depositadas nas contas vinculadas no Fundo Estadual da Defesa Civil - Fundec."

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, Sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, nós entendemos que o governo do estado foi rápido nas primeiras medidas e conseguiu mobilizar todos os setores, toda a institucionalidade. Diversos estados contribuíram, o povo brasileiro contribuiu, mas agora está criando certa angústia, que foi detectada na reunião do dia 23 que promovemos com as vítimas da calamidade no estado. Há uma angústia, o futuro é incerto, para saber como vai ficar o problema da habitação, como recuperar aquilo que foi perdido, qual o tipo de indenização, como vão reconstruir a sua vida.

Há uma preocupação muito especial, mas muito especial mesmo, com relação às casas que foram destruídas e as que precisam ser reformadas. Dados iniciais, prévios, porque o governo ainda não tem um cadastro único das vítimas, apontam para a necessidade de refazer, de relocar em locais seguros cerca de cinco mil novas habitações, em forma de apartamentos ou casas e apontam para uma necessidade em torno de dez a 15 mil construções que precisam ser refeitas ou reformadas nas áreas onde é possível a ocupação.

Não estamos percebendo nenhum plano, nenhum programa do governo do estado com relação a essas preocupações com o futuro. Por isso estamos sugerindo essa emenda para que os recursos do Fundo Social - que foram projetados inicialmente para resolver problemas de calamidade e não para shows, eventos e outras subvenções que estão sendo feitas nesse momento - sejam utilizados nesse momento de dor e de tristeza, quando precisamos ter uma perspectiva de futuro. Que sejam utilizados em um programa habitacional do estado de forma clara e transparente e ao qual as pessoas possam ter acesso.

Por isso entendemos que essa emenda é pertinente ao caso e pedimos o apoio dos srs. deputados.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Com a autorização do meu líder, estamos encaminhando para a nossa bancada votar a favor dessa emenda, até porque entendemos que esta é uma posição de governo: pegar dinheiro público, tributos ou, no caso, com o perdão de dívidas destinadas ao Fundo Social, para a construção ou reconstrução de casas das famílias atingidas.

Nós encaminhamos, sr. presidente, a votação "sim" para esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação a emenda aditiva já encaminhada.

A votação será nominal por processo eletrônico.

Os deputados que votarem "sim" aprovam a emenda, votando "não" rejeitam-na. (Procede-se à votação nominal no painel eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENÇON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

Está encerrada a votação, Temos 20 votos "não" e 11 votos "sim".

Está rejeitada a emenda. Votação da emenda modificativa vazada nos seguintes termos:

"Art. 3º.

[...]

IV - Os agricultores familiares, de acordo com a legislação do Pronaf, que tiveram perdas acima de 70% de sua produção e ou tenham perdido as suas casas."

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, se for em nome da bancada, em nome do líder, o deputado Dirceu Dresch, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, essa emenda, na nossa avaliação, é fundamental para a região porque não está clara a participação e o atendimento dos nossos agricultores familiares que perderam a produção.

Tivemos aqui, inclusive, na parte da manhã, aprovada uma emenda à Medida Provisória n. 0148, que trata da questão dos animais que os agricultores perderam. E queria fazer um comentário sobre isso porque estou recebendo todos os dias notícias de agricultores que não estão recebendo o recurso do fundo estadual de indenização de animais sacrificados por doenças que não têm cura.

Hoje, pela manhã, recebi a informação de agricultores lá do interior do meu município de Saudades dizendo que no dia 29 de abril foram sacrificados animais e que ainda não receberam o recurso. São R\$ 40 mil que os agricultores têm que receber do estado. A mesma coisa ocorreu em Romelândia, onde quatro agricultores sacrificaram os seus animais e também não receberam o recurso. A justificativa é de que não há recurso no fundo.

O deputado Jean Kuhlmann fez a emenda aqui, e nós estranhamos porque pela manhã foi falado que havia R\$ 3,8 milhões no fundo. E por que os agricultores não estão recebendo? Então, há um questionamento aqui nesse sentido, se foi aprovada mais uma emenda, e novamente os agricultores não estão recebendo.

E sobre a questão da indenização dos agricultores, é preciso ficar muito claro - e é por isso que nós estamos aprovando essa medida provisória - que, quanto aos agricultores enquadrados no Pronaf, principalmente os pequenos, que têm mais dificuldades, não está claro o auxílio deles, deputada Professora Odete de Jesus. E isso nos preocupa muito porque há uma coisa estranha: só há trezentos e poucos agricultores cadastrados até agora, deputado Jandir Bellini. O que está acontecendo? No dia de ontem, quando foi recebida a primeira parcela dos R\$ 415,00, havia somente trezentos e poucos agricultores cadastrados. Há um problema grave, deputado Silvio Dreveck, e nós precisamos resolver isso.

Então, queremos que os agricultores sejam atendidos, os que perderam além de 70% da sua produção. E que aqueles que perderam as suas casas também tenham esse atendimento através do auxílio de R\$ 415,00.

Este é o pedido que estamos fazendo às sras. deputadas e aos srs. deputados para que se possa aprovar essa emenda que a nossa bancada apresentou.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhada a votação, pedimos que seja aberto o painel eletrônico para a votação.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda defendida pelo deputado Dirceu Dresch, destacada pela bancada do PT, e os que votarem "não" rejeitam-na.

Temos mais uma emenda modificativa e posteriormente temos a votação do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0148/2008.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA	ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA		sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR		não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR		não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO		
DEPUTADO DARCI DE MATOS		não
DEPUTADO DÉCIO GÓES		sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH		sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)		não
DEPUTADO EDISON ANDRINO		não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS		não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO		não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART		não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL		não
DEPUTADO JAILSON LIMA		sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI		sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN		não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI		
DEPUTADO JORGINHO MELLO		
DEPUTADO JOSÉ NATAL		não
DEPUTADO JULIO GARCIA		
DEPUTADO KENNEDY NUNES		sim
DEPUTADO MANOEL MOTA		não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA		não
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER		não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA		não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES		sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA		sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI		sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO		não
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS		sim
DEPUTADO RENATO HINNIG		não
DEPUTADO RENO CARAMORI		sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA		não
DEPUTADO ROMILDO TITON		não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES		
DEPUTADO SERAFIM VENZON		não
DEPUTADO SILVIO DREVECK		sim
DEPUTADO VALMIR COMIN		

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Temos 21 votos "não" e 12 votos "sim".

Está rejeitada a emenda.

Vamos agora à votação da emenda modificativa, vazada nos seguintes termos. Ela interfere no art. 3º e o § 1º proposto diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"§ 1º. As unidades familiares que estão nos abrigos temporários passarão a estar habilitadas ao Auxílio Reação."

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para defender a emenda, encaminha em nome da bancada do PT a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de apelar para a sensibilidade da sra. deputada e dos srs. deputados para, pelo menos, aprovarem esta emenda que vai beneficiar todas as pessoas, inclusive as famílias que continuam no abrigo.

Pasmem, sra. deputada e srs. deputados, até o dia 26 somente 356 famílias foram cadastradas. Onde estão as outras famílias? Estão nos abrigos. E as pessoas que estão nos abrigos não estão lá porque querem! O elo mais frágil são as pessoas que estão nos abrigos! Elas é que precisam mais para dar sustento à sua família e continuidade à sua vida.

E vou dizer uma coisa aos parlamentares: é uma vergonha os prefeitos e o governo do estado não saberem quantas casas caíram no estado de Santa Catarina! Não há dados disso. Eles não sabem quantas casas precisam ser construídas!

Pasmem, srs. deputados, sra. deputada e sr. deputado Kennedy Nunes, em Blumenau, para fazer o cadastramento - e v.exa. falou em título de eleitor - há um panfletinho que diz que é necessário o título de eleitor da pessoa que faz o cadastro e do título de eleitor de todos os que moram na mesma residência. Há pessoas que fizeram dez cadastros e até agora não apareceu nome nenhum. É uma politicagem, uma vergonha, uma propaganda com a desgraça do povo catarinense! E, principalmente, para essas pessoas fragilizadas que se encontram num abrigo, que vieram a esta Casa num fórum para dizer que querem receber pelo menos esse benefício de R\$ 415,00, que é o dinheiro do povo brasileiro, do povo catarinense que foi doado para esse tipo de benefício, esse tipo de ajuda.

Como é que vamos distinguir quem está e quem não está no abrigo? Imagine, deputado Kennedy Nunes, que quem está num abrigo está num galpão de escola, num ginásio de esportes com centenas de pessoas. E quem quer ficar nessa condição? Ninguém quer ficar nessa condição!

Essa ajuda é mais do que justa para beneficiar todos que foram atingidos. Eu acho que isso, sim, seria uma reação maravilhosa deste Parlamento, pois iria beneficiar todos.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputados, já falei sobre esse assunto. Só quero que todos nós, deputados, lembremos de uma coisa: estamos aqui para votar uma emenda que vai permitir que esse dinheiro seja repassado para quem perdeu tudo, casa e terreno, ou para quem perdeu parte. Agora, nem eu, nem o deputado Manoel Mota, nem o deputado Moacir Sopesa, nenhum de nós tem o direito de dizer que essas famílias não podem receber, deputado Romildo Titon, porque esse dinheiro não é público, esse dinheiro não é tirado de impostos. Ele é de cidadãos e cidadãs que depositaram nas contas da Defesa Civil. Não é este Parlamento que vai cortar a possibilidade de quem foi atingido pela enchente recebê-lo ou não.

Se v.exas. depositaram na conta da Defesa Civil, perguntem para quem depositou se ele quer que só quem teve a casa cheia receba, ou se quer que todos, e até aqueles que estão em abrigos públicos, recebam. Quem somos nós, deputados, para fazer uma escolha em dinheiro que não é nosso, nem do público, nem do governo? Quem somos nós? Vamos buscar que autoridade para dizer que quem doou... Nós agora estamos acima de tudo e vamos dizer que só esse recebe. Pelo amor de Deus, deputados, não agora, nesse momento!

Por isso essa emenda, deputado Reno Caramori, é o mínimo que esta Casa pode dizer de resposta para quem depositou o dinheiro. Eu voto a favor da emenda porque eu não tenho condições de dizer quem é que vai receber dinheiro alheio doado pela sociedade e que não é dinheiro público!

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Professora Odetete de Jesus - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odetete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, é uma questão de igualdade. Aqueles que foram atingidos por este imenso flagelo deveriam receber essa quantia igual. Eu iria também elaborar uma emenda, mas já que a bancada do PT elaborou, eu apenas quero endossar essa emenda e dizer que é de direito. Aquele que foi atingido e está nos abrigos tem direito de receber essa quantia. Eu voto favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Votando "sim" aprovam a emenda e votando "não" rejeitam a emenda.

Trata-se da última emenda destacada do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0148/2008.

Depois nós temos ainda a discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0046/2008, de origem governamental, que altera a Lei Complementar n. 204 e aí ficaremos apenas por conta do segundo turno e da redação final.

Por favor, que a assessoria socorra o deputado Manoel Mota que teve problemas com o seu equipamento.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não	Com a palavra, pela ordem, para	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	encaminhamento de votação, o sr. deputado	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim	Pedro Uczai.	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim	O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr.	DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não	presidente, embora nossas emendas não	DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim	tenham sido acolhidas pela base do governo,	DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não	uma vez que os agricultores familiares que	DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	perderam 70% foram excluídos dessa MP, uma	DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não	vez que todos os atingidos que estão em	DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não	abrigo e que, portanto, estão em estado de	DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES		maior vulnerabilidade social, não foram	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não	atendidos, uma vez que não foram atendidas	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	as reivindicações de reconstrução das casas -	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN		e isso é vital para uma família -, mesmo assim,	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
		a bancada do Partido dos Trabalhadores vota	DEPUTADO VALMIR COMIN	
		favoravelmente ao projeto porque não vai		
		impedir que o restante da população seja		
		beneficiada.		
		Portanto, vamos votar a favor,		
		lamentando não terem sido acolhidas as		
		emendas da nossa bancada, que propunham,		
		efetivamente, incluir mais pessoas atingidas,		
		porque elas foram igualmente ou mais		
		afetadas. As que estão em abrigo, deputada		
		Ana Paula Lima, provavelmente foram mais		
		atingidas dos que aquelas que já estão nas		
		suas casas ou na casa de parentes.		
		Obrigado!		
		A Sra. Deputada Ana Paula Lima -		
		Pela ordem, sr. presidente, para declaração de		
		voto.		
		O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio		
		Garcia) -		
		Com a palavra, pela ordem, para		
		declaração de voto, a sra. deputada Ana Paula		
		Lima.		
		A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA -		
		Sr. presidente, eu gostaria de declarar o meu		
		voto "sim" e também de lamentar a atitude		
		dos deputados da base do governo de não		
		querer agregar nessa MP, que trata de um		
		dinheiro que o povo brasileiro depositou na		
		conta da Defesa Civil, as pessoas que ainda		
		estão em abrigo.		
		É lamentável, sr. presidente! E faço		
		um convite para que os deputados se		
		desloquem à região do vale do Itajaí nas férias		
		e visitem um abrigo para ver se conseguiriam		
		viver nas mesmas condições em que aquele		
		povo está vivendo.		
		E queremos lamentar que essas		
		peessoas não possam receber esse dinheiro		
		que foi depositado pelo povo brasileiro.		
		Muito obrigada!		
		O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio		
		Garcia) - Em votação.		
		(Procede-se à votação nominal por		
		processo eletrônico.)		
		DEPUTADA ADA DE LUCA		
		DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	
		DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim	
		DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim	
		DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO		
		DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	
		DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim	
		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	
		DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	sim	
		DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim	
		DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	
		DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim	
		DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim	
		DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim	
		DEPUTADO JAILSON LIMA		
		DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim	
		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	
		DEPUTADO JOARES PONTICELLI		
		DEPUTADO JORGINHO MELLO		
		DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	
		DEPUTADO JULIO GARCIA		
		DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	
		DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	
		DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	
		DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER		

Está encerrada a votação.
 Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.
 (Pausa)
 Está encerrada a votação.
 Colho o resultado.
 Temos 19 votos "não", 14 votos "sim" e nenhuma abstenção.
 Está rejeitada a emenda.
 Vamos agora à votação do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0148/2008 com emenda aditiva de fls. 15 e emendas modificativas de fls. 16 e 17.
 Em votação.
 A votação será no painel eletrônico.
 Votando "sim" aprovam o projeto e votando "não" rejeitam-no.
 O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.
 O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Jean Kuhlmann.
 O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, eu gostaria de declarar o meu voto "sim" e também de lamentar a atitude dos deputados da base do governo de não querer agregar nessa MP, que trata de um dinheiro que o povo brasileiro depositou na conta da Defesa Civil, as pessoas que ainda estão em abrigo.
 É lamentável, sr. presidente! E faço um convite para que os deputados se desloquem à região do vale do Itajaí nas férias e visitem um abrigo para ver se conseguiriam viver nas mesmas condições em que aquele povo está vivendo.
 E queremos lamentar que essas pessoas não possam receber esse dinheiro que foi depositado pelo povo brasileiro.
 Muito obrigada!
 O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.
 (Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)
 DEPUTADA ADA DE LUCA
 DEPUTADA ANA PAULA LIMA
 DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
 DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR
 DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO
 DEPUTADO DARCI DE MATOS
 DEPUTADO DÉCIO GÓES
 DEPUTADO DIRCEU DRESCH
 DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)
 DEPUTADO EDISON ANDRINO
 DEPUTADO ELIZEU MATTOS
 DEPUTADO GELSON MERÍSIO
 DEPUTADO GENÉSIO GOULART
 DEPUTADO HERNEUS DE NADAL
 DEPUTADO JAILSON LIMA
 DEPUTADO JANDIR BELLINI
 DEPUTADO JEAN KUHLMANN
 DEPUTADO JOARES PONTICELLI
 DEPUTADO JORGINHO MELLO
 DEPUTADO JOSÉ NATAL
 DEPUTADO JULIO GARCIA
 DEPUTADO KENNEDY NUNES
 DEPUTADO MANOEL MOTA
 DEPUTADO MARCOS VIEIRA
 DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER

Está encerrada a votação.
 Votaram 30 srs. deputados.
 Temos 30 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado o Projeto de Conversão em Lei n. 0148/2008.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, eu só gostaria também de aproveitar a oportunidade para fazer um convite aos srs. parlamentares.

Eu tive a oportunidade de, nesse momento de catástrofe, almoçar, jantar e acompanhar vários abrigos na região do vale do Itajaí e v.ex.as. podem ter a certeza de que todos os preferidos estão dando a devida atenção aos desabrigados e às pessoas que estão nos abrigos dando o atendimento devido.

E essa medida provisória vem acolher as pessoas que não estão nos abrigos e que precisam da atenção do poder público, atenção que estão recebendo também aquelas pessoas que estão abrigadas com a devida qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0046/2008, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 204, de 2001, que cria o Fundo Estadual de Sanidade Animal.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Uczai, líder do PT.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, por entendimento com os produtores de bovinos e por sensibilidade com a matéria, nós votaremos a favor. Mas quero fazer o comentário de uma emenda que foi muito bem defendida pelo deputado Dirceu Dresch, que foi incorporada ao projeto e que não foi acolhida. Ou seja, por um lado estamos concedendo recursos para os donos e produtores de bovinos de dois milhões e meio, por outro lado não estamos atendendo os agricultores familiares.

Por isso, a nossa bancada está liberada para votar, na medida em que nós, efetivamente, queríamos condicionar a aprovação deste projeto que beneficia os produtores de bovinos que tiveram os seus animais afogados com a enchente à inclusão dos agricultores familiares.

Está liberada a bancada para a votação.		DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim	DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.		DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)		DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim	DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADA ADA DE LUCA		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	DEPUTADO JOARES PONTICELLI		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim	DEPUTADO JORGINHO MELLO		DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim	DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO		DEPUTADO JULIO GARCIA		DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	Está encerrada a votação.	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim	DEPUTADO MANOEL MOTA		Temos 32 votos "sim", nenhum voto "não". Os deputados Rogério Mendonça e Moacir Sopelsa votam favoravelmente.	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	Está aprovada a matéria em primeiro turno.	
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	sim	DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim	A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 14h38, para a votação do segundo turno do PLC n. 0046/2008.	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim	DEPUTADO MOACIR SOPELSA		Está encerrada a presente sessão.	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim		
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim		
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim	DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim		
		DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim		
		DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim		
		DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim		

ATA DA 001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h38, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dado Cherem - Darcy de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0046/2008, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 204/2001, que cria o Fundo Estadual de Sanidade Animal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votaram "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JANDIR BELLINI

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ NATAL

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados com o voto do deputado Rogério Mendonça.

Temos 30 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em sede de segundo turno.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 14h43, para votação da redação final das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2008

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h40, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Declara o voto em relação às medidas provisórias.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Deseja um feliz Ano-Novo aos deputados e servidores da Alesc.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Explica à população catarinense que a autoconvocação não acarretou ônus para os cofres públicos.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Parabeniza o presidente e os deputados pelo trabalho em 2008.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (pela ordem) - Despede-se do Parlamento catarinense.

DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO) (pela ordem) - Faz seu último pronunciamento como deputado estadual.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Augura felicidades no Ano-Novo aos deputados e funcionários e parabeniza o presidente pelo trabalho desempenhado.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Cumprimenta o presidente e os servidores pelo trabalho realizado.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Enfatiza o espírito de solidariedade que tomou conta do estado catarinense.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Em nome do PPS deseja ao povo catarinense, aos funcionários e aos parlamentares muita saúde e felicidade.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Parabeniza os deputados e saúda o povo catarinense, desejando um 2009 mais próspero e com menos sacrifício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos de imediato à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0254/2008.

Não há emendas à redação final.

A votação é simbólica.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com os votos contrários dos deputados Décio Góes, Dirceu Dresch, Pedro Uczai, Kennedy Nunes e Jandir Bellini e a abstenção dos deputados Edison Andrino, Professor Grandó, Nilson Gonçalves, Antônio Aguiar e da deputada Professora Odete de Jesus.

Votação da redação final do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0146/2008, na forma como foi votada em turno único.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Votação da redação final do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0147/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Votação da redação final do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0148/2008, na forma como foi votada em turno único.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Em relação ao projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0147/2008, acompanhando a primeira votação, a bancada do Partido dos Trabalhadores se manifesta contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Fica registrada a manifestação do líder do Partido dos Trabalhadores, em nome da sua bancada, com relação às duas medidas provisórias.

Da mesma forma com relação ao Partido Progressista.

Aprovada a redação final.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0046/2008.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0507/2008, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; e 0508/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Eram essas as matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, concede a palavra, pela ordem, ao deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, mais um ano termina, e este foi um ano de muito trabalho para o Parlamento de Santa Catarina.

Em nome do PSDB, de toda a bancada com assento nesta Casa, quero desejar que todos tenham um ano de 2009 muito venturoso, que todos os nossos sonhos se transformem em realidade e que nossos projetos venham em benefício da sociedade catarinense.

Deixo aqui os cumprimentos da bancada do PSDB e os votos de que todos tenham, efetivamente, um ótimo 2009. Da mesma forma, desejamos um Ano-Novo repleto de realizações a todos os servidores da Assembléia, que se dedicaram muito para que

esta Casa pudesse atingir os seus objetivos, fazendo com que a sociedade catarinense visse o Parlamento como um poder que trabalha em prol da nossa gente.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, eu só gostaria de fazer um esclarecimento à sociedade catarinense, porque eu fui questionado por duas vezes sobre se estaríamos sendo remunerados pelo nosso trabalho no fim do ano. Gostaria de dizer que foi uma autoconvocação sem ônus. E aí temos que parabenizar todos os deputados pelo trabalho responsável que realizaram nesta autoconvocação.

Quero desejar aos deputados, às deputadas, a todos profissionais da Casa, ao povo catarinense, muita luz divina em 2009 e que no final do próximo ano possamos comemorar mais do que neste, com certeza.

Muito obrigado, sr. presidente!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a v.exa. pelo magnífico trabalho que fez à frente da Presidência, restaurando o prédio do Poder Legislativo, tornando-o um verdadeiro palácio.

Então, eu gostaria de deixar isso registrado e dizer que este ano foi muito produtivo. Esta deputada conseguiu ter 14 leis sancionadas pelo governador do estado, dr. Luiz Henrique da Silveira.

Quero agradecer aos colegas brilhantes, aos 39 parlamentares que desenvolveram um trabalho brilhante e dizer que estamos trabalhando, renunciamos até o nosso almoço de hoje em prol da população catarinense, em prol dos irmãos que foram atingidos por essa grande catástrofe.

Desejamos um ano de muito sucesso para todos os catarinenses e para os nossos colegas.

Um abraço bem grande e que Deus abençoe a todos!

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência concede a palavra, pela ordem, com muita alegria, para o deputado Jandir Bellini, para fazer a sua última manifestação como deputado.

Certamente todos sentirão a sua falta, sentirão saudades, mas desejamos de coração que v.exa. seja exitoso, e tenho certeza de que será, à frente da prefeitura de Itajaí, deputado Jandir Bellini.

Vou contrariar o Regimento Interno pela primeira vez neste meu segundo mandato, v.exa. tem o tempo que desejar.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Obrigado, sr. presidente.

Apenas quero fazer aqui a despedida da minha legislatura. Gostaria de dizer que foi um prazer imenso estar nesta Casa durante estes dois anos em companhia de pessoas tão queridas e admiradas, não só por este deputado, mas pelo povo de Santa Catarina.

Gostaria de parabenizar os trabalhos conduzidos pelo presidente, deputado Julio Garcia, e despedir-me aqui, juntamente com o deputado Edson Dias (Piriquito), porque a partir do dia 1º teremos a missão de administrar dois importantes municípios do nosso estado: Balneário Camboriú e Itajaí.

Aproveito também para convidar os srs. parlamentares para que nos visitem em nosso gabinete, pois será uma honra muito grande recebê-los.

Desejamos um 2009 com muita paz, saúde e sucesso a todos!

O Sr. Deputado Edson Dias (Piriquito) - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência concede a palavra, com muita alegria, ao deputado Edson Dias (Piriquito).

Da mesma forma, contrariando o Regimento Interno, o sr. deputado Edson Dias (Piriquito) tem o tempo que desejar.

O SR. DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO) - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, funcionários desta Casa, meus colegas, meus amigos de gabinete, meus companheiros que trilharam comigo essa jornada no serviço público de dedicação, de doação à causa pública.

Confesso que cheguei a esta Casa e aprendi muito. Aprendi com o presidente, deputado Julio Garcia; aprendi com cada um de vocês, com as pessoas mais simples, mais humildes que prestam serviços de limpeza aqui na Assembléia Legislativa; com as pessoas que prestam assessoria à Mesa Diretora; com os funcionários da imprensa desta Casa; com os profissionais da segurança; com os nossos amigos que nos atendem aqui no plenário servindo café e água; com as meninas da taquigrafia, enfim, com todos os servidores desta brilhante Assembléia Legislativa do estado catarinense, comandada por este piloto extraordinário que é o deputado Julio Garcia, que imprime, com o seu ritmo de trabalho, com a sua maestria, esse clima maravilhoso que tive o prazer de viver em minha vida.

Vim de uma cidade do interior, mas de um destino turístico muito importante, e até então havia ocupado o cargo de vereador no Parlamento municipal. Após uma disputa acirrada, tremenda, tive o prazer de chegar aqui e conhecer o que é o Parlamento estadual, onde estão os líderes de todo o estado catarinense. Tive o prazer de chegar aqui e conhecer o que é o reflexo da opinião do povo do estado de Santa Catarina. Esse reflexo que fica comprovado com a presença de cada um dos srs. deputados e cada uma das sras. deputadas que aqui ocupam com muita honradez os seus dignos mandatos.

Sr. presidente, aqui vim aprender política, aprender a ser maduro, aprender a ter serenidade, aprender a dialogar, a discutir, a combater o bom debate. Revelo aqui, aos olhos e à vista de todos, mesmo dos nossos adversários, que desde que cheguei nesta Casa defendi e defendo com muito orgulho o governo ao qual pertencço, comandado por este grande líder, timoneiro do nosso PMDB, comandante responsável pelas políticas públicas e pela vida de todos os catarinenses, o governador Luiz Henrique da Silveira. Defendi-o bravamente, sim, porque tinha esse compromisso de trabalho, de luta, de parceria, esse compromisso partidário, porque confio na pessoa desse grande homem público.

Tivemos enfrentamentos e quero

aqui, de público, pedir escusas a quem quer que eu possa ter ofendido. Faço esse pedido aqui e deixo a palavra empenhada na pessoa deste grande deputado, que tem todo o meu respeito, Joares Ponticelli, que sob o seu ponto de vista e seu entendimento executa o seu papel nesta Casa. Por muitos momentos duelamos, mas sempre respeitando o direito de opinião e cada qual cumprindo o seu papel, o seu dever e a sua missão.

Assim, srs. deputados, digo-lhes que esta Casa dá exemplo para todo o país, uma Casa composta de 40 parlamentares que vêm dos mais diversos recantos de nosso estado. Cheguei aqui como suplente e naquele tempo foi-me dito que suplente não fala, apenas geme. Mas nós conseguimos conquistar um espaço gemendo e acabamos falando.

Tive a honra de suceder um grande amigo, um grande deputado, que hoje está dando exemplo no Poder Judiciário, que é o nosso grande e eterno líder peemedebista, o hoje desembargador João Henrique Blasi.

Da mesma maneira que cheguei, agora saio. Cheguei como primeiro suplente, saio como prefeito eleito de uma cidade de porte, uma cidade maravilhosa, Balneário Camboriú, e deixo a minha vaga ao primeiro suplente que agora será efetivado na cadeira de deputado estadual, o brilhante guerreiro, o grande companheiro Elizeu Mattos.

Deputado Elizeu Mattos, v.exa. é um grande amigo, um grande companheiro e espero que sinta o que eu senti: prazer, honradez e dignidade na defesa do mandato enquanto aqui estive; que continue sendo esse homem que é e que agora, diante da efetivação do seu mandato, faça com que todos os catarinenses, os seus eleitores, a nossa bancada e o nosso estado se orgulhem do seu trabalho.

Sejam também bem-vindos os companheiros que porventura venham a ocupar as vagas. Temos aqui o nosso grande amigo Valdir Cobalchini, que é um grande soldado do nosso PMDB e que está à disposição do nosso governo; temos também o deputado Adherbal Deba Cabral, que por aqui passou e realizou um bom trabalho. Desejamos que também sejam guindados à condição de deputado.

Aqui, nesta Casa, em 1968, chegou Luiz Henrique da Silveira com sete mil votos. Luiz Henrique hoje é governador do estado. Esta Casa revelou governadores, ministros, secretários, homens que ocuparam cadeiras importantes no cenário político estadual e nacional. Com certeza, dentro dessa postura ditada e comandada por v.exa., deputado Julio Garcia, servirá de exemplo para todo o estado e continuará revelando prefeitos, deputados, deputadas, governadores, ministros e, quem sabe, com o empenho do povo catarinense, um presidente da República.

Temos que lutar! Temos que sonhar! E v.exas. estão escutando isso de quem na sua infância humilde era ambulante na praia central da cidade que agora passará a comandar. Então, sonhar é permitido! E digo a v.exas., aos meus amigos que estão aqui me ouvindo, a vocês que nos ouvem à distância, ao povo catarinense, a vocês, amigos, que aqui estão desempenhando cada qual o seu papel, que sonhem, busquem seus sonhos, porque tudo é possível.

V.Exas. estão escutando isso, volto a dizer, de um ambulante que aos sete anos de idade trabalhava na praia central de Balneário Camboriú e que hoje ganhou voto de quem comprava o que esse ambulante oferecia, em uma cidade conservadora, em uma cidade dinâmica, linda, de um povo trabalhador, uma cidade maravilhosa, a qual quero ter a honra e a dignidade de comandar.

Convido os amigos aqui para que visitem Balneário Camboriú, para que estejam conosco e para que torçam pelo sucesso da cidade, como eu torço pelo sucesso de cada um e de cada uma de v.exas. E o que desejo para cada um é sucesso, realização, é o alcance daquilo que v.exas. almejam.

Meu amigo Salum, um abraço no teu coração, por ter sido um grande companheiro. E despeço-me saudando todos os servidores desta Casa, na pessoa desta grande mulher, desta grande personagem da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, dona Jamile, que tem 40 anos de serviços prestados à Casa e ao povo catarinense.

A minha saudação, o meu beijo, o meu abraço e a minha gratidão a todos. Muito obrigado por me receberem da forma como o fizeram.

Um abraço e contem comigo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sucesso, deputado Edson Dias (Piriquito)!

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, com relação ao deputado Edson Dias (Piriquito) e ao deputado Jandir Bellini, desejo sucesso no novo desafio da vida deles.

Quero desejar a todos os catarinenses um ano de 2009 cheio de paz, de realizações, especialmente para aqueles que foram atingidos pela catástrofe das enchentes em Santa Catarina.

A todos os funcionários desta Casa, que com certeza absoluta não discriminam nenhum deputado, independentemente ser titular ou suplente, o meu carinho e a minha gratidão pela deferência que têm para com este deputado.

Deputado Julio Garcia, quero olhar nos olhos de v.exa. e dizer que me orgulho de ter v.exa. como presidente desta Casa. Eu, de coração, agradeço o carinho e a dedicação que v.exa. teve comigo e com os demais colegas. Saiba que fiquei muito feliz de receber o calor humano que v.exa. me transmitiu todas as vezes em que fui ao seu gabinete reivindicar para Santa Catarina, não para mim. Sempre fui recebido muito bem e com presteza.

Feliz 2009 a toda a sociedade catarinense e a todos os brasileiros!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Quero cumprimentar v.exa. que soube conduzir durante esses dois anos este Parlamento e aqui promoveu o bom combate. Nós viemos para cá escolhidos pelo povo, uns para ser Situação, outros para ser Oposição. E assim procuramos fazer com equilíbrio e com lealdade o nosso papel, o papel de cada deputado.

Quero, em seu nome, cumprimentar todos os servidores desta Casa, todas as pessoas que fazem parte do trabalho do dia-dia da Assembléia Legislativa. Desejo a todos um feliz Ano-Novo, um 2009 de muita paz, de muita saúde e que possamos continuar com o nosso trabalho alcançando os nossos objetivos.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, nesses últimos dias de 2008 estamos fechando o ano com o espírito que todos os catarinenses e muitos brasileiros incorporaram diante da situação pela qual o estado passou com as enchentes, ou seja, espírito solidário.

Com o trabalho de votação de diversas medidas provisórias ontem e hoje consolidamos esse grande sentimento de solidariedade. E essa solidariedade para o governo tem que se transformar em ajuda prática, em auxílio real, em destinação de recurso público para ajudar tantas famílias.

Por fim, sr. presidente, quero saudar cada um dos parlamentares, dentro do meu tempo, saudar v.exa. pelo brilhante trabalho realizado juntamente com toda a Mesa Diretora.

Para encerrar, sr. presidente, cumprimento mais uma vez v.exa. pelo trabalho que fez nesses dois anos como presidente, que foi exemplo para as demais Assembleias Legislativas de todo o país.

Por fim, quero ainda dizer ao povo catarinense que o passado nos ensina e poderemos mudar o futuro, através das ações que empreendemos no presente.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, em meu nome, em nome do deputado Altair Guidi, em nome do deputado federal Fernando Coruja e em nome do PPS desejamos ao povo catarinense muita saúde e felicidade.

Também parabeno esta Casa, seus funcionários e os srs. parlamentares, que se autoconvocaram sem despesa nenhuma para aprovar as medidas provisórias que determinam uma política clara e objetiva para ajudar aqueles que tanto sofreram, as pessoas humildes, com a enchente. Essa política mostra um governo que tem uma política de recuperação e de desenvolvimento para enfrentar a catástrofe.

Então, deixamos a todos o nosso abraço e os votos de um bom 2009.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, nesse findar de ano, no apagar das luzes, estamos dando uma demonstração de responsabilidade pública com o povo de Santa Catarina.

Por isso, como parlamentar, quero parabenizar todos os deputados e saudar o povo catarinense, esperando que o ano de 2009 seja mais próspero e com menos sacrifício. Desejo ainda saúde, saúde, saúde, pois quanto ao resto, com trabalho conquistamos.

Que Deus abençoe todos, principalmente o povo do alto vale, a quem envio um abraço fraterno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência comunica aos srs. deputados que, na forma do Regimento Interno, deveremos reapresentar-nos no dia 1º de fevereiro, às 14h, na sessão preparatória para a eleição da nova Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 010, de 31/01/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR A PEDIDO, o servidor **ERON JOSE KUSTER**, matrícula nº 3635, do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência, código PL/DAS-8, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Chefia de Gabinete da Presidência).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 011, de 31/01/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR A PEDIDO, a servidora **MARIA DA GRACA BRASIL CALDAS**, matrícula nº 2360, do cargo de Assessor Parlamentar, código PL/DAS-7, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Gabinete da Presidência).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 012, de 31/01/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR A PEDIDO, o servidor **JORGE MACUCO JUNIOR**, matrícula nº 2851, do cargo de Assessor Especial, código PL/DAS-7, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Gabinete da Presidência).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 013, de 31/10/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR A PEDIDO, o servidor **ARILSON MACHADO**, matrícula nº 4908, do cargo de Assessor de Imprensa, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Gabinete da Presidência).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 040/2008

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 511, de 1951.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 511, de 17 de agosto de 1951, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

Parágrafo único. As pensões especiais de que trata o *caput* deste artigo são fixadas em valor equivalente ao subsídio do Chefe do Poder Executivo."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento vigente do Estado.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, 03 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***